

Piero de Camargo Leirner

MEIA VOLTA VOLVER



Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

LEIRNER, Piero de Camargo. *Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. 124p.

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Introdução	9
CAPÍTULO 1	
Em campo com militares: a construção de um problema	17
Uma antropologia do Exército	17
A trajetória de campo	27
CAPÍTULO 2	
Breve história da hierarquia militar	51
Origens da hierarquia na organização militar brasileira	53
Século XIX: transformação e continuidade	61
CAPÍTULO 3	
O <i>homo hierarchicus hierarchicus</i>: a hierarquia como “fato social total”	71
Identidade e hierarquia	71
A hierarquia e suas distâncias segmentares	73
Indivíduo e hierarquia	83
Uma teoria da hierarquia militar	98
Conclusão	113
Bibliografia	119
Anexo 1	125
Anexo 2	127

AGRADECIMENTOS

ESTE livro é uma versão minimamente modificada de uma dissertação de mestrado que leva o mesmo nome, defendida em setembro de 1995. Seu texto permanece fiel à dissertação em forma e conteúdo, com a mudança de algumas palavras e de uns poucos parágrafos na conclusão, que, no caso anterior, estava muito dirigida para os apontamentos de uma futura pesquisa. De todo modo, o que considero essencial na dissertação, a etnografia e a teoria da hierarquia militar que dela decorre, está aqui preservado.

A Editora Fundação Getulio Vargas, especialmente na pessoa de sua editora executiva, Alzira Alves de Abreu, e de sua coordenadora editorial, Cristina Mary Paes da Cunha, bem como a Fapesp, que editam este livro, são exemplos de instituições eficientes e sérias. A elas meus sinceros agradecimentos.

A trajetória de pesquisa só ocorreu porque, em primeiro lugar, o Exército brasileiro a viabilizou, abrindo-me as portas da instituição com a maior hospitalidade. Dentro deste, quero agradecer especificamente ao CPEAEx, cujos membros sempre fizeram o máximo para ajudar. Aos generais Manuel Augusto Teixeira, Gustavo Moraes Rego e Leônidas Pires Gonçalves, meus sinceros agradecimentos, que também estendo ao (agora) general Sérgio Dentino Morgado e aos coronéis Carlos Alberto Pinto e Silva, Paulo César Miranda e Weslei Antônio Maretti, sempre muito prestativos.

Gostaria de agradecer ao CNPq e novamente à Fapesp, pelo financiamento desta pesquisa. Também ao Departamento de Antropologia da USP e ao seu Programa de Pós-Graduação, em todas as suas instâncias.

Aos professores Paula Montero e Leonel Itaussú de Almeida Mello quero agradecer especialmente pelas valiosas contribuições no exame de qualificação. Também à professora Silvia Cayubi Novaes, que me cedeu material e informações que resultaram em contatos valiosos com militares da reserva no começo da pesquisa, e ao professor Oliveiros Ferreira, pelo material e pelas idéias que me deu.

Gostaria de agradecer também ao pessoal do NEE/Unicamp, nas figuras de Eliézer R. Oliveira, Suzeley K. Mathias e Hector L. Saint-Pierre, que muito têm me incentivado. Também a Samuel Alves Soares, por uma contribuição sem igual.

Finalmente, gostaria de fazer uma série de agradecimentos a pessoas que de maneiras particulares se envolveram com este trabalho: Samuel Titan Jr., Soraya Gebara, Luiz Jackson, Terezinha C. Lisboa, Marcos Rufino, Nelson Parente, Cecília B. Pires de Camargo, Edilene Cofacci de Lima, André Pinto Pacheco, Sérgio Tomioka, Eduardo Simantob, Paula Melani Rocha, Karina Kushnir e Luiz Eduardo L. Abreu. Luiz Henrique de Toledo, José Guilherme Cantor Magnani, Maria Lúcia Montes — a orientadora — e Celso Castro foram interlocutores vitais. Minha tia Olga, sempre presente com seu interesse pelo meu trabalho, me ajudou em várias situações. A meu pai, Nelson, minha mãe, Candida, e minha mulher, Carol, onipresentes em tudo o que se possa imaginar.

Aos meus avôs e avós.

INTRODUÇÃO

NOS últimos 20 anos, diversas interpretações sobre o papel dos militares brasileiros, especialmente do Exército, afloraram em vários segmentos da sociedade. Nessa época, a categoria “militares” parece aparecer e desaparecer numa polifonia quase esquizofrênica de uma rede meio disforme de notícias, boatos, informações de agências governamentais, falas de militares e trabalhos acadêmicos, cada um destes compondo um cenário próprio, formando uma bricolagem de vozes, imagens e experiências que, aparentemente, acabam por compor um retrato um tanto estranho, em que parece haver um jogo de espelhos no qual a diversidade interpretativa reflete nada mais que a própria face dos seus emissores.

Deve-se dizer que há um ponto comum em tudo isso: os militares são pouco conhecidos, às vezes estranhos até para o universo civil. Eis aí um bom motivo para tal confusão, já que a instituição militar pouco expressa suas vozes, imagens e experiências. Contudo, esse é um fato já mais do que constatado por uma série de esforços acadêmicos, que o reconhecem quase que em uníssono geralmente nos prefácios e introduções de publicações especializadas. Assim, por um lado, sabe-se que é necessário conhecer os militares, e, por outro, admite-se que tradicionalmente as ciências sociais não procuraram esse caminho.

Como resultado dessa visão crítica, segundo um dos maiores especialistas brasileiros em estudos sobre militares, até a década de 60, o Exérci-

to e sua presença na história nacional sempre foram analisados como um efeito de movimentos sociais mais amplos. Diz ele que um dos resultados mais visíveis desse tipo de análise¹ é uma tendência “de ‘politizar’ esses personagens, vê-los pelo mesmo ângulo que se vê Getúlio Vargas ou qualquer outra eminência civil. De certa forma, a ‘politização’ produz a ‘paisanização’ dos militares, despidendo-os da forte marca da instituição castrense. O processo parece ser análogo ao do exorcismo ou da psicanálise: é como se os estudiosos, sofrendo de algum profundo trauma com os símbolos, marcas, hábitos, mentalidade e procedimento das instituições militares, necessitassem revelar a sua dimensão mais ‘familiar’ (ou ‘paisana’) dissolvendo nela a outra zona: a do perigo, da ameaça, do desconhecido” (Coelho, 1990:336).

Com o advento de um governo militar, os militares, e em especial os do Exército, passaram a ser foco de uma atenção específica da ciência política que, em fins da década de 60, começa a constituí-los em objeto de estudo. Desiguais pela natureza da produção acadêmica, esses estudos coincidiram, contudo, em um ponto: levantavam a questão da autonomia da instituição militar em relação aos outros poderes do Estado, procurando entender a caserna basicamente a partir do fenômeno da “intervenção”. Esses trabalhos encontram uma nova perspectiva dentro da ciência política, especialmente a partir do momento em que se aproveitavam de elementos da chamada “sociologia militar”.² Alguns de seus expoentes mais marcantes são, segundo o já citado Edmundo Campos Coelho, José Murilo de Carvalho, Alfred Stepan, Alexandre Barros e Eliézer Rizzo de Oliveira.³ Estes autores mudam o enfoque dos estudos sobre militares no sentido de procurar os tais “elementos paisanos” na classe militar mas, de todo modo, ainda se situam na equação cujos termos estão na relação entre militares e sociedade a partir do horizonte do poder hegemônico do Estado. Em outras palavras, por mais que a idéia fosse partir de dados internos à organização social militar, estes se interessam mais em buscar uma explicação do “por que os militares intervêm”. Entre esses dados estão, na quase totalida-

¹ Seus interlocutores neste caso são basicamente os seguintes: Nelson Werneck Sodré, Oliveira Vianna, Otávio Ianni e Helio Jaguaribe (Coelho, 1976:17-33).

² Desenvolvida principalmente nos EUA, a partir da Segunda Guerra Mundial. Um de seus expoentes mais evidentes é Morris Janowitz, e seu conhecido trabalho em *O soldado profissional*, um dos primeiros empreendimentos de caráter sociológico que trata da organização social militar, especificamente a americana.

³ Para ver uma análise das diferenças específicas entre estes autores, ver Coelho (1990).

de, os relacionados à chamada “estrutura organizacional militar”, desdobrando-se esta em “recrutamento”, “efetivos”, “estrutura do corpo de oficiais” e “origem social”.

Essas análises, ainda que totalmente inéditas e válidas para um novo tipo de compreensão sobre militares, permanecem nos limites visíveis — para um civil — da sua organização social. Seu interesse direto, o de explicar a intervenção, induz a um recorte suficiente apenas para mostrar os militares como uma organização que tende à endogenia, levando assim a uma explicação para sua autonomia. Neste sentido, esses modelos acabam por procurar vincular o militar à idéia de partido⁴ — certamente uma analogia próxima ao mundo civil —, revelando assim a permanência dos tais “dados de paisanização” criticados pelo próprio Coelho. Talvez uma boa evidência disso seja uma grande concentração de trabalhos acadêmicos cujo foco nos militares é direcionado apenas para os chamados eventos politicamente relevantes, como por exemplo o regime militar de 1964-85.⁵

Talvez Alexandre Barros ainda seja uma exceção. Sua tese (1978) procura, entre outras coisas, mostrar a instituição militar como um corpo “fechado” à sociedade civil a partir de dados da chamada “socialização militar” e, assim, de certo modo explicar a relativa autonomia da caserna em relação aos outros poderes. No entanto, é o próprio Coelho que mostra que o modelo de Barros não chega a “paradigma” algum (Coelho, 1990:341), já que não mostra de que maneira os militares constituem uma “organização”, perdendo-se na intenção de enxergar os próprios limites de separação entre o mundo militar e o civil. Ainda assim, Coelho também não escapa a um ponto comum desse modelo, ao recortar seu objeto no sentido da busca de uma explicação apenas para o fenômeno da intervenção; portanto, permanece a leitura dos militares a partir de um campo exterior à instituição militar, na medida em que a própria idéia de intervenção pressupõe ao menos a existência de um ponto de referência alheio ao objeto — isto quando o objeto não é, em si, outro, aparecendo os militares apenas como atores secundários envolvidos em processos sociais de outra ordem que não a especificamente militar.

⁴ Algumas aplicações da idéia de “partido” estão em Oliveira, E. R. (1994:42); é necessário salientar que o autor distingue o “partido militar” dos partidos como instituição do mundo civil. De outra maneira, como preferem alguns, encontramos até a idéia de “partido da nação” (Ferreira, 1988:19).

⁵ Como exemplo, ver Oliveira, E. R. (1978; 1994) e Mathias (1995).

Obviamente, não é por falta de mérito desses autores que essa lógica paradigmática, de modo genérico, enquadra militares em modelos alheios à sua realidade. Isso é fruto de um recorte necessário àqueles que estão procurando ver a lógica da ação social em relação ao Estado, ao chamado “poder político”, às determinações históricas imanentes ao conflito entre forças produtivas e relações de produção, ou ainda, como já foi definido, “no estudo de um único poder variável contido no universo total do Estado” (Cohen, 1978:20) — recorte próprio da ciência política. Neste filão acadêmico, se há uma característica comum, é que ninguém procurou entender os militares apenas pela própria organização social militar, pelas suas características internas, específicas e exclusivas, a partir da constituição de um mundo próprio, e, como tal, não-familiar aos civis. Nesse sentido, se a idéia de partido é boa para se entender a intervenção, não o é para entender os próprios militares.

Uma outra abordagem, até então inédita, aparece em 1990, com a publicação de *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*, de Celso Castro. Este é o primeiro trabalho que constrói sua análise a partir de um exercício etnográfico, fruto de uma pesquisa de campo.⁶ A diferença substancial é que o recorte — característico dos estudos antropológicos — emana dos dados obtidos em campo, a partir do ponto de vista “nativo”. Talvez o dado que mais salte aos olhos nessa pesquisa venha do fato de ser a “identidade militar” construída em sua plenitude em oposição ao civil — razão suficiente para que, já num primeiro momento, seja possível desconfiar da adaptabilidade de categorias do mundo civil na explicação da conduta militar, como, por exemplo, a idéia de “partido”. Como o próprio Castro indica em outra ocasião, “em pesquisa que realizei na Aman em 1987 e 1988 ficou claro que um dos objetivos principais do intenso processo de socialização profissional a que são submetidos os cadetes é a construção de fronteiras simbólicas entre o mundo ‘de dentro’ e o mundo ‘de fora’ — entre militares e civis. O curso da academia pode ser visto como um ritual de passagem que tem por objetivo desenvolver nos indivíduos o ‘espírito militar’. O termo depreciativo

⁶ Há ainda um pequeno texto de Vanda Ribeiro Costa (1985) que difere dos textos acima citados. Ao tratar das rebeliões militares da década de 30, a autora recorre às relações entre oficiais e praças como fonte explicativa. Embora tenha uma abordagem em alguns pontos semelhante tanto a de Castro quanto a que desenvolveremos, seu alcance se restringe ao caso estudado, divergindo dos objetivos de um estudo monográfico.

usado informalmente entre militares quando se referem aos civis — ‘paisanos’⁷ — já indica que nesse processo de construção da identidade social as características negativas e positivas são atribuídas, respectivamente e sem exceção, aos civis e aos militares” (Castro, 1993:230).

Essa constatação, por si só, abre um caminho para aqueles que desejam entender as relações entre militares e civis e se surpreendem com o chamado “fechamento” da caserna. No entanto, um lado não explorado por Castro — seguramente porque sua pesquisa abarcou o universo de cadetes — permanece em aberto: por mais que os militares cotidianamente realizem e reatualizem essa elaboração de sua identidade em oposição aos *paisanos* (Castro, 1990), especialmente na Academia Militar, há o fato de que essa construção tem que ser “negociada” politicamente com a sociedade; afinal, por mais que a instituição tenda, como mecanismo de construção da sua identidade social, a se fechar numa micrototalidade e se tornar um “mosteiro beneditino”, ela tem uma face pública, por ser uma instituição nacional, pertencente portanto ao mundo da *polis*.

É nesse universo que nos inserimos. Nossa idéia, surgida a partir de uma pesquisa de mestrado em antropologia, é captar um ponto de imbricamento entre as faces pública e privada⁸ do Exército, entender a articulação entre o “grupo” e a instituição nacional, pública, que, como tal, não deve ter interesses próprios, mas apenas servir aos interesses nacionais.

A idéia inicial da pesquisa que resultou neste livro era tomar uma *questão nacional* relevante em 1992 (ano da Eco 92 e do ingresso no mestrado), a *questão amazônica*, e filtrar, a partir dos discursos e da conduta militar relacionados a esta questão, o modo pelo qual a identidade militar relacionava suas faces pública e privada. Essa escolha se deveu principalmente ao fato de os militares estarem bastante em evidência, tanto na grande imprensa quanto em falas de antropólogos, quando se tratava da *questão amazônica*. Nesse sentido, exemplos de envolvimento dos militares não faltavam, porém poucas explicações eram dadas. Dois desses exemplos tradu-

⁷ Segundo o próprio Castro, “a origem de ‘paisano’ está no francês ‘*paysan*’ (...). O termo equivalente a ‘paisano’ seria ‘milico’, depreciativo de militar ou, dependendo da ênfase com que se pronunciasse ‘paisano’, seu correspondente poderia também ser ‘macaco’. Embora os militares usem ‘civil’ quando se dirigem a civis, entre si eles usam quase sempre ‘paisano’ ...” (Castro, 1990:39).

⁸ Utilizamos “privado” aqui no sentido de um grupo com conduta, estilo de vida e interesses próprios. Nesse sentido, pode ser visto também como uma espécie de antítese por excelência da “coisa pública”, tendo esta última o Estado como *locus* de sua existência efetiva.

zem de maneira emblemática um pensamento corrente na época, de certa maneira demonstrando a resultante política mais evidente do que o senso comum captava da conduta militar: “Terra ianomami demarcada: militares perdem” (*Folha de S. Paulo*, 16-11-1991:A-12); e “A nova realidade pôs os militares à prova no mundo todo e trouxe a discussão sobre a melhor forma de reorientar seu papel. (...) Com a hipótese de uma guerra na Amazônia, os militares procuram justificar sua existência” (*Vêja*, 25-9-1991:37).

A idéia de que os militares “inventaram” um problema político inverossímil perto da Eco 92 foi recorrente em noticiários e manchetes, porém não houve uma preocupação em explicar previamente, se é que havia inverossimilhança, o porquê disso tudo. Do mesmo modo, como não havia a preocupação da antropologia em buscar, a partir de seus procedimentos próprios, explicações que partissem do “ponto de vista nativo”, aceitava-se em grande parte a visão do senso comum, traçada quase que exclusivamente pelos jornais e revistas de grande circulação.

Nesse contexto, nossa proposta era a de confrontar discursos que saíam na imprensa, entrevistas com membros do Exército e uma ida a campo numa guarnição na Amazônia. Com esses três níveis de observação, primeiramente poderíamos ter uma exata noção do desvio entre os discursos que vão a público na imprensa e os discursos que circulam internamente na corporação, explicitando essa distância através do contato que, membro por membro, nela fosse sendo estabelecido. E, em segundo lugar, seria possível averiguar se os discursos — que politicamente atribuíam à Amazônia uma importância *sui generis* — condiziam com a prática daqueles que efetivamente se situavam na região, perguntando-se, por exemplo, como as declarações que saíam da assessoria de imprensa de Brasília chegavam até o pelotão de fronteira. Assim, se *malinowskianamente* conseguíssemos traçar a famosa correção do geral pelo particular e vice-versa, ao mesmo tempo em que confrontávamos ações e representações, explicitando circunstâncias e posições que presidiam à enunciação de discursos, chegaríamos ao imbricamento buscado entre as faces pública e privada do Exército.

Mas, a trajetória de campo levou a um caminho diferente — como será descrito detalhadamente no capítulo 1 — e, sem que percebêssemos de imediato, uma negativa em relação a uma ida a campo na Amazônia traçou todo um caminho paralelo, que resultou num olhar sobre a instituição completamente diferente daquele de quem vai atrás de um problema politicamente evidente como a *questão amazônica*. O interessante é que esse outro trajeto produziu efeitos semelhantes para o conhecimento da caserna. O que se ia revelando era uma completa radiografia da instituição, em

que a presença de um pesquisador estranho, como um contraste tomográfico, mostrava filigranas da organização militar que, aos poucos, ajudavam não somente a entender as condutas em relação à pesquisa, como também a conduta militar em níveis mais gerais.

Desse modo, acabamos por mergulhar em profundidade na análise da organização social militar, abrindo um campo para, posteriormente, ao menos se entender de onde provêm e quais são as falas legitimadas institucionalmente; como são e como se produzem discursos institucionalmente legitimados; e, finalmente, o que significa contatar o Exército de maneira legítima, permitindo compreender o que está em jogo na conduta militar em relação não somente ao pesquisador civil, mas também aos civis em geral — lembrando que, de certa maneira, somos todos *paisanos*. Nesse sentido, consideraremos válido o esforço deste livro, se ao menos vier por ele a ser cumprida uma função de registro etnográfico, que possa servir de referência a novos e mais preparados empreendimentos.

O resultado geral — espero que fique claro ao leitor — contempla o problema do imbricamento entre público e privado no interior do Exército, uma vez que, na trajetória de campo, se revelou que a corporação tinha uma resposta organizacional a essa questão. Isso se evidencia no nosso contato com militares, circunscrito, como será mostrado no primeiro capítulo, a um segmento do Exército que, por assim dizer, se “especializou” em articular a corporação com a sociedade civil. Esse segmento se constitui basicamente de núcleos de oficiais superiores, espalhados em grandes unidades e reconhecidos internamente como uma *elite* da Força, de certa maneira encarregada de lidar com essa outra *elite* — a civil.⁹

Assim, é com base nesse contato e a partir dele que pretendemos responder algumas indagações com este trabalho: como se dá essa mediação entre o mundo militar e o mundo civil? De que maneira a organização social militar responde ao encontro desses dois mundos? Como é realizada a “socialização” militar fora da academia? Como os militares do Exército concebem quem pertence e quem não pertence ao seu grupo? Enfim, como a identidade de seus membros, que assim é construída, interfere na articulação política que é realizada com a sociedade global?

⁹ Não é nossa intenção entrar na discussão que envolve o conceito de elite. No caso, estamos utilizando *elite* como categoria nativa, e seu entendimento preciso ocorrerá à medida que a organização social do Exército for sendo abordada, ao longo do texto, e especialmente no capítulo 3.

CAPÍTULO

1

EM CAMPO COM MILITARES: A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA

“Quando imaginamos as mesmas coisas de maneira diferente, muito dificilmente deixamos de nomeá-las de modo diverso. Apesar de ser a mesma a natureza do que imaginamos, a diversidade de nossa recepção do objeto, devido a diferentes constituições do corpo e devido a preconceitos de opinião, confere a cada coisa o cunho de nossas diversas paixões. E, por esse motivo, um homem deve ter cautela com as palavras quando raciocina; isto porque, além da significação do que imaginamos como sua natureza, as palavras também contêm a significação da natureza, disposição e significação daquele que fala.”

Hobbes, *Leviatã*.

UMA ANTROPOLOGIA DO EXÉRCITO

Contrariamente ao que ocorre na ciência política, trabalhar com militares, na antropologia, não é usual. Há, sim, trabalhos em que militares aparecem como coadjuvantes, geralmente pensados como atores politicamente envolvidos em questões relativas a objetos de estudos outros. O resultado é um reforço da estigmatização dos militares como um grupo que faz polí-

tica aliado a grandes grupos econômicos, sempre como uma ameaça às chamadas “minorias”, com as quais a antropologia tradicionalmente se afinou: “A antropologia sempre demonstrou especial interesse pelas minorias despossuídas e dominadas de todos os tipos (índios, negros, camponeses, favelados, desviantes e ‘pobres’ em geral) em detrimento do estudo dos grupos ou classes politicamente dominantes e atuantes. Quanto aos temas, sempre revelou uma afinidade particular por aqueles que eram claramente periféricos à grande arena das lutas políticas: dedicou-se muito mais ao estudo da família, da religião, do folclore, da medicina popular, das festas do que à análise do Estado, dos partidos políticos, dos movimentos sindicais, das relações de classe, do desenvolvimento econômico” (Durham, 1988:18).

Embora Eunice Durham fizesse essas observações em 1988, a realidade até hoje tem sido predominantemente a mesma. Em inúmeras ocasiões, militares aparecem apenas na contrapartida de outros problemas, como projetos desenvolvimentistas (por exemplo, em Ribeiro, 1989; Oliveira, F., 1994), ou, mais familiarmente, na chamada *questão indígena* (como em Vidal, 1991; Lima, 1992; Davis, 1978).

Exceção a esse quadro, é possível assegurar que, publicado, somente há o citado *O espírito militar*, de Celso Castro (1990). Conforme já abordado, sua pesquisa mostra como se dá o processo de formação da identidade militar em cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras. Portanto, circunscreve-se ao universo desses “pré-oficiais”: militares, com certeza, porém ainda não ingressos no serviço ativo, o que certamente os põe em uma situação peculiar, se não mesmo liminar, na passagem do mundo civil ao mundo militar de fato. Essa pesquisa é certamente um marco obrigatório para qualquer um que queira compreender os militares. No entanto, dada a característica de seu recorte — cadetes —, não se preocupa primordialmente em pensar como se articulam no interior da instituição as variáveis políticas que entram em jogo na identidade militar quando circunstancialmente o Exército se vê obrigado a negociar seu papel com a sociedade, como, por exemplo, na elaboração da Constituição de 1988, na própria revisão constitucional, ou em relação a questões nacionais como a amazônica.

Temos, então, três vertentes com as quais devemos dialogar: primeira, a ciência política, cujo enfoque se pauta pela idéia de *intervenção* e por isso se afasta de uma visão do interior da instituição; segunda, a antropologia na sua preocupação com problemas de natureza política que envolvem militares, aqui não tomados como objetos de análise, mas como atores secundários; finalmente, terceira, aquela inaugurada com *O espírito mili-*

tar que, ao analisar o universo dos cadetes, afasta-se de um plano de observação dos militares também como atores políticos em relação à sociedade nacional.

O caminho que no início da pesquisa pretendíamos seguir seria aquele em que, a partir de um elemento político qualquer que envolvesse militares, fosse possível perceber como se articula sua identidade enquanto grupo. A idéia seria ver como operaria a identidade militar quando fosse forçada a entrar em cena num momento em que a corporação, como um todo, estivesse envolvida e discutindo seu papel. Tratar-se-ia, assim, de ver a lógica pela qual identidade e política se imbricam, observando a conduta de um grupo social que até certo ponto opera a construção de sua identidade isoladamente, mas que, por outro lado, está inserido no contexto de uma sociedade nacional, na qual sua existência necessariamente tem que passar pelo plano da política.

Nesse caso, talvez o problema maior para nós se situe numa dificuldade geral que a disciplina antropológica enfrenta ao procurar adaptar conceitos tradicionais, especialmente a idéia de uma “totalidade cultural”, para sociedades complexas, nas quais dificilmente se enxergam os limites que englobam os processos políticos.¹⁰ Contudo, o Exército, como objeto de pesquisa, tem uma característica que permite driblar ao menos uma parte dos dilemas envolvidos nesse problema da antropologia: é uma corporação que detém o *monopólio* do uso legítimo da violência e que define suas funções, previstas em lei. Portanto, sua legitimidade geralmente não é discutida em termos de sua existência efetiva, mas sim em termos de certos problemas específicos serem ou não da competência do Exército — como, por exemplo, a ocupação nos morros do Rio de Janeiro.¹¹

¹⁰ Um bom apanhado desses problemas da antropologia está em Montero (1991). Outra dificuldade para nós, ainda, é a falta de um “protocolo” que ofereça parâmetros para se estudar grupos politicamente hegemônicos, geralmente ofuscados nos estudos antropológicos: “Usualmente, os poderosos e os ricos são considerados com referência em relação à qual a resistência se estrutura e, de qualquer modo, costumam ser o lado fraco da análise, aquilo que deve existir, mas que não se estuda em detalhes. Os ricos e poderosos constituem, assim, um ‘outro’ genérico que é necessário para explicar a resistência, mas ao qual geralmente não é permitida a representação” (Caldeira, 1989:37). Embora isso aconteça, tecnicamente não há nada que impeça a superação dessa dificuldade. Talvez ela exista mais por uma dificuldade de se descolar da tradição de pesquisa das “minorias” do que por qualquer outro motivo.

¹¹ Fruto de um convênio entre o governo do estado do Rio de Janeiro e o governo federal, firmado em setembro de 1994. Um amplo debate sobre a legitimidade da ação tomou conta da imprensa e até da academia, como se observou num encontro realizado durante a 18ª Anpocs.

Mas, devemos lembrar que esse mesmo *monopólio* — que faz que cada nação tenha apenas um exército¹² — reforça o fato de o Exército ser parte da coisa pública, daí seu papel necessariamente ter de passar por essa instância — de natureza política — em algum momento.

A conseqüência disso para a análise é que, por um lado, o Exército é único em suas atribuições e por isso indivisível enquanto tal, o que o leva a construir expressões de sua identidade bem visíveis e delimitadas — certamente tornando mais simples a observação, do ponto de vista da antropologia. Por outro lado, essa singularidade o coloca numa posição em que se vê envolvido politicamente quase sempre que estão em pauta questões próprias da vida pública em nível nacional, ou melhor, “questões nacionais”, o que ainda constitui uma dificuldade suplementar para um estudo em moldes tradicionais.

Diante desse quadro, o projeto inicial da pesquisa visava justamente a extrair de uma dessas “questões nacionais” — a questão amazônica —, a partir do embate político que elas propiciam, momentos privilegiados em que a identidade militar seria posta à prova. Nesse caso, essa equação poderia significar, por um lado, uma chance maior de se passar ao largo dos tais dilemas da antropologia e, em certa medida, permitiria que se trabalhasse com militares mais ou menos do mesmo modo que se trabalha com uma sociedade tribal, porém introduzindo a observação das variáveis políticas no interior da expressão da identidade grupal. Por outro lado, tal recorte possibilitaria também um afastamento de uma noção de política única e exclusivamente orientada em relação ao Estado.¹³ Isso é reforçado especialmente pelo fato de que, simbolicamente, há uma “cosmologia mi-

¹² Nesse sentido, devemos lembrar a universalidade do corpo de guerreiros e sua importância social: “A guerra é um fenômeno humano. Não se pode dizer precisamente *como* e *quando* ela surgiu, no passado remoto da humanidade. Nem tampouco se pode presumir a que ‘necessidades’ existenciais (biopsíquicas ou sociais) ela correspondeu originariamente. Até onde alcança a investigação empírico-indutiva, através da reconstituição arqueológica, da reconstrução histórica e da observação direta, a guerra se nos apresenta como um *fato social*, no sentido restrito de existir como uma das instituições sociais incorporadas a sociedades constituídas. A esse respeito lembra com razão Montesquieu que a associação humana não poderia ser um produto da guerra, porque esta pressupõe, por sua própria natureza, a existência da sociedade” (Fernandes, 1970:11).

¹³ Nesse sentido, alargar-se-ia o âmbito da análise tradicional da ciência política para nele incluir uma vertente antropológica. De fato, “o que ocorreria se se verificasse que nem o Estado nem as classes sociais, por mais relevantes que sejam para a análise política, esgotam o espaço do poder, ou que a racionalidade não constitui a única modalidade da sua existência? (...) Talvez ao cientista político que pretendesse responder a esse tipo de questão coubesse aprender algumas lições da antropologia, de modo que, deixando de considerar unicamente o que antes denominamos ‘efeitos políticos’ *da* ou *sobre* a cultura, passasse a analisar também o que chamaríamos agora de ‘efeitos de poder’ *no interior* da própria cultura” (Montes, 1983:15-9).

litar” que traça seus limites a partir da distinção categórica do grupo com relação ao mundo paisano, a começar pelo seu lado mais visível — o uniforme, de uso exclusivo da Força. De maneira geral, essa distinção se acha ancorada numa organização social que limita o mundo “de dentro” àqueles que estão numa cadeia de relação comando-obediência. Genericamente falando, isso reduz a possibilidade, existente em relação a alguns grupos estudados pela chamada antropologia urbana, de o pesquisador se deparar com um processo de construção de identidade grupal que opera de maneira muito rarefeita.

Estaríamos assim potencialmente em condição de realizar a pesquisa com os recursos tradicionais da antropologia, em especial a observação participante.¹⁴ Nesse caso, o trabalho se aproximaria do que foi a pesquisa de campo de Castro — um progressivo estreitamento de relações, até um determinado “pico” em que o antropólogo “dissolvera-se” entre os nativos (Castro, 1990:163-73). Entretanto, o que garantiria uma diferença substancial de enfoque com relação a esse trabalho seria, primeiro, o deslocamento da pesquisa para elementos da *ativa*, em vez de cadetes, e, segundo, a abordagem a partir da questão amazônica, que, por si só, encontraria a política imbricada na análise.

Mas a diferença entre o segmento de militares com o qual se entrou em contato — basicamente constituído de oficiais de postos altos, de majores a generais — e aquele estudado por Castro teve como consequência uma diferença tanto na trajetória do trabalho de campo e em relação aos modos tradicionais de se fazer pesquisa de campo, quanto, posteriormente, na elaboração do próprio texto de apresentação de seus resultados.

Se, por um lado, ocorria uma situação comum de observação participante, por outro, não se previu que lidar com um segmento de oficiais superiores do Exército significaria, para a relação pesquisador-pesquisado, um imbricamento de variáveis políticas diversas não só das que naturalmente fluiriam para uma análise centrada na questão amazônica, como também

¹⁴ No sentido em que essa técnica é discutida por Ruth Cardoso: “A prática de pesquisa que procura este tipo de contato [observação participante] precisa valorizar a observação tanto quanto a participação. Se a última é condição necessária para um contato onde afeto e razão se completam, a primeira fornece a medida das coisas. Observar é contar, descrever e situar os fatos cotidianos, construindo cadeias de significação. Esse modo de observar supõe, como vimos, um investimento do observador na análise de seu próprio modo de olhar. Para conseguir esta façanha, sem se perder entrando pela psicanálise amadorística, é preciso ancorar as relações pessoais em seus contextos e estudar as condições sociais de produção dos discursos. Do entrevistador e do entrevistado” (Cardoso, 1988:103).

daquelas que tradicionalmente se vêem nesse tipo de relação. De fato, nas abordagens de “minorias”, muitas vezes os pesquisadores se encontram numa situação de envolvimento político porque alguns grupos, sem poder de barganha em face do Estado e dos grupos hegemônicos, se apropriam da pesquisa como uma estratégia de “resgate” de uma identidade fragmentada (Zaluar, 1988:117-8). Desse modo, conseguem uma afirmação política do próprio grupo, já que sua importância se torna chancelada por um “outro” socialmente reconhecido, o mundo acadêmico, que, como se sabe, sempre teve predileção por essas “minorias”. Diferentemente, no nosso caso, estávamos falando com um grupo acostumado ao poder, talvez a muito mais poder do que aquele corrente no mundo ao qual pertencço.

Assim, nesse caso suscitou-se um problema inverso: certamente o Exército prescinde da apropriação de textos antropológicos como estratégia de afirmação na sociedade e, com maior razão, de um pesquisador que sirva de porta-voz para o grupo, situação bastante comum de acontecer, como bem descreveu Zaluar (1988:112-3). Mais ainda, a característica básica intrínseca à constituição da identidade militar — sua oposição categórica ao “resto”, tomado como *paisano* (Castro, 1990) — impediria *a priori* tal situação. O que aqui se vê, ao contrário, é um tipo de ligação permeada por uma lógica “semi-integrativa”, em que o “outro” pode ser um *afim* mas jamais chega a ser *um dos nossos*. Nesse sentido, o civil pode ser considerado um *amigo do Exército* — alguém que pode sobretudo representar a possibilidade de concretização de uma proposta ou um projeto político *comum*.

Eis a variável que nos auxilia a entender o nível político que permeava a relação pesquisador-pesquisado: a noção de um *projeto comum*, representada pela idéia, várias vezes reiterada por inúmeros oficiais, de “*estreitar os laços, porque só assim podemos tirar o país da lama*”. No caso, o que de fato ajudava — creio — é que a “outra parte”, o antropólogo, integrava outra instituição hierárquica, organizada e disciplinada num sentido pedagógico gramsciano:¹⁵ a Universidade [de São Paulo].

¹⁵ Aqui, a pesquisa, mais do que eu, teria muito a dizer sobre *a realidade do Exército*. Muitas vezes me foi dito para, na pesquisa, “*falar apenas a verdade*” ou “*não difamar o Exército*”. Assim, a pesquisa teria um sentido pedagógico, pois tratar-se-ia de difundir uma visão [correta], a fim de torná-la senso comum, com vistas a um projeto que ligasse interesses. Nesse caso, meu trabalho acabou por representar quem sou — se ele pode ou não ser “prejudicial”, vai determinar se serei ou não um *amigo*. Trata-se do inverso do caso clássico descrito por Foote-Whyte: “Descobri que a minha aceitação no distrito dependia muito mais das relações pessoais que desenvolvesse do que das explicações que pudesse dar (...). Se eu fosse uma boa pessoa, meu projeto era bom; se não fosse, nenhuma explicação poderia convencê-los de que o livro era uma boa idéia” (apud Cicourel, 1980:90).

Dois fatores básicos entram em questão quando se colocam as coisas nesses termos. Em primeiro lugar, a Universidade não só constrói visões de mundo como também forma pessoas. Portanto, para qualquer grupo inserido no jogo da “grande política” — e não só o Exército — é bom ter *amigos* lá. Em segundo, e principalmente, não devemos esquecer que o Exército é parte da *coisa pública* e, nesse sentido, a negociação política que tem que ser feita, por exemplo, no Congresso Nacional, quando se trata de definir seu papel, também tem que ser feita em microescala, quando se trata de abrir as portas para um civil, brasileiro, pertencente a uma universidade também pública, e ainda tendo o projeto financiado pelo mesmo governo federal.

O que ocorreu, então, foi uma reprodução, na relação antropólogo-Exército, daquilo que se pretendia ver através da *questão amazônica*, uma vez que a configuração do trabalho de campo apontou para este rumo inesperado. Talvez a maior evidência disso tudo seja o fato de jamais ter conseguido ir à Amazônia, como era o plano inicial, mas sempre ter mantido relações em que um certo tipo de cortejamento político pairava discretamente naqueles discursos de *estreitamento de relações*.

A contrapartida está no fato de que, se tal relação era uma das vicissitudes da “*coisa pública*” da qual o Exército faz parte, ao mesmo tempo ela esbarrava na contradição inerente a essa condição, pela construção da identidade social militar por contraste¹⁶ ao *paisano*. Se, por um lado, a face pública da instituição me dizia “*seu lugar é aqui*”, por outro, sua face privada — aquela que constrói a identidade grupal em oposição aos *paisanos* — me dizia o contrário. Contudo, se a necessidade de articulação política do grupo me dizia “*seu lugar é aqui*”, por sua vez, o que uma instituição nacional — portanto pública em sua definição — pode querer em termos de articulação política com um antropólogo, com a antropologia ou mesmo com a Universidade [de São Paulo]?

De certo modo, pode-se dizer que essas contradições são resolvidas pelo Exército a partir do fato de se constituir num “grupo informal de in-

¹⁶ Definições de *identidade contrastiva* estão em Cunha (1985:206); ou Oliveira, R.C. (1974). Certamente essa condição é um pré-requisito de qualquer grupo que estabelece sua identidade *por contraste*, não sendo exclusiva dos militares. O inédito da situação encontra-se na encruzilhada de dois níveis que se imbricam nesta dinâmica: de um lado, estamos lidando com uma Força *pública*; de outro, com um grupo de natureza específica. O resultado disso é uma relação em que pesa uma enorme contradição entre o “participar” e o “não participar”, esbarrando num quase que totalmente público e num quase que totalmente privado.

teresses”,¹⁷ conforme a definição de Cohen: “mesmo nas sociedades industriais liberais e avançadas existem certas condições estruturais nas quais determinados grupos de interesse não podem organizar-se formalmente. Nesses casos, a organização (formal) poderia ter a oposição do Estado, de outros grupos de interesse dentro do Estado, ou ainda ser inteiramente incompatível com os princípios básicos da sociedade. (...) Sob tais condições, a organização do grupo é articulada em linhas informais, recorrendo-se a (...) padrões simbólicos implícitos naquilo que se conhece como ‘estilo de vida’” (Cohen, 1978:88-9). Nesse caso, a resultante do choque inevitável entre ser instituição nacional e um grupo que forja uma identidade própria consegue ser mediada exatamente por um tipo de relação peculiar a um “grupo de interesse”, que faz com que a instituição se “abra”, mas de uma forma ainda restrita, ou “privada”, com articulações estratégicas e fragmentadas, de grupo a grupo, tentando abarcar setores representativos da sociedade. Como “grupo de interesse”, o Exército sintetiza os dois planos contraditórios de sua existência e se torna capaz de operacionalizar sua conciliação, através de uma mediação eficaz, traduzindo a realidade em termos de uma leitura e uma ação políticas. Assim, o *estreitar os laços* não é somente parte de uma retórica; é, antes, uma necessidade de sobrevivência dita por essa lógica que, no seu horizonte ideal, teria como objetivo a articulação, pelo Exército, de toda a sociedade, este *amontoado de arquipélagos fragmentados*. Vale lembrar um trecho de um célebre discurso do general Lyra Tavares a um regimento de obuses, de 1967, muito repetido em publicações do Exército até hoje:

“O Exército, já o assinalamos, foi, desde o início da nacionalidade, *a grande armadura que sustentou a unidade da Pátria, preservando-a das ameaças de fragmentação, assegurando a coesão daquela espécie de províncias que tendiam a isolar-se em compartimentos autônomos, dentro das suas peculiaridades, sob a ação de forças desagregadoras, muitas vezes alimentadas pelo inimigo externo. O quartel representou, na formação do Brasil, a presença do poder central sobre toda a periferia e o interior do imenso território. Era a grande força que defendia e aglutinava, criando e preservando o espírito nacional*” (cit. por Ferreira, 1988:35; grifos meus).

Dentro dessa lógica, na relação pesquisador-pesquisado, esse tipo de leitura da realidade forçou o trabalho de campo a percorrer um caminho em

¹⁷ Daqui para a frente abreviarei a expressão, referindo-me ao Exército apenas como “grupo de interesse”.

que a “dissolução” no grupo, se ocorresse, se daria contra o *background* de um *projeto* infinitamente maior — a saber, provavelmente do tamanho da nação. O que de fato ocorreu, em microescala, foi um tipo de observação participante na qual o interesse estava justamente em observar os limites dessa participação, pois nesses limites se revelava o jogo inconsciente das contradições que a envolviam. O lugar do pesquisador para o Exército foi indicativo das suas regras porque pôs em evidência um conflito gerado por uma contradição intrínseca à própria corporação: por um lado, é uma instituição *nacional* e, nesse sentido, vê em todos os brasileiros parte de si; por outro, é um grupo com uma identidade própria e que, portanto, vê como “estranhos” todos os que estão fora dele — os *paisanos*. Assim, trajetória de campo no grupo era, por si mesma, parte de uma negociação social inerente a essa contradição, da mesma natureza que a negociação que a instituição é obrigada a realizar quando se contrapõe a outros atores sociais e políticos, para debater, por exemplo, questões nacionais como a amazônica.¹⁸

Se, por um lado, toda essa leitura “política” facilmente ofusca nossa visão, por outro, sua evidência é tamanha que, surpreendentemente, facilita o trabalho de colocar no texto o lugar que o pesquisador ocupa em relação ao grupo; aliás, não somente facilita, como praticamente obriga a fazê-lo. Curiosamente, a evidência, de tão grande, gera a sua própria contradição: percebida, é passível de ser lida como um dado da cultura própria dos sujeitos pesquisados e, portanto, abstraída da condição que ela impõe concretamente ao pesquisador.

A contrapartida, para nós, é a capacidade que nos confere de, na leitura antropológica do Exército, poder enxergar a política — através da ação do “grupo de interesses” — adquirindo significação em padrões simbólicos que, em filigrana, dão coerência à conduta militar, ou melhor, permitem perceber uma “unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta conforme” (Gramsci, 1950:1.378). Ancorados em um tipo de organização social peculiar que demarca claramente os limites de pertencimento

¹⁸ Portanto, a noção de *política* de que se faz uso neste trabalho, vista pelo viés da peculiar relação sujeito-objeto que se construiu com o trajeto da pesquisa, apresenta-se como uma tradução do tipo de operacionalização que os militares executam quando estão *em contato*. Com efeito, pode-se dizer que, nas diversas instâncias em que o termo *política* aparece — seja, por exemplo, em relação ao pesquisador, à *Universidade* ou à *questão amazônica* —, está-se falando na realização de um tipo de atividade que configura a construção de diversas versões de solução para um mesmo problema — a natureza contraditória da identidade militar, situada entre a *coisa pública* e a particularidade de um *ethos* próprio —, colocado em escalas diferenciadas.

ao seu mundo, os militares estabelecem uma coerência nos processos de leitura e significação da realidade, na exata medida em que esses limites, no fim das contas, operacionalizam, tanto em escala micro quanto em escala macro, um padrão de relações com o mundo externo, padrão este cuja estrutura básica repousa na necessidade de achar uma mediação entre o que é público e o que não é. A política, nesse caso, pode ser vista através dessa série de contradições e mediações que, antes de mais nada, passam por um plano de significações específicas aos militares, ou até por um plano que podemos chamar de *cultura militar*,¹⁹ encontrando-se subordinada, assim, a uma noção de *identidade militar*, realizada no imbricamento da organização social e das representações que a delimitam.

Seria o caso, então, nesse universo próprio aos militares, de “ler” a política através da cultura: “sem esquecer o que representa o registro dos fatos (...), é possível também tentar apreendê-los com redes que, em filigrana, procuram captar outros significados, num terreno mais movediço, entre as representações e as ações dos próprios agentes envolvidos nesses processos, nas formas do imaginário e na natureza dos símbolos através dos quais os fatos são percebidos e adquirem significação” (Montes, 1992:3). Ora, nesse caso, trata-se de pensar a política através de uma forma de mapeamento do mundo por parte do militar que, classificando-o por meio de códigos próprios, é capaz de traduzir-se, em termos do seu *output* mais visível, numa resposta efetiva, envolvendo-o, por exemplo, como parte interessada em estabelecer uma visão hegemônica sobre a *ques-*

¹⁹ De maneira genérica, podemos pensar aqui no conceito de *cultura* tal qual utilizado por Geertz: “Quando vista como um conjunto de mecanismos simbólicos para controle do comportamento, fontes de informação extra-somáticas, a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um. Tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas” (Geertz, 1978:64). De um modo mais específico, e de certa maneira colada à concepção de cultura como um sistema de significados, Eunice Durham aponta para uma maneira de introduzir a dimensão política nessa perspectiva: “É possível e necessário politizar a abordagem antropológica e investigar de que modo sistemas simbólicos são elaborados e transformados de modo a organizar uma prática política, legitimar uma situação de dominação existente ou contestada. É importante investigar de que modo grupos, categorias ou segmentos sociais constroem e utilizam um referencial simbólico que lhes permite definir seus interesses específicos, construir uma identidade coletiva, identificar inimigos e aliados, marcando as diferenças em relação a uns e dissimulando-as em relação a outros” (Durham, 1984:87).

tão amazônica, ou sobre o que é o próprio Exército. Do mesmo modo, esse mapeamento codificou a relação envolvida nesta pesquisa, traduzindo-se concretamente num *modus operandi* que dizia que a *Universidade* era um bom lugar para se ter um *amigo*, para se ter — ou melhor, divulgar — uma visão “*correta*” sobre a *questão amazônica*, ou ainda para se ter uma visão “*verdadeira*” do Exército, e tudo o mais que isso envolve.

Deve-se adiantar, porém, que esse tipo de “filtro político” não durou todo o tempo da pesquisa — numa determinada hora, sob circunstâncias que serão explicadas no item seguinte, ele simplesmente deixou de estar presente. De todo modo, os dados foram lançados, e sobre essa matriz política se construiu uma história de *posições*. Certamente, se a história começasse diferente, talvez tudo também teria sido diferente. No trato com militares, o modo de aproximação deve ser considerado prioritário por qualquer um que deseje fazer uma pesquisa com eles. Isso certamente não é uma novidade desta pesquisa; assim penso que qualquer antropólogo constrói seu problema — a partir do campo e do choque que resulta da relação pesquisador-pesquisado. Nesse sentido, este é um trabalho comum, sobre um objeto incomum.

A TRAJETÓRIA DE CAMPO

O trabalho de campo começou em março de 1992, juntamente com o ingresso na pós-graduação. Contrariamente ao que parece ser uma tendência geral entre os antropólogos, não havia familiaridade alguma do pesquisador com seu objeto de pesquisa, exceto pelos dois dias que passei, aos 18 anos, no exame médico a que todo brasileiro do sexo masculino é submetido por ocasião do alistamento militar. Havia, sim, uma familiaridade com o tema visto a partir da academia; uma trajetória de interesse pessoal em estudar organizações burocráticas, antropologia política e identidade nacional que me levou a esse objeto — a princípio em um trabalho de graduação, transformando-se depois em projeto de mestrado. Um primeiro problema surgiu então: contatar o Exército, sem possuir as referências pessoais necessárias para criar um clima inicial de confiança. As únicas credenciais, no caso, eram a chancela da Universidade de São Paulo e a de minha orientadora, já conhecida de alguns oficiais por sua participação em cursos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), o que, de certo modo, já representava uma “confiança indireta”. Com o tempo, essa liga-

ção (ou falta de) se mostrou fundamental para entender a natureza da instituição com a qual estava lidando.

Em março de 1992 começa o trabalho de campo, com uma visita ao Instituto Liberal,²⁰ em São Paulo, localizado à época numa suntuosa casa na avenida Brasil. Lá trabalhava um general da reserva que, dias antes, falara com minha orientadora, a qual, explicando-lhe minha proposta de pesquisa, marcara um contato para apresentar-me. Elaborei para esse encontro um “projeto” que consistia numa “carta de intenções”. Nele, explicava brevemente sobre o que tratava a pesquisa e o que queria fazer, informando ainda que necessitaria de certa disponibilidade dos militares para entrevistas e uma viagem à Amazônia, na região do Projeto Calha Norte.²¹

Com esse documento, paletó, gravata, barba feita e cabelo cortado, fui falar com o general. Muito bem recebido, a reunião não durou mais do que 20 minutos. Lá se falou muito mais a respeito das atividades do instituto e de uma reunião que ocorreria alguns dias depois na própria Eceme do que do meu projeto propriamente dito. Sem maiores indagações, saí de lá com

²⁰ Em 1993, aparentemente parte da “sociedade” que o constituía se desmantelou. Meu contato com o Instituto cessou aí, porém o contato com os membros que conhecia permaneceu. Para preservar essas pessoas, reservo-me o direito de não revelar seu destino posterior.

²¹ Em 1992, como a maioria das pessoas que conheço, achava que o Projeto Calha Norte era um projeto militar para a ocupação da Amazônia. Essa, ao menos, era a visão que a imprensa passava quando discutia a *questão amazônica*, fato, aliás, compartilhado pela visão de alguns antropólogos. Um exemplo disto está em Ribeiro (1989): “De há muito os militares são importantes para entender a relação da sociedade brasileira com as diversas populações indígenas, não apenas por causa do papel de Rondon na história do indigenismo, mas também por causa de suas preocupações e iniciativas concretas com a geopolítica de fronteira, cuja expressão última máxima é, sem dúvida, o Projeto Calha Norte. (...) Finalmente, e retomando o eixo da gênese da minha preocupação com os militares, o autoritarismo tanto quanto as semelhanças entre os acampamentos de grandes projetos com os quartéis, ambos exemplos de instituições totais, chamavam a atenção para possíveis relações entre modelos de planejamento e visões militares de organização social” (Ribeiro, 1989:1-3). Tecnicamente, a informação de que o Projeto Calha Norte é um projeto militar é errada, embora seja fácil se detectar o interesse militar nesse empreendimento, como se pode ver pelo modo pelo qual foi concebido: “foi apresentado ao presidente da República em 1985 pelo então secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general-de-brigada Rubem Bayma Denis. Oficialmente seu nome é *Desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas — Projeto Calha Norte*, segundo consta do relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), integrado por representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério do Interior (Minter) e da própria Secretaria Geral (SG) do CSN, além de contribuições dos ministérios militares e do Ministério da Fazenda. (...) Há uma ligeira incongruência entre o grupo proposto inicialmente e o que efetivamente conduziu os trabalhos, mas tal incongruência não afeta seu caráter de integração de órgãos civis e militares” (Costa, E. L. D., 1994:7).

uma possibilidade de ir àquela escola, no Rio de Janeiro, assistir a um encontro no qual o general tomaria parte como conferencista. Não me dei conta das dimensões do encontro, sabia apenas que lá seria meu primeiro contato com militares da ativa.

Cabe aqui fazer um pequeno comentário a respeito do Instituto Liberal. Até onde pude perceber, essa entidade congregava professores, empresários, profissionais liberais, jornalistas e militares da reserva. O lado que conheci — aquele relacionado com militares — promovia palestras, debates, reuniões e encontros “a portas fechadas”. Tratava-se de um centro de ligação entre membros que tinham uma visão comum de quem constituía uma *elite* capaz de formular um “projeto para o Brasil”. Uma das atividades desse instituto, de acordo com a idéia de ligar diferentes setores sociais, era “recrutar intelectuais” de diversas áreas e levá-los para falar na Eceme. Através dele, portanto, cheguei a essa escola, no Rio.

A Eceme, como escola de preparação para o comando, constitui-se no principal passo para o oficial que deseje um dia alcançar o generalato. Foi criada em 1905, por ato do então ministro da Guerra, marechal Francisco de Paula Argolo, com a denominação de Escola de Estado-Maior. Suas instalações se localizavam na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, onde permanece até hoje.²² Para ingressar na escola é necessário passar por uma rigorosa triagem, que se baseia nos seguintes requisitos:

“A admissão à Eceme é regulada anualmente por instruções específicas do Departamento de Ensino e Pesquisa. A admissão aos cursos de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército será feita obedecendo a dois critérios de seleção: por menção e classificação na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,²³ para o primeiro classificado e, nos cursos com mais de 20 alunos, também para o segundo; e por aprovação em concurso de admissão para os demais candidatos, satisfeitas as outras condições de seleção. A seleção abrange: exame psicológico, que visa a verificar se o candidato possui os atributos psicológicos indispensáveis ao exercício das funções privativas de estado-maior; exame de aptidão física também realizado por to-

²² Houve, entre 1905 e 1940, outros endereços. Sua instalação definitiva, a partir de 1940, é na referida praia, na praça General Tibúrcio, 125, ao lado do Pão de Açúcar.

²³ Conhecida como Esao. Intermediária entre a Aman e a própria Eceme, recebe oficiais no posto de capitão, habilitando-os para o posto de major.

dos os candidatos com caráter eliminatório; concurso de admissão, que contará com provas escritas das seguintes matérias: história, geografia, movimentos revolucionários e idiomas estrangeiros. Os programas referentes aos assuntos examinados são publicados também em instruções particulares. Condições de inscrição: ser oficial superior das Armas, do Quadro de Material Bélico (QMB), do Quadro de Engenheiro Militar (QEM) ou dos Serviços, com exceção dos dentistas, farmacêuticos, veterinários e professores do magistério do Exército; ter, referidos a 1º de março do ano da inscrição, 45 anos de idade, incompletos; possuir o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Esao) ou de graduação do Instituto Militar de Engenharia (IME); ter sido julgado apto no Curso de Preparação à Eceme (CP/Eceme), observando o respectivo prazo de validade deste; ter sido julgado apto em inspeção de saúde; não estar matriculado ou relacionado para matrícula em qualquer curso ou estágio militar, a funcionar no ano da inscrição, exceto o CP/Eceme; estar servindo em território nacional, por ocasião da realização dos exames de seleção, previstos no calendário, quando tiver sido inscrito exercendo função ou missão no exterior; possuir o candidato idoneidade moral, mérito profissional e excelente conduta civil e militar, julgados pela Comissão Permanente de Sindicância do EME [Estado-Maior do Exército]. Oficiais das nações amigas — a Eceme acolhe anualmente a inscrição de oficiais de nações amigas mediante convite formulado pelo Estado-Maior do Exército aos respectivos países” (REB, 1989:39-40).

Um oficial, para se tornar general, necessariamente tem que passar pela Eceme. Portanto, essa escola serve como um filtro institucional que, ao selecionar alguns membros, em detrimento de outros, acaba determinando a formação de uma “cúpula” de oficiais com possibilidade de chegar ao generalato. A própria idéia de *comando*, do qual a Eceme é o instrumento de outorga, passa a ser característica distintiva entre os oficiais no Exército. Enquanto um oficial subalterno — como um tenente ou capitão — se restringe à *liderança* de pequenas unidades, oficiais com patente superior podem *comandar* unidades, ou seja, estar aptos a dar ordens que envolvem vários níveis de subordinação.²⁴ O que primeiro se deve observar

²⁴ Uma discussão detalhada sobre a diferença entre *liderança* e *comando* encontra-se no cap. 3.

num oficial superior, para saber com quem se está falando, é se consta no seu uniforme um distintivo do Quadro do Estado-Maior (Qema)²⁵ conferido aos que fazem curso na escola. Tal distintivo, além de indicar que um oficial passou pela escola, constitui uma habilitação para as patentes superiores.

Caberia então perguntar por que esse local teria sido escolhido para o meu primeiro contato com militares. Em primeiro lugar, nota-se claramente que o tipo de contato estabelecido, através do Instituto Liberal, segue os parâmetros de uma ligação de um “grupo de interesses”, ou seja, de uma ligação permeada por um fundo político. Estava assim a Eceme sendo considerada, pelo instituto, como outra parte dessas elites — a parte do Exército — capaz de estabelecer essa ligação. Do ponto de vista do Exército, devemos pensar na designação desse local a partir da natureza das atividades institucionais que exerce. E, no caso, estamos falando em *designação*, porque se trata de uma corporação disciplinada, na qual, portanto, há pouco espaço para que, em qualquer unidade específica, possam desenvolver-se atividades sistemáticas, de forma aleatória e espontânea, como ocorre em pesquisas de campo realizadas em outros contextos.

Pode-se dizer, então, que a Eceme também cumpre, para o Exército, esse papel de ligação com as elites, porque sua função educativa se coaduna com influxos externos à instituição, ou seja, aproveita a “*visão da sociedade*” — termo empregado em relação à fala de um professor que participava de um daqueles debates — para executar uma constante reavaliação da doutrina da Força. Vista como um “*laboratório de idéias*” (REB, 1989:19), a Eceme firma-se nesse cenário como um centro que congrega a experiência anterior de oficiais superiores em unidades de tropa, a experiência de oficiais instrutores — geralmente coronéis —, a experiência de oficiais gerais que lá vão dar palestras e a experiência do contato com civis que também proferem conferências e participam de debates e cursos. Tudo isso, fundido e relido sob a ótica militar, produz, como resultado final, avaliações da realidade que são aproveitadas no conjunto doutrinário,²⁶ sendo aplicadas nas disciplinas lá minis-

²⁵ Uma espécie de louro dourado, preso na camisa e bordado na túnica.

²⁶ Vale lembrar que já foi dito que “os oficiais concluintes do curso de estado-maior funcionam concomitantemente como reformuladores de doutrina e ‘caixas de ressonância’ na propagação da mentalidade militar, pois na qualidade de chefes qualificados exercem considerável influência em instituições hierarquizadas” (Soares, 1994:15).

tradas²⁷ e sinteticamente agrupadas em monografias de final de curso.²⁸ Some-se a tudo isso o fato de que lá se forma uma elite — conforme ouvi de muitos oficiais —, e ver-se-á então que as atividades da Eceme comprovam a existência de um contato *intra-elites*, tal como era realizado pelo Instituto Liberal.

Assim, simultaneamente o Exército realiza uma atividade técnica de educação e estabelece contatos através dos quais pretende passar uma visão de mundo. Trata-se, então, de um lugar em que a caserna se mostra para a sociedade e ao mesmo tempo a vê. E, por ser esse processo uma via de “mão dupla”, a escola acaba se encarregando desse *contato* com o mundo civil de uma maneira genérica. Sua tarefa torna-se, de fato, muito semelhante à da ESG de três décadas atrás,²⁹ com a diferença fundamental de que a Eceme é uma escola do Exército, e lá se formam apenas militares. Nesse sentido, pode-se dizer que ela está sob total controle institucional, reforçando por isso a idéia de que este é um lugar legitimado institucionalmente e no qual, em razão de um princípio disciplinar, tem uma função designada pela instituição, a qual não autoriza ninguém a mudar de posição.

Certamente, no registro do neófito recém-ingresso na pós-graduação, essas variáveis políticas ainda estavam longe de ser sistematicamente

²⁷ São elas: serviços de estado-maior, segurança interna, administração militar, história militar, direito, apoio administrativo, idiomas, operações de brigada, mobilização, estratégia, política, sociologia, economia, ciência e tecnologia e operações de divisão de exército; exército de campanha (Soares, 1994:15).

²⁸ As monografias finais de curso de estado-maior são atividades obrigatórias para a titulação do aluno. Devem ser feitas individualmente e hoje representam cerca de 10% do peso da conceituação final do curso. Como na Eceme a classificação do aluno pode representar maiores chances de promoção na carreira (o que veremos em detalhes no cap. 3), as monografias adquirem um grande peso. Contudo, sua importância não se restringe ao peso da nota, se considerarmos que, além da sua relação com a classificação, há o fato de que as monografias, se tiverem os conceitos “bom” ou “muito bom”, vão para a Biblioteca Castelo Branco, a biblioteca da escola, localizada no segundo andar do mesmo prédio. Para um oficial, isso significa uma oportunidade — provavelmente única — de ter um trabalho com acesso público, tanto para o público em geral quanto para seus colegas.

²⁹ Escola Superior de Guerra. Um centro que reunia, principalmente na década de 60 — e reúne até hoje, porém com menos importância —, militares de patentes superiores e a *elite civil*. Referências boas sobre o que era a ESG estão em Grillo (1988); D’Araujo et alii (1994a); Debert, (1988); Oliveira, E. R. (1978:19-27). Sabe-se que na década de 60 também houve contato entre oficiais da Eceme e professores civis, principalmente da PUC-RJ. Foram, porém, contatos mais esporádicos, sem a característica regular que havia na ESG e que há hoje na Eceme.

introjetadas. Meu “ritual de iniciação” na Eceme foi visto sobretudo a partir da lógica do estranhamento e da familiaridade, como mostra esta primeira anotação de campo:

“O prédio, de arquitetura colonial, possui uma daquelas entradas onde todo mundo que passa é visto, com uma escada baixa e longa. Cercando o prédio, viam-se vários recrutas, andando para todos os lados, mas definitivamente nenhum passando por esta porta principal. Entro no local e me dirijo a uma recepcionista atrás de uma mesa coberta de crachás. Exclamo um bom-dia, e digo que vim para a conferência do general ‘X’. Ela perguntou meu nome e se eu havia confirmado presença, quando subitamente vejo o crachá com meu nome e digo: ‘Está aqui, Piero de Camargo Leirner’. De repente, como que do nada, um oficial aparece e me diz algo como ‘Ah! É você!’, e me leva rapidamente a um elevador. Assim que saí, um outro oficial me cumprimenta e indica onde devo sentar-me no auditório, anexo ao *hall*. O local, com capacidade para mais de 300 pessoas, concentrava uns 100 oficiais nas fileiras centrais, e eu, como único civil, me posicionei à direita. Toda essa operação, desde a minha entrada no prédio até me sentar no auditório, não demorou mais que um minuto (...). Se, por um lado, tudo havia se passado tão rápido que a minha presença mal pudesse ser notada, por outro, este mesmo fato, talvez por causa da recepção absolutamente precisa e sincronizada na sua seqüência de atos, me passava a sensação de que havia algum tipo de conhecimento prévio da minha pessoa. Foi aí que percebi que estava lidando com um grupo para o qual não havia muito espaço para o imprevisto, o desconhecido, o aleatório e o casual” (março de 1992).

De fato, não é muito usual na antropologia se realizar pesquisa de campo em conferências, debates ou eventos — situações estranhas, a começar pelo fato de as pessoas ficarem quietas enquanto alguém fala, e, no caso, os que permaneciam em silêncio eram justamente aqueles com quem queria falar. Era muito difícil entender por que a forma específica da *conferência* assumia um valor especial para o Exército, já que a primeira coisa que um pesquisador com um “grau (quase) zero” de conhecimento de seu objeto espera é que todas as informações comecem a ser absorvidas com facilidade, desde que verbalizadas. Numa conferência como aquela, o papel que podia desempenhar, pelas próprias limitações formais que um evento desses impõe, era o de alguém que, como os demais assistentes, está lá para aprender alguma coisa daquele que fala. Confundiam-se, assim, na experiência de campo, duas observações que então corriam paralelas: aquela de quem está lá para ouvir um conferencista e

aprender algo, e aquela de alguém que precisa observar um evento muito além da sua pretensão aparente, sugerida no formalismo de sua definição.

Então, algo sucedeu numa conferência cujos palestrantes eram o mencionado general da reserva e um professor da área de ciência política. Num dos intervalos, esse general me cumprimentou e perguntou o que eu estava achando. Em seguida ele me apresentou a alguns coronéis, e uma série de diálogos se estabeleceu, todos pautados por um tema comum: as relações entre Exército e o restante da sociedade, e a importância de formular um projeto para o Brasil, tudo isto precedido, obviamente, por uma apresentação pessoal na qual eu era “*um jovem aluno da USP*”. Com esta designação, eu carregava a insígnia dessa instituição, cujo valor viria a saber somente depois. Mas não era só: carregava também a insígnia da minha orientadora, que já dera palestras para aqueles oficiais, e também a insígnia do general da reserva que me permitira chegar até lá. Naquele momento, depois de toda a apresentação a que fui submetido no intervalo, tudo parecia ter mudado. Comecei a ser sistematicamente cumprimentado, notado e até inquirido: a chancela desse “*triumvirato*” foi devidamente formalizada em minha apresentação a alguns membros da oficialidade presentes. Quem eram? Infelizmente, naquela ocasião, eu ainda não tinha treino suficiente para decodificar os uniformes dos que dialogavam comigo.

As características desse primeiro contato, envolvendo um circuito que passava pelo Instituto Liberal e pelo “*triumvirato*”, mostravam, de maneira indireta, que a mediação política do “*grupo de interesses*” estava presente em cada gesto que se fazia em relação à minha pessoa. Além disso, e sobretudo, estava também presente no conteúdo e até mesmo na forma da atividade que lá se desenvolvia. No conteúdo das palestras, pelo fato de ambos os palestrantes terem como tema “*o papel do Exército na nova realidade*”. Quanto à sua forma de apresentação, a característica mais notável era a organização espacial do evento, que separava os palestrantes do mediador — os primeiros sentados numa grande mesa retangular, ao centro de um palco, e o segundo, de pé, numa tribuna, distinta da mesa.

Curiosamente, o papel desse mediador — melhor compreendido se considerado como um orador — se limitava à apresentação dos palestrantes, com a indicação do tempo das falas e a leitura de seus currículos — na qual sempre aparecia o referendo de “*autoridade*”. Nesse momento, o Exército ocupava uma posição restrita na palestra, destacando-se dos palestrantes, com seus membros circunscritos à platéia e tendo seu representante — o mediador — fora da mesa. Tal postura veio a se repetir em todos os en-

contros posteriores dessa natureza a que estive presente, mostrando que o caráter solene da apresentação e da leitura dos currículos é um indicativo de como a instituição codifica aquela atividade: ao mesmo tempo em que se atribui aos palestrantes uma natureza de “*autoridade convidada*”, ressaltando-se uma série de honrarias que os dimensiona como pessoas dignas daquela *casa*, revela-se, a partir da organização espacial — certamente como parte daqueles dados profundos, ou melhor, “*naturalizados*”, da *identidade militar*, que passam despercebidos à primeira vista —, um distanciamento óbvio, apartando-se dos convidados tanto o mediador quanto a platéia. E mais: na platéia, de um lado, oficiais e, de outro, civis. Era, desse modo, de um lado, o Exército, de outro, as “*autoridades civis*”; mais ainda, muito mais próximo destas últimas, deixando explícita sua condição de alguém “de fora da cadeia de comando” pelo traje que vestia, ficava até o general da reserva. Sem dúvida, este foi um primeiro momento em que pude perceber que um dado da organização social, o pertencimento ao Exército limitado aos que trajam o uniforme — ou seja, àqueles que pertencem à cadeia de comando —, traduzia-se na conduta pela qual se organiza uma simples palestra, à primeira vista realizada como qualquer outra. Tudo isso ainda é reforçado pelo fato de que, ao se abrirem os debates, alguns oficiais introduziam suas falas do seguinte modo: “*O ilustre professor nos deu a visão da sociedade...*”. Dessa forma, tanto a separação espacial durante as palestras, quanto a idéia da existência de uma visão “*da sociedade*”, evidenciam traduções para a realidade sensível — ainda que provavelmente inconscientes — dos limites impostos pela construção da identidade militar — na sua distinção dos paisanos —, ancorados numa organização social que define os critérios de pertencimento à corporação através de um mapeamento da cadeia de comando-obediência.

Um segundo encontro, da mesma natureza, ocorreu em junho, durante uma semana. Tratava-se de um simpósio, A Sociedade Brasileira e a Defesa Nacional, que contava com a participação de militares, militares da reserva e civis. Ao contrário do primeiro evento, este tinha um caráter muito menos “rotineiro” e muito mais “ritualístico”. Explico melhor: como era realizado à noite, esse simpósio estava de certa maneira fora do expediente da Eceme. O sinal mais visível disso era, sem dúvida, o fato de todos os militares, exceto os da coordenação, estarem à paisana, misturados a familiares e a uma quantidade razoável de civis — estes, porém, facilmente identificáveis pela barba ou cabelo. O clima desse encontro era então mais de “ *festa*”, devido à presença de mulheres, filhos e amigos civis dos oficiais, do que de rotina, na qual os procedimentos estariam rigorosamente associados

à condição “inscrita” no uniforme de cada membro da Força. Momentos como a abertura e o encerramento, sob a solene execução do Hino Nacional, faziam parte de todo o cenário. Nesse instante, o *status* que habitualmente comanda as relações entre militares a partir das patentes hierárquicas³⁰ era dificilmente perceptível para um civil que não conhecesse pessoalmente os membros da corporação presentes no local. Mesmo assim, foi possível observar, esparsamente, muitas pessoas que, diante de outras, discretamente batiam continência e se mantinham em postura ereta.

A regra, vista cotidianamente através de uma insígnia no uniforme, parecia se dissolver nesse momento ritual, mas, com certeza, para quem era do grupo, ela estava lá, presente como sempre, subentendida nas “rodas” que se formavam, na proximidade com que as pessoas se sentavam e no modo como se portavam umas com as outras. Se, por um lado, o rito bastava para aparentemente dissipar as fronteiras hierárquicas do cotidiano e aquelas que separam civis e militares, por outro, permanecia, para aqueles que participavam da rotina militar, o conjunto de regras próprias aos membros da corporação, suficientes para o grupo saber quem pertencia ou não a ele. A mistura, portanto, ocorria exclusivamente do ponto de vista do civil.

Não havia como descobrir quem eram os civis presentes, com exceção dos palestrantes — todos professores universitários e um político. A leitura de seus vastos currículos permitia a localização de cada um e, sobretudo, o referendo de “autoridade” que conferia ao encontro uma característica peculiar. Isso também se verificava com os militares da reserva que faziam exposição, todos generais com extensa “folha curricular”. Creio que esse evento foi bem representativo da idéia anteriormente referida de uma ligação política nos moldes de um “grupo de interesses”, realizada entre as chamadas “autoridades civis” e o alto escalão militar. Digo isso porque, em termos técnicos, palestras de 10 minutos geralmente têm pouco a acrescentar, e a temática das falas acabou se mostrando menos valorizada do que os elogios trocados entre os presentes. Geralmente, as introduções, em que

³⁰ Talvez a definição que mais se aproxime da idéia que queremos dar de *status* seja a de Marshall: “Por *status* social, então, entendemos a posição geral de um indivíduo em relação aos outros membros da sociedade ou de algum setor dela” (Marshall, 1967:151). Essa idéia de *posições* que, no caso, situam indivíduos numa cadeia hierárquica está desenvolvida no cap. 3, porém já podemos adiantar que ela remete, em primeiro lugar, a uma condição normativa da conduta militar nos termos da relação comando-obediência. Como consequência, os deveres e obrigações de cada um são mediados pela *posição* que ocupa. É o sentido dessa característica globalizante que se pretende sintetizar pelo conceito de *status*.

se falava mais do “significado daquela noite” do que do próprio tema do encontro, ganhavam mais expressão do que as exposições em si. Estas, proferidas por civis e militares, não divergiam, contudo, na temática. Tratou-se, nesse encontro, de dois temas invariavelmente “convergentes”: Brasil e militares.

Discutia-se, porém, muito mais que isto: todo o evento, somando plateia, palestrantes, exposições, intervalos, abertura e encerramento, falava de militares, mas punha também em discussão algo que estava presente nessa atmosfera: o significado de ser militar, o papel do grupo em relação aos “outros” — a sociedade civil —, e a esta coisa maior, para eles congregadora de todos os interesses, o Brasil. Tudo isso, sem dúvida fruto de uma negociação cotidiana, era ritualmente condensado nessa ocasião, em que os militares punham em evidência — e também à prova — a concepção que tinham de si mesmos, dos outros e do próprio Brasil.

Note-se, nesse caso, que diversas dimensões estavam em jogo nessa “festa”, concretizadas a partir da idéia inicial de que o encontro destinava-se a discutir “importantes temas da nacionalidade”, mas que serviu, também, para que os oficiais reunissem suas esposas e, nos intervalos, colocassem os assuntos em dia. Mostrou ainda que, no trajeto deste pesquisador, também se cristalizou a posição de “aprendiz de militar”, explicitada sobretudo nesta pergunta, feita com frequência: “E aí? Está aprendendo? Está sendo útil para você?” Além disso, tal posição era referendada pelo modo como me apresentavam: “um jovem aluno”. Evidenciava-se assim um papel que me fora destinado antes mesmo de comparecer à Eceme pela primeira vez. Esses eventos delimitavam, a princípio, o que *deveria ser* — do ponto de vista da instituição — a fonte de minha pesquisa. Mas era na ambigüidade deste papel, o de quem aprende e observa, que aprendia e observava “tudo”, até a hora do cafezinho.

E na qualidade de *aluno* fui designado a manter contato fixo com um grupo de coronéis, aos quais tinha sido apresentado na primeira ida à Eceme, embora a natureza de suas atividades eu somente viesse a compreender a partir da terceira vez que estive lá. Estes eram coronéis instrutores no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), um curso da Eceme preparatório para o generalato. Instituído em 1986, o CPEAEx é integrado por aproximadamente 30 coronéis que, em microescala, porém com muito mais intensidade, realizam atividades no mesmo formato das já mencionadas. Seus cursos consistem em palestras seguidas de debates, conferências e painéis (REB, 1989:35). Como praticamente todo dia há um civil em suas dependências (anexas à Eceme), pode-se depreender que é no âmbito desse curso — e não no de comando — que ocorre sistemática-

mente o contato político com as elites civis. Reforça esta hipótese o fato de que de lá saíram meus “tutores” e que, a partir desse contato, minhas atividades de campo na Eceme ficaram restritas ao CPEAEx.

E este *aluno* recebeu pelo correio, no decorrer do ano, textos selecionados por esses coronéis, provavelmente com o intuito de ensinar algo que eles julgavam devesse ser aprendido. Tratava-se de quatro classes de textos: a) textos sobre Clausewitz;³¹ b) tabelas e organogramas sobre a estrutura de divisão do trabalho e funcionamento do Exército; c) páginas com citações e o que se poderia denominar “frases de impacto”; e d) um texto sem autor, data, nem título, cheio de definições, conceitos e projeções futuras para o Exército. Posteriormente, conversando com um oficial, descobri que tais textos eram básicos no currículo deles.

Em primeiro lugar, vejamos o que estou denominando “frases de impacto”. Não eram inéditas para mim, pois nas paredes de algumas escolas e unidades vi painéis que as contêm. São citações que vão de Sun-Tzu³² a Churchill, passando por Lênin e Maquiavel, ao lado de outras sem autor, como “*Principles of War: Objective/ Offensive/ Mass/ Economy of Force/ Manoeuvre/ Unity of Command/ Security/ Surprise/ Simplicity*”.

Mostrando esses papéis para um oficial da reserva, ele me explicou que se tratava de um “pensamento mnemônico”, que tais frases estão no dia-a-dia desde a academia, e que são aprendidas de cor como “princípios”. Mnemosine, a musa grega da memória, era então uma referência etimológica que dava uma pista:³³ esse pensamento remetia a algo que deve prevale-

³¹ Karl von Clausewitz, importante general alemão do século XIX, autor do livro *Da guerra* (1820), cujos conceitos, como, por exemplo, “centro de gravidade”, são utilizados até hoje por periódicos militares de várias partes do mundo. Como teórico da guerra moderna, sua literatura tem grande penetração no Exército.

³² General chinês, do século VI a.C., autor de *A arte da guerra*.

³³ Segundo Hannah Arendt, “no início da história ocidental, a distinção entre a mortalidade dos homens e a imortalidade da natureza, entre as coisas feitas pelo homem e as coisas que existem por si mesmas, era o pressuposto tácito da historiografia. Todas as coisas que devem sua existência aos homens, tais como obras, feitos e palavras, são perecíveis, como que contaminadas com a mortalidade de seus autores. Contudo, se os mortais conseguissem dotar suas obras, feitos e palavras de alguma permanência, e impedir sua perecibilidade, então essas coisas ao menos em certa medida entrariam no mundo da eternidade e aí estariam em casa, e os próprios mortais encontrariam seu lugar no cosmo, onde todas as coisas são imortais, exceto os homens. A capacidade humana para realizá-lo era a recordação, Mnemosine, considerada portanto como mãe de todas as demais musas” (Arendt, 1992:72). Estaria assim o pensamento mnemônico remetendo a uma pretensão de imortalidade? Lembre-se, apenas, que o Exército é, em sua definição constitucional, uma “instituição permanente”, e como tal deve ser representado por seus membros.

cer, como imortal, não mudar em face do diacrônico, devendo, por isso, ser introjetado como um valor, que como tal não deve ser contestado. Poder-se-ia então pensar nesses elementos como unidades mínimas de referência sobre as quais repousa a estrutura de pensamento militar. Isto ganha sentido quando relacionado com a última classe de textos [“d”] mencionada, representada aqui por um único texto.

Este texto — sem autor, data ou título — consistia justamente na “doutrina militar” elaborada pela ESG ainda na década de 70, com perspectivas para o fim da década de 80. A doutrina militar é um guia de orientação da ação coletiva, composto por princípios reguladores que a determinam. Esses princípios se firmam como regras absolutas e assim adquirem força de dogma. Na sua filigrana, a doutrina é sustentada por análises da realidade que, respeitando unidades mnemônicas como, por exemplo, as “quatro expressões do Poder Nacional: a econômica, a psicossocial, a política e a militar”, formam uma espécie de “corpo de jurisprudência” que traça os limites entre o permitido e o interdito. Também não possui autor nem data, e, posteriormente, a vi repetida em inúmeros textos, sem citação: por isso é regra inquestionável, não pertence a ninguém, mas à coletividade, e aparenta sempre existir, embora seja possível saber quem a criou e quando: o grupo de militares e civis que freqüentavam a ESG no período de sua elaboração. Tal qual as “frases de impacto”, funciona como parte essencial dos princípios que devem ser aprendidos de cor.³⁴

É justamente no significado a que remete a estrutura desse tipo de texto que desejo me deter. Afinal, a discussão de seu conteúdo é a discussão da doutrina, tarefa antes deles que propriamente do pesquisador. O interessante, para nós, é o fato de que são estes os princípios que eu também deveria aprender. Na ótica dos militares, aprender tais princípios talvez significasse chegar a pensar como eles. Cabe lembrar, aqui, uma frase dita a mim por um coronel, em tom muito sério: “*Sopa quente, se toma devagar e pelas bordas, senão a gente se queima*”. Seu significado parece lógico — tudo deve ser conseguido aos poucos. Mas também se pode depreender dessa fra-

³⁴ O que nos leva a refletir sobre o sentido de “aprender de cor”: aprender *através do coração*, que é onde as frases devem ser guardadas, mais do que na memória. Nesse sentido, trata-se de levar os conceitos ao corpo, “naturalizá-los”, a ponto de se tornarem uma unidade indissociável daquele que assim os apreende. Eis uma característica fundamental de uma instituição baseada na disciplina, quando se pensa que é imprescindível, justamente para se manter a unidade da *corporação*, transformar representação em norma de conduta, unir o *espírito militar* à ação militar.

se que meu lugar, espelhado no mundo militar, ainda era o de um “aspirante a subordinado”. Nesta condição, se quisesse mesmo fazer parte de algo relacionado àquele mundo, deveria observar e aprender com cautela, introjetar os conceitos e “não pôr o carro à frente dos bois”, ou seja, no limite, agir o mais perto possível de como se constrói a carreira militar. Talvez um momento extraordinário dessa dinâmica tenha sido quando um outro coronel me disse que “*ainda é possível você entrar para o Exército. Afinal, precisamos de gente que ajude a organizar nossa memória*”.

Entretanto, o fato de que, durante dois anos e vários contatos, toda conversa desembocava no “*precisamos estreitar nossos laços*” — como uma mensagem que, de tão repetida, se introjetaria — significa que, de qualquer modo, ainda assim as fronteiras entre um paisano e um militar se preservavam. Pois, na verdade, tudo isso continuava se realizando dentro daquele código em que a política filtra a visão de mundo, e a Universidade era vista como uma outra instituição hierárquica em condições de elaborar um projeto para o Brasil. Nesse sentido, creio eu, talvez esta pesquisa representasse para eles uma peça — pequena, mas inicial — da ponte que poderia estabelecer um contato sistemático entre Exército e Universidade: talvez aquela engrenagem simples e básica, capaz de colocar dois mecanismos em sincronia.

Isso se revelou também quando, em 1992, um grupo de coronéis do CPEAEx esteve na USP, em duas ocasiões: a primeira no IEA,³⁵ e a segunda no Naippe.³⁶ À paisana, assumiam diante dos professores da Universidade a postura de iguais, como intelectuais do Exército, buscando um fundo comum entre as duas instituições. Misturavam-se ao público paisano, não apenas na mesa como na platéia. Aparentemente, a condição tanto de militar quanto de civil se dissolvia num patamar de igualdade nesse momento, no qual não consegui observar as mesmas regras de conduta militar que constataria em campo na Eceme. Mesmo em relação ao conteúdo, foi possível observar que, de ambas as partes, repetia-se o que invariavelmente era falado pessoalmente comigo na Eceme ou no CPEAEx: falava-se de “*um projeto para o Brasil*” e, principalmente, de “*estreitar os laços*”. Reproduziam-se, assim, em escala ampliada, os discursos em relação à Universidade que eram dirigidos quando estava na “casa” militar. Isso reforça a idéia de que em todos

³⁵ Instituto de Estudos Avançados da USP.

³⁶ Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas e Estratégias, do Departamento de Ciência Política da USP.

aqueles momentos eu era não só portador de uma insígnia institucional, mas também uma “peça na engrenagem”. Uma prova é que, nos dois casos, fui citado como “*um velho amigo nosso, que vem desenvolvendo um projeto conosco desde o começo do ano*”. De fato, se pensarmos que o Exército traduz essas relações pessoais para uma lógica própria, que codifica a realidade de acordo com os parâmetros da disciplina e hierarquia, e que portanto faz as pessoas carregarem uma determinação institucional em suas funções, faz sentido crer que, do ponto de vista militar, eu era um “*representante da Universidade*”.

Assim, em 1992, minha posição privilegiada de membro da Universidade de São Paulo, com uma atividade intelectual sistemática, dava margem à negociação necessária para que, cautelosamente, fosse desenvolvendo esta pesquisa, acumulando documentos e mais documentos. Desse modo, praticamente, terminou aquele ano.

Em 1993, outros fatores vieram intensificar esses movimentos de sístole e diástole relacional. Em junho, um fato curioso ocorreu. Celso Castro foi convidado pelo CPEAEx para dar uma palestra, à qual também fui convidado a assistir. Pedi a um coronel o telefone do professor, juntamente com uma autorização para gravar a fala. O inusitado estava justamente no fato de um membro do grupo pesquisado por dois colegas de uma mesma área “apresentá-los” um ao outro, sendo ele aí um mediador comum.

A palestra era basicamente sobre dados inéditos de origem social dos militares que Castro obteve na Aman, e, numa segunda parte, sobre *O espírito militar*. Depois de aberta a sessão para debates, notou-se claramente que um clima inamistoso tinha sido gerado pelas conclusões a que Castro chegara a partir dos dados sobre origem social — que basicamente apontavam para uma endogenia crescente da instituição. No entanto, essa situação surpreendentemente se inverteu quando, pela primeira vez, se abordou nas perguntas algo referente a *O espírito militar*. Nesse momento, Castro começou a citar elementos “nativos” da experiência dos cadetes, e desde então o ambiente se descontraíu, permanecendo assim até o final do evento. Talvez porque se tratasse do primeiro acadêmico que ia lá falar exclusivamente da “experiência nativa” militar, sem uma perspectiva que envolvesse em primeiro plano a lógica pela disputa do poder de Estado, talvez porque simplesmente esses elementos “nativos” tenham gerado uma cumplicidade não usual entre um paisano e os militares — tomados individualmente, pois todos tinham passado por experiências semelhantes —, o fato é que a exposição fez sucesso com a platéia.

A conseqüência, para mim, foi uma certa “exorcização” da condição de pesquisador ainda incompreendido em minhas intenções. Este foi o começo de uma compreensão diferenciada do papel da minha própria pesquisa, já que agora possuía essa outra referência a referendá-la, inclusive para esclarecer “o que é” um antropólogo. Seria este também o começo do rompimento da “leitura estritamente política” de meu papel, dando aos poucos lugar à idéia de que queria fazer mesmo uma pesquisa que falasse a respeito do mundo deles, sem posteriormente “difamar o Exército” — como alguns oficiais se referiam à atitude de certas pessoas.

Cabe, entretanto, um ligeiro esclarecimento. O leitor pode se perguntar se isso não seria possível apenas através da referência ao livro de Castro, já que, nos meus primeiros contatos com militares, eu o havia mencionado como um trabalho da mesma área, com métodos e abordagens semelhantes. Mas a maioria dos oficiais não leu o livro, limitando-se apenas a uma resenha, ou então ficou sabendo de fonte oral (dado que foi passado por um tenente-coronel). Imagino que seja desse modo que se forma o senso comum no Exército a respeito das publicações civis sobre militares, pelo menos entre a oficialidade superior. Vale ilustrar que um oficial de uma unidade paulista comentou que não tinha gostado do livro, embora não o tivesse lido. A presença de Castro no CPEAEx acabou desempenhando a função de um ritual, no qual, no aqui e agora, eles puderam comprovar quem ele era *realmente*, apesar de seu trabalho ter dado uma noção prévia, determinante, até, para lhe terem feito o convite. Se a receptividade em relação a mim foi diferente depois do encontro, é porque o professor deu sinais de como minha pesquisa poderia ser, reforçando, inclusive, a possibilidade de eu ser, de fato, um “amigo do Exército”, já que ele próprio parecia ter passado a sê-lo — conforme um comentário de um oficial que ouvi logo depois.

De fato, esse tipo de reação ocorreu, pois, mal terminou a palestra, fui conduzido a uma sessão de “análise grupal”, com três psicólogas. Sem dúvida, tratava-se de uma situação privada, que eu não estava acostumado a partilhar com os militares, ainda que o encontro ocorresse na presença de psicólogas civis.³⁷ Mas o que me chamou a atenção foi o fato de presenciar uma atividade diferente das “pedagógicas” — no caso, não era uma situação explícita de *aprendizado*, embora fosse sabido que meu papel

³⁷ Civis, no entanto contratadas pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército (CEP). Não tenho conhecimento exato das atividades deste centro, mas sei que ele é vinculado ao CPEAEx na elaboração da disciplina de psicologia.

não era outro senão o de alguém que estava lá para observar e aprender. Tratava-se, assim, de uma situação particular em que, do ponto de vista de alguém que estaria exclusivamente inserido na lógica do contato via “conferências”, não faria sentido algum. Em resumo, estava sendo discutido um único problema que, aparentemente, afetava a todos os oficiais presentes: a hierarquia. O tema era abordado através de uma dramatização³⁸ que envolvia incompatibilidades entre instâncias decisórias e *status* conferido pela patente. Portanto, fui levado pela primeira vez a uma situação privativa, em que se discutia a conduta militar, sem se falar do “projeto para o Brasil”.

O ano de 1993 foi aquele em que um duplo movimento acabou sendo traçado: por um lado, cada vez mais minha imagem ia se apoiando na de Castro, enquanto, por outro, os encontros em que se manifestava a idéia de um “projeto nacional” a ser construído com os intelectuais da *Universidade* aos poucos iam escasseando para mim — talvez pelo fato de o CPEAEx ter sistematizado um contato com o Naippe —, embora suponha que tenham continuado a ocorrer normalmente com os outros. A par disso, mantinha diálogo e troca esporádica de correspondência com o grupo de coronéis do CPEAEx, recebendo deles sobretudo textos de doutrina e monografias da Eceme e lhes enviando projetos e cartas de intenções, nos quais revelava os rumos que daria à minha pesquisa. Aparentemente, tudo iria se resolver a partir desses oficiais com quem tinha contato: entrevistas e uma viagem de campo à Amazônia eram as prioridades.

Paralelamente, surgiu uma outra categoria de relação, através de contatos indicados por Castro, estabelecida a partir de entrevistas com generais da reserva.³⁹ Foram longas entrevistas, realizadas entre o fim de 1993 e meados de 1994 no Rio de Janeiro, nas quais se abordou uma ampla gama de assuntos. Em 1993, a única idéia que havia sobre como foi possível uma entrevista com um general da reserva era a de que bastava uma indicação.

³⁸ A partir do relato de casos concretos que, como num psicodrama, assumiam a forma de reclamações ou reivindicações.

³⁹ Também foram realizadas entrevistas em São Paulo com dois oficiais da reserva conhecidos meus, um coronel e um capitão. Este último é um interlocutor privilegiado, pois hoje é colega da área de ciências sociais. De certa maneira, na sua fala, embora em alguns momentos se note uma “tradução” para o “sociólogo”, em muitos outros se via que a memória da instituição estava ainda aguçada. De todo jeito, não tratei com este de assuntos que remetiam diretamente a julgamentos valorativos: procurei com ele reconstituir aspectos organizacionais do Exército, fato que me ajudou muito na compreensão do mundo militar.

Até então, achava que o único fator que se impunha como imprescindível e estruturador da relação com os militares era a indicação pessoal. Achava que, se indicado ou citado por um militar ou alguém respeitado e reconhecido por eles, tudo iria bem. Isso começou a mudar a partir de 1994, quando um episódio desviou o rumo da história desses meus contatos com eles.

O primeiro semestre de 1994 foi marcado por entrevistas com oficiais da reserva e pela elaboração de um “projeto” definitivo que serviria para explicar as intenções sobre uma ida a campo na Amazônia. Este foi enviado ao CPEAEx numa primeira versão no começo do semestre, e uma segunda versão, dirigida a um general que comandava na Amazônia, seria entregue a ele através do próprio CPEAEx. Em agosto, telefonei a um dos coronéis para ver como estava o andamento do projeto, já que até então não recebera qualquer resposta. Aqui começa o mencionado episódio. Para minha surpresa, não somente esse coronel, mas todos os meus demais interlocutores na Eceme haviam sido transferidos para outros locais e, curiosamente, não tive qualquer notícia a esse respeito. Digo curiosamente porque estava com um projeto em andamento, que contava com a aprovação dele e cuja conclusão dependia de sua intermediação. Tudo aparentemente voltava à estaca zero. Então, para resolver a situação, vali-me do mesmo recurso de quando estava nessa posição, em março de 1992: através de minha orientadora, voltei a acionar o contato inicial, o mesmo general da reserva que então me havia enviado à Eceme. Tentava, assim, refazer o “triunvirato” que me sustentara inicialmente.

Somos, assim, levados a pensar no significado desse “silêncio”, provocado por um súbito “esquecimento”. Um ponto de partida possível é o princípio de que essa conduta me remetia ao lugar que ocupava para a instituição. Agora, posso falar seguramente *a instituição* porque fui publicamente nomeado como “*um velho conhecido nosso, que foi orientado pelo coronel ‘X’ no ano passado num microprojeto sobre militares, lá da USP*”, justamente naquela já citada palestra de Castro no CPEAEx — a qual fui autorizado a gravar.⁴⁰ A classificação de *orientando*, inúmeras vezes repetida mas principalmente assumida naquela ocasião em que havia pelo menos mais de um civil — Castro —, e que também pôde ser registrada, me colocava “sob a responsabilidade de alguém”, e este alguém, dadas as características hierárquicas e de

⁴⁰ Deve-se adiantar que este foi o único momento em que pude gravar militares da ativa. Da gravação original foram tiradas duas cópias, uma para o próprio Castro, e outra que foi enviada ao CPEAEx.

divisão do trabalho do Exército,⁴¹ nunca é escolhido aleatoriamente, mas sim *designado* de acordo com as funções que desempenha na instituição. Essas características garantem que a instituição, como tal, sempre *procure saber o lugar* de cada indivíduo que a ela pertence, como membro, ou como *responsável* por um membro que lhe é agregado.⁴²

A insistência num projeto em que pretendia fazer observação participante na Amazônia, portanto não mais naquele lugar próprio para a frequência de paisanos — decorrente da mudança de perspectiva causada pela minha identificação com Castro, já que, do meu ponto de vista, estava explícito que queria fazer uma pesquisa nos mesmos moldes metodológicos de *O espírito militar* —, fez com que não mais me adaptasse às categorias que antes havia sido designado a exemplificar. Nesse papel, não era mais um *jovem aprendiz*, mas sim um pesquisador civil, que mandara a oficiais projetos pelos quais evidenciava uma intenção, no limite, “egoísta” — dissonante daquela que me definia na configuração anterior — e fora, portanto, daquelas classificações próprias à lógica de um controle disciplinar que, designando meu lugar, agora não tinha como conceber uma situação envolvendo um *projeto individual*. Afastei-me, assim, da idéia de que meu trabalho junto ao Exército deveria pensar no “*projeto para o Brasil*” e, creio, a partir disso permaneceu um “vácuo logístico”, pois a pesquisa que efetivamente me propunha realizar não tinha onde se encaixar. Diante disso, os militares se encontrariam numa situação de xeque-mate: na condição de “objeto” a que forçosamente se veriam reduzidos, provavelmente se constrangeriam, ao mesmo tempo em que, como membros de uma instituição que é parte da *coisa pública*, não poderiam se fechar a ninguém, especialmente a alguém que, em princípio, não tinha feito nada que evidenciasse erro de conduta ou transgressão. Escapei, assim, a uma lógica que me conduzia a um circuito de subordinação que realizava uma operação de fortalecimento de laços entre duas instituições, mas, nessa nova condição, quem iria se responsabilizar por mim? Foi, finalmente, a partir daí que comecei a compreender que tais lugares, de “sim” e “não”, que foram sendo construídos nessa relação, tinham uma explicação na dinâmica interna da organiza-

⁴¹ O que veremos detalhadamente no cap. 3.

⁴² Ao leitor, peço desculpas, pois esse fato estará, espero, definitivamente esclarecido somente no fim do terceiro capítulo, quando traçarmos uma teoria sobre o lugar do indivíduo na coletividade do Exército.

ção social militar. Em filigrana, esse problema foi se delineando melhor com os fatos subseqüentes.

Tendo, pois, voltado a mobilizar minha orientadora e o mencionado general da reserva para retomar o contato com os oficiais do CPEAEx, cheguei à etapa final de campo, com um convite — que partiu do próprio general — para o seminário Política Educacional para o Exército: Ano 2000, ocorrido em Brasília, em agosto de 1994. Esse seminário, segundo palavras de militares presentes, era “*a abertura de um ciclo de atividades onde se pensaria o papel do Exército*”. A atividade não era pequena — era muito maior do que aquelas que eu estava acostumado a presenciar no CPEAEx ou mesmo na Eceme, mas de certo modo preservava o mesmo caráter das anteriores: permaneciam o mediador separado de “*autoridades civis*” e o “*projeto para o Brasil*”, com a diferença básica de que ninguém, em nenhum momento, me falou no “*estreitamento de relações com a Universidade*”. Num enorme auditório, havia 300 ou mais oficiais, em sua maioria coronéis e generais, entre os quais se incluíam alguns daqueles coronéis que eu contatara anteriormente. Os diálogos que mantive com eles se limitaram a assuntos genéricos, e o tom político do CPEAEx foi quase que inteiramente abandonado. Duas hipóteses podem ser formuladas com relação à mudança de atitude desses antigos conhecidos: a primeira é que, possivelmente, em suas novas atribuições não havia por que manter aquele discurso anterior, já que isso deveria estar sendo feito pelos que vieram a ocupar suas posições no CPEAEx; a segunda envolve a probabilidade de eu ter me tornado inconveniente a partir de 1993 e, como tal, ninguém quisesse se comprometer mantendo um “*estreitamento de laços*”, já que isso era um problema com o qual a *instituição* teria que lidar.

Unindo os fatos, percebi que, para os militares, novas atribuições significam também novas condutas, e que teria que encontrar explicações para os diferentes tipos de relação pesquisador-pesquisado com as quais me defrontara na base de definições dessas atribuições. Somando isso com a importância da ocasião, em que estavam presentes apenas alguns coronéis de todo o universo de coronéis do Exército, também percebi que, antes, estava dialogando não só com coronéis, mas com uma seleção determinada deles — somente aqueles que possuíam a atribuição de estar lá. A decorrência foi ver que a hierarquia não era um sistema “*piramidal*”⁴³ apenas, mas que,

⁴³ “*Piramidal*” no sentido de estratos formados apenas pelas patentes hierárquicas, como sargentos, tenentes, capitães etc. Essa discussão encontra-se detalhada no cap. 3.

dentro da “pirâmide”, indivíduos com a mesma patente podem ocupar diferentes *posições* na escala de subordinação, e que, para entender a minha própria, ia ter que entender como funcionava esse *sistema de posições* e suas respectivas relações, dentro da Força. Note-se que, no limite, isso impôs uma tarefa um pouco diferente daquela a que meus colegas antropólogos urbanos se dedicam: tinha que me aproximar agora dos etnólogos e seus diagramas de parentesco, e pensar a organização social do grupo, elemento por elemento, de um modo quase funcionalista, especialmente porque tal tarefa, em termos dessa problemática, não havia sido realizada em relação aos militares.⁴⁴

Assim, começava a se imbricar na problemática inicial — ver como os militares negociavam sua identidade, na interseção entre a dimensão pública e privada de sua existência, a partir das chamadas grandes questões nacionais, como a *questão amazônica* — a questão da estrutura do grupo. Tal imbricação permitiu perceber, aos poucos, que estes dois aspectos estavam relacionados e que, concretamente, mesmo qualquer coisa como “a Amazônia” iria estar relacionada a uma experiência coletiva baseada na organização interna da corporação.

Isso se cristalizou definitivamente em Brasília. Lá, no decorrer do seminário, encontrei um interlocutor que julgava ideal: um oficial muito bem informado da “linguagem acadêmica”, não pertencente ao grupo de coronéis que conhecia anteriormente, e com currículo que mencionava uma experiência na Amazônia. Conversamos muito. Como ele conhecia bem o livro de Castro, pude balizar um pouco minhas discussões segundo parâmetros usados pela própria antropologia e, de certa maneira, romper com a dificuldade de passar para o senso comum a difícil resposta à pergunta: “*onde você quer chegar com esta pesquisa?*”

Curiosamente, porém, o primeiro contato com esse oficial foi elucidativo mais pelo que *não* aconteceu do que pelo que aconteceu de fato. Expliquei melhor. Perguntei se podia me conceder uma entrevista gravada, sigilosa, na qual não revelaria sequer sua patente. Ele falou para conversarmos

⁴⁴ Foi realizada por Castro uma análise sobre outra parte da organização social, sobretudo aquela que diz respeito às Armas e as representações que são construídas para se formar, numa primeira instância na Academia Militar, uma identidade militar. Creio, porém, que a reconstrução desta mesma identidade, negociada cotidianamente a partir das relações que se constroem sob as patentes militares que se enquadram no serviço propriamente dito, é uma tarefa irrealizada.

depois e, no último dia em Brasília, fomos fazer, em sua casa, o que eu julgava que seria uma entrevista gravada. Passei cerca de quatro horas com o gravador, mas sem apertar a tecla *rec*, pois não obtive autorização. Não possuir prova gravada de horas de conversa sobre experiências exemplares é uma sensação indescritivelmente ruim. Que só foi superada por outra experiência igualmente indescritível, quando, de volta a São Paulo, cheguei a uma explicação plausível para o que havia — ou melhor, não havia — ocorrido. Conectando observações que já se delineavam ao longo do tempo, especialmente espelhando através de mim uma realidade hierárquica, que me punha em contato com um circuito determinado de pessoas, numa clara posição de subordinação, levantei a hipótese de que o problema remetia à lógica da hierarquia — o oficial não estava autorizado a falar, a tomar uma posição, como indivíduo que é, sem antes ter o aval da cadeia de comando. Para testar a hipótese, contatei imediatamente um dos superiores do referido oficial — coincidentemente, alguém que já conhecia de outras ocasiões —, para me desculpar por ter falado com um subordinado sem antes lhe ter pedido autorização, porque “afinal, como antropólogo, deveria ter prestado atenção nas regras da hierarquia”. Fiquei surpreso (na verdade, não houve surpresa) quando as desculpas foram aceitas, o que veio confirmar minha suposição.

A situação do gravador se repetiu mais duas vezes, com pessoas diferentes. Havia quase sempre uma grande disponibilidade para a conversa, uma cordialidade acima do comum, e um “tempo gasto” comigo que realmente impressionava. O gravador, porém, era um limite entre o permitido e o interdito. Uma situação específica mais uma vez pôs isto à prova: fui ao Rio de Janeiro exclusivamente para visitar uma unidade com cujo comandante mantive um contato informal em função de uma pesquisa bibliográfica relativamente extensa, de interesse pessoal dele, feita por mim. Ainda em São Paulo, ficou acertado que eu poderia entrevistar os oficiais, desde que omitisse nomes, patentes ou particularidades que permitissem identificá-los. No Rio, um dia antes, foi confirmada a visita para as 9h. Cheguei ao local às 8h55min e o comandante não se encontrava. Fui ao setor de relações públicas da unidade, e meu nome não tinha sido deixado com ninguém. Resolvi esperar e, por volta das 11h30min, ao sair para telefonar, vi o comandante chegando de carro. Corri de volta e avisei o tenente das relações públicas que o comandante havia chegado. Meia hora depois, diante de uma situação de visível constrangimento, falei rapidamente com o comandante, que disse para o tenente me apresentar a dois outros oficiais, e que em meia hora ele me veria. Acabei passando o dia com um oficial que, ao ver o grava-

dor, levou um grande susto e pediu que eu não gravasse nada do que conversávamos. Às 16h, quando percebi que o comandante me evitaria o dia inteiro, resolvi ir embora, o que pareceu ter causado um alívio geral.

Esta foi uma situação limite, que revelou até que ponto as regras persistem. Não houve quebra da regra, porém minha presença no local significava, claramente, uma espécie de conflito — o cotidiano deles não estava preparado para essa recepção. O contraste dessa situação são as falas gravadas que possuo com oficiais da reserva. São depoimentos que, transcritos, chegam a 50 páginas. Revelam, acima de tudo, que, mesmo sendo militares e tendo toda a sua formação e socialização nessa instituição baseada na disciplina e hierarquia, ao sair da cadeia hierárquica, podem quebrar esta regra que impede que os oficiais da ativa deixem registrado seu depoimento no gravador. Não há a quem pedir autorização, não há a quem dever subordinação, não há um circuito hierárquico que decide, no fim das contas, qual é e qual não é a conduta apropriada de um membro do Exército nessa situação.⁴⁵ E aqui cabe a observação de que se trata de um *circuito hierárquico* multifacetado e não apenas simplesmente disciplinar, justamente pelo fato de que nem todas as decisões vão parar no ministro do Exército — as instâncias decisórias são as diversas patentes, de acordo com a natureza do problema; na dúvida, este vai “para cima”, parando no ministro.⁴⁶ Se assim não fosse, tratar-se-ia apenas de uma cadeia disciplinar, na qual genericamente todo indivíduo deve subordinação ao coletivo.

Portanto, se quisermos entender as particularidades da instituição, é à hierarquia que teremos que recorrer. Ela surgiu como problema exatamente na medida em que, ao longo do trabalho de campo, fui percebendo que meu lugar variou de acordo com diferentes instâncias de subordinação: enquanto “*universitário*”, “*aluno da professora que dá aulas na Eceme*”, “*indicado do general*”, e principalmente um “*orientando*” ou “*aprendiz*”, em contraste com o “*pesquisador paisano*” que me tornei, que punha na condição de “objeto” os membros da corporação, e que não encontrava seu *lugar* na escala de subordinação. Este é o contorno que essas diferentes posições assumiram *post fac-*

⁴⁵ E, dessa maneira, também se explica pelo deslocamento da cadeia de comando a posição que um oficial da reserva adquire quando, por exemplo, em conferências da Eceme, ganha o *status* de *autoridade convidada*.

⁴⁶ Nesse sentido, vale comparar meu percurso com a trajetória de campo de Castro, que obteve uma autorização de uma instância superior na cadeia de comando, forçando uma série de subordinados a aceitá-lo na Aman a contragosto (ver Castro, 1990:163-73).

tum, possível de se ver agora, mas que foi sendo construído na filigrana das relações com meu objeto de pesquisa, sendo, portanto, uma tarefa extremamente difícil percebê-lo no momento mesmo em que estas relações ocorrem. Como poderia, em 1992, perceber o relevo interno da instituição a partir de uma relação que, na hora, significava apenas (e já era muito) um contato com um mundo genérico de *militares*? Somente o costume — não o do convívio cotidiano, aqui obviamente impossível, mas aquele que torna o pesquisador mais isento diante dos caminhos e barreiras surgidos na relação e que refreia certo “deslumbramento” — permite compreender certas nuances internas de uma instituição tão distante da realidade do mundo civil — no qual se inclui o antropólogo — e tão difícil de ser contatada.

Na tentativa de demonstrar a relevância da hierarquia, nos próximos capítulos empreenderemos uma análise em dois planos. No capítulo seguinte, um plano diacrônico será desdobrado em dois níveis, procurando: a) traçar uma história de “longa duração” que mostra que a hierarquia é um fenômeno capaz de permanecer estruturalmente estável através do tempo, apresentando ainda os diferentes contextos em que esse princípio pode ser aplicado; e b) examinar como esse fenômeno, na sua capacidade de absorver o contexto social, pode suportar uma releitura de si mesmo e, no século XIX, arcar com o peso de mudanças profundas, mantendo um mesmo princípio estrutural. No capítulo 3, um plano sincrônico, resultante do trabalho de campo, procuro ver em detalhes os desdobramentos da hierarquia na organização social do grupo.

CAPÍTULO

2

BREVE HISTÓRIA DA HIERARQUIA MILITAR

O FENÔMENO da hierarquia existe, nas mais variadas formas e situações, geralmente como parte de sistemas sociais, formas de classificação, sistemas de representações, ou qualquer outra área que se pretende mostrar ordenada a partir de escalas de alguma forma cumulativas, praticamente em todas as sociedades, ao menos desde o registro de sua história escrita. No sentido de uma ordem sistemática e estratificada em regiões da vida social, encontramos hierarquia, por exemplo, em sociedades que não dispõem de autoridades constituídas, sem Estado, em sistemas de classificação etários (Evans-Pritchard).⁴⁷ Encontramos no Havaí um sistema ordenado e cumulativo de distribuição de poder como uma extensão do prestígio baseado no parentesco (Sahlins).⁴⁸ De outra maneira, Dumont encontrou nas castas da Índia a hierarquia como um princípio que norteia toda a vida social daquele país: “as castas nos ensinam um princípio social fundamental, a hierarquia,

⁴⁷ Segundo esse autor, “o sistema de conjuntos etários (...) divide a população masculina de uma tribo em grupos estratificados que mantêm relacionamentos mútuos definidos, e atravessa divisões territoriais, provocando uma igualdade de condição lá onde existe disparidade política e condições diferenciadas onde há identidade política” (Evans-Pritchard, 1978:269-70).

⁴⁸ “As principais divisões de ‘linhagem’/territoriais se desenvolvem do topo do sistema para baixo, como a extensão da fissão doméstica das famílias dominantes. Podemos chamá-las de segmentação heróica, iniciada pela dispersão centrífuga do ‘parentesco’ real, o que tipicamente antecipa a luta pela sucessão. O problema implica a redistribuição dos povos subordinados (ou derrotados) entre a aristocracia dominante. Os princípios de descendência são substituídos nos níveis mais altos da ordem segmentar pelos privilégios de autoridade” (Sahlins, 1990:70).

cujo oposto foi apropriado por nós, modernos, mas que é interessante para se compreender a natureza, os limites e as condições de realização do igualitarismo moral e político ao qual estamos vinculados” (Dumont, 1992:50).

Basicamente, Dumont, ao contrapor a sociedade hindu à nossa, acaba tomando a modernidade a partir do princípio igualitário que se encontra na base de sua constituição. Pode-se dizer que, a partir da *Declaração dos Direitos do Homem*, as sociedades que se encaixam no rótulo de “modernas” são as únicas a externar o princípio da igualdade, a torná-lo explícito e, em certo sentido, a fazer de tudo para que esse princípio chegue idealmente o mais próximo possível de uma situação de fato, ao menos no plano geral da lei, que iguala todos os indivíduos na condição de cidadãos (Dumont, 1992).

Entretanto, basta olhar para os lados que veremos, em vários aspectos particulares da dita vida moderna, a hierarquia se disseminar:⁴⁹ na escola, na família, na propriedade, na religião, no interior do próprio Estado e, naturalmente, nas Forças Armadas. Nestas últimas, contrariamente, pode-se dizer que um princípio geral, que é externado e tornado explícito, é o princípio da hierarquia. Ele aparece na própria definição constitucional das Forças Armadas: “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais e permanentes, *organizadas com base na hierarquia e na disciplina*, sob autoridade suprema do presidente da República...” (Brasil, 1988:98).

Como bem observa um general da reserva, em um depoimento singular: “Nas relações entre militares, principalmente entre oficiais-generais, o princípio básico da hierarquia — a antigüidade no posto, ou seja, o tempo de serviço na profissão — é o mais importante e decisivo. (...) Ao civil, não raro, escapa o peso e as implicações de tal fator” (gen. R/1 Rego, 1994:68). Apesar de evidente pela sua explicitação, a hierarquia como princípio não é tão visível quando se trata de seus desdobramentos no interior da corporação. Pode-se adiantar que a hierarquia, além de ser um princípio geral, norteia *toda* a vida da instituição militar, reunindo, de maneira singular, um princípio dado na lei e uma conduta a ela associada. Ela é o princípio primeiro de divisão social de tarefas, papéis e *status* dentro do Exército, determinando as condutas e estruturando as relações de comando-obediência, sistematizando a ação e a elaboração do conhecimento militar e mapeando o modo como as relações de

⁴⁹ Entretanto, diversa daquele modelo das castas. Entre outras coisas, Dumont procura estabelecer uma distinção radical entre os modelos de “estratificação” modernos e a hierarquia das castas. Procuraremos desenvolver melhor esta questão na conclusão.

poder devem estruturar-se. Além disso, ela determina o modo pelo qual o conhecimento e as informações são produzidos e circulados no interior da tropa.

Longe de ser apenas um princípio legal,⁵⁰ a hierarquia é a base sobre a qual se exteriorizam cotidianamente sinais de respeito, honras, cerimonial, continências, ordens e comandos; tudo isso executado pelos membros da Força, cada qual em uma posição no interior da instituição, sem que ao menos precisem ter consciência de que, tomadas em seu conjunto, as diferentes condutas são manifestações particulares que necessariamente transitam por esse princípio regulador coletivo que é a hierarquia. Pode-se dizer, portanto, que a partir dela se espelham as relações sociais e a visão de mundo militares. Veremos, mais adiante, que ela não é somente relevante para o mundo *interno* da caserna, mas também determinante do modo pelo qual as relações com o mundo civil se estruturam, como pôde ser constatado ao fim da pesquisa de campo.

Somando-se a isso há o fato de a hierarquia estar presente na origem histórica da formação dos exércitos, no fim do período conhecido como Idade Média. Sem querer dizer que o problema começa lá, ou melhor, que a formação histórica explica o problema, pode-se, sem dúvida, entender ao menos como uma determinada conexão de elementos do contexto medieval é responsável pela organização dessa instituição que acaba por dar origem a uma verdadeira “comunidade”. Assim, veremos, por uma breve análise histórica, como a hierarquia e essa “comunidade” se imbricaram e se manifestaram através do tempo.

ORIGENS DA HIERARQUIA NA ORGANIZAÇÃO MILITAR BRASILEIRA

Uma característica do Exército brasileiro, que pode ser creditada a uma origem medieval, é a hierarquia. Nas sociedades européias, diferentes estratos sociais se organizavam hierarquicamente pelo sistema de suserania e vassalagem, no qual a linhagem contava como fator preponderante para a distinção social. De certa maneira, pode-se dizer que os variados graus hierárquicos ligavam-se à posse da terra. Por outro lado, a nobreza formava em si

⁵⁰ Além de aparecer na definição constitucional, ela assim aparece no *Estatuto dos Militares*: “A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas” (art. 14, cap. III, 1994 (1980):8).

uma classe guerreira, cuja lealdade seguia o princípio vertical das relações feudais para defender as terras do suserano ao qual devia sua posição. De acordo com Norbert Elias, “a maioria dos ‘oficiais’, segundo se disse a respeito dessa fase, ‘eram agricultores que desempenhavam deveres oficiais’. (...) Com esse papel judiciário e mantenedor da lei se combinavam funções militares; eram guerreiros, comandantes de grupos mais ou menos marciais e de todos os demais senhores de terra na área que o rei lhes dera, contra qualquer ameaça de um inimigo externo” (Elias, 1993:25). Essa situação cristalizava no mundo feudal uma relativa estabilidade em relação ao equilíbrio de forças que permeava a hierarquia estamental. A “ordem militar” estava intrinsecamente associada à ordem privada, ou melhor, aquela era uma expressão *ipsis litteris* desta, não sendo possível, até mesmo, falar-se numa “ordem militar” autônoma. Esse panorama começa a se modificar com mais intensidade no século XI, em toda a Europa ocidental.

Por razões múltiplas, mudanças estruturais na economia feudal afetam a nobreza: “Quanto mais moeda entrasse em circulação numa região, maior seria o aumento de preços. Todas as classes cuja renda não aumentava à mesma taxa, todos aqueles que viviam de renda fixa, ficavam em situação desvantajosa, sobretudo os senhores feudais, que auferiam foros fixos por suas terras” (Elias, 1993:19). De um lado, então, o fato de terras serem encampadas pelos grandes suseranos e, de outro, um considerável aumento de impostos nas mãos dos mesmos tiveram “como primeiro resultado um aumento mais ou menos automático e constante da renda do suserano. Essa foi uma das precondições sobre as quais a instituição da monarquia obteve gradualmente seu caráter absoluto ou ilimitado” (Elias, 1993:20). A partir disso, “à medida que cresciam as oportunidades financeiras abertas à função central, o mesmo acontecia com o seu potencial militar. O homem que tinha à sua disposição os impostos de todo um país estava em situação de contratar mais guerreiros do que qualquer outro; pela mesma razão, tornava-se menos dependente dos serviços de guerra que o vassalo feudal era obrigado a prestar-lhe em troca da terra com a qual fora agraciado” (Elias, 1993:20).

Nessa configuração, aos membros da nobreza que não suportassem os aumentos de preços e a pressão do suserano pelo encampamento de suas terras, restavam algumas possibilidades, em face das quais sua experiência de vida lhes traria facilidades: “Alguns cavaleiros viram-se reduzidos à pobreza, outros tomavam pelo roubo e a violência aquilo que não mais podiam obter por meios pacíficos, e outros ainda conseguiam livrar-se de apuros, por tanto tempo quanto fosse possível, vendendo suas propriedades; e, finalmente, boa parte da nobreza, forçada por essas circunstâncias e atraída pelas novas

oportunidades, entrou para o serviço de reis ou príncipes que podiam pagar. (...) Uma situação em que todos os nobres eram guerreiros, ou, reciprocamente, em que todos os guerreiros eram nobres, começou a transformar-se em outra na qual o nobre era, na melhor das hipóteses, um oficial de tropas plebéias que tinham que ser remuneradas” (Elias, 1993:21).

Notadamente, essas mudanças históricas levam consigo também o ideal de permanência de uma classe que, anteriormente baseada num sistema de linhagens, passa a sua experiência “de pai para filho”. Em um determinado contexto, essa experiência acabaria reunida na formação de comunidades guerreiras, as tropas permanentes: “Membros da classe dos guerreiros, em suma, os ‘filhos mais moços’, cujas heranças eram pequenas demais para lhes atender as necessidades, os que ‘nada tinham’ entre os cavaleiros, passam pelos séculos usando as máscaras sociais mais díspares — como cruzados, chefes de bando de assaltantes, mercenários a serviço dos grandes senhores —, até que, finalmente, formam a base dos primeiros exércitos permanentes” (Elias, 1993:45).

Dessa maneira, uma das conseqüências da formação de exércitos por parte da nobreza despojada de suas terras é a incorporação de valores e regras da sociedade da qual emerge essa nova organização social à qual deve interpor-se. Mais do que isso, a hierarquia, antes uma característica estruturante do sistema feudal como um todo, encontra uma nova tradução da sua existência na gênese de novas organizações. As antigas sociedades estamentais, que tão bem descreve Elias, na sua lenta dissolução, lançam as sementes para que, numa nova e desconectada forma, surjam as bases de uma outra comunidade, cujos pilares são a hierarquia e a lealdade entre seus membros, o Exército Nacional.

Certamente não estamos dizendo que a sociedade estamental realocou mecanicamente seus membros nos exércitos, preservando assim suas características. Não se pode negar, contudo, que a origem dos exércitos europeus esteja relacionada a um rearranjo das formas feudais de organização social, ou até, quem sabe, que estes constituíssem um *locus* onde, pelo poder da condição de seus membros, a tradição e a permanência — características próprias do imobilismo estamental — fossem preservadas.

Em Portugal, no século XV, encontramos a princípio a mesma estrutura feudal do restante da Europa ocidental, em termos das regras de reciprocidade e troca que estruturam a relação entre os estamentos, e em termos do tipo de mudança que ocorreu quando o rei começou a acumular terras e poder militar. Embora houvesse um rol de condições específicas algo diferente dos outros reinos europeus, Portugal de certa maneira realiza “pre-

maturamente” — em relação ao continente — processos sociais semelhantes na formação de organizações burocráticas germinadas nas relações de suserania e vassalagem (Faoro, 1975:5), como caracterizado por Elias. Sendo um reino formado a partir da guerra, possuía uma coroa “cuja propriedade se confundia com o domínio da casa real, aplicado o produto nas necessidades coletivas ou pessoais, sob as circunstâncias que distinguem mal o bem público do bem particular, privativo do príncipe” (Faoro, 1975:4).⁵¹ Havia uma reelaboração do sistema de vassalagem, especialmente no tocante à grande quantidade de nobres que se alocava — respeitando uma dinâmica própria da sociedade feudal — em funções burocráticas do reino: “A coroa separava nos nobres — ricos-homens, infanções e cavaleiros — a qualidade de funcionário da qualidade de proprietário. Seu poder, na verdade avultado, derivava da riqueza e não das funções públicas” (Faoro, 1975:5). Notadamente, mesmo a existência desse “prematureo traço de modernidade” (Faoro, 1975:5) não é capaz de dissolver alguns laços próprios da relação de suserania e vassalagem, nem contrapor-se — o que é de especial interesse para nós — às conseqüências que estes implicam no que se refere ao sistema de recrutamento e mobilização da armada. Nesse ponto, a formação do Exército português, ao longo do século XV, tal qual nos outros exércitos europeus, se aproveita de uma nobreza que vê sua renda diminuir conforme aumentava o poder absoluto do rei, e nessa condição passa a constituir a “oficialidade”. Ainda subordinada a esta, encontram-se os não-nobres dos concelhos — burgueses que, na sua maioria, procuravam através de feitos de guerra adquirir títulos de nobreza, ou então, em caso de guerra, eram convocados por meio da força. De toda forma, o núcleo desse “exército profissional” era composto pela “nobreza destituída”.

Desse modo, a organização da força terrestre era basicamente esta: “Em caso de mobilização, o rei convocaria para sua *hoste* (exército em campanha): os grandes vassallos da nobreza e do clero com suas lanças e homens de armas que, por suas quantias, deviam apresentar; os freires das ordens militares; os cavaleiros de uma lança e os escudeiros, fidalgos pobres, que recebiam quantia; a milícia dos lavradores e burgueses dos concelhos que forneciam os cavaleiros-vilões, os cavaleiros rasos, os besteiros de garrucha a cavalo e os homens de armas a pé; finalmente, a milícia dos mesterais dos concelhos,⁵² que

⁵¹ “Do patrimônio do rei — o mais vasto do reino, mais que o do clero e, ainda no século XIV, três vezes maior que o da nobreza — fluíam rendas para sustentar os guerreiros, os delegados monárquicos espalhados no país e o embrião dos servidores ministeriais, aglutinados na corte” (Faoro, 1975:4).

provia os besteiros de polé, os besteiros de fraudilha e, de modo geral, os besteiros do conto”⁵³ (Estado-Maior do Exército, *HEB*, 1972:14).

Com a expansão marítima, a corte portuguesa praticamente desmantela sua força terrestre e aloca recursos nas armadas navais, que também, basicamente, mantêm a sua estrutura organizacional a partir da arregimentação da nobreza de baixa renda: “Abolida essa organização territorial miliciana, a força militar do Reino ficou restrita à dos grandes fidalgos de mesnada,⁵⁴ às guarnições de certos castelos de fronteira e das praças da África, à guarda real de ginetes,⁵⁵ aos professos das ordens militares, aos mercenários nacionais e estrangeiros e ao voluntariado de fidalgos-cavaleiros, cavaleiros-fidalgos e escudeiros, únicas classes sociais que então podiam usar armas. (...) De modo geral, o sistema de recrutamento passava a estabelecer-se por contrato voluntário ou forçado, com soldo pago pelos cofres da Coroa. Não faltavam, porém, para o enquadramento das tropas mercenárias e a realização dos objetivos do Reino, condignos chefes militares, desde os grandes capitães aos simples oficiais, recrutados na nobreza palaciana e cortesã” (Estado-Maior do Exército, *HEB*, 1972:16). Essa reduzida armada terrestre não foi suficiente para garantir um efetivo sistema de defesa nas colônias, obrigando Portugal a estabelecer um outro sistema, diferente daquele utilizado internamente.

No Brasil, colônia de Portugal, esse novo tipo de arranjo militar foi utilizado, talvez pela impossibilidade de aqui se manter uma força terrestre a partir de uma administração centralizada, principalmente devido às dimensões do território: “Como não interfere na área da produção, a Coroa delega os poderes administrativos e políticos. Fica ausente, assim, de sua área específica, aquela em que se exerce o chamado poder político, e a ordem privada absorverá a área em que aquele poder está ausente. O senhor de terras será, conseqüentemente, autoridade pública. Investido, inclusive, do poder militar, salvo no mar, para o que não tem possibilidades” (Sodrê, 1965:18).⁵⁶

⁵² De “mestre dos concelhos”: artesão das menores unidades administrativas do reino, equivalentes ao município.

⁵³ Besteiros: soldados que possuem “bestas”, uma espécie de arco e flecha horizontal, provido de mira e gatilho. As designações “fraudilha”, “polé” e “conto” referem-se a outras armas utilizadas na época.

⁵⁴ Mesnada: porção de soldados assalariados.

⁵⁵ Ginete: cavaleiro armado de lança e adaga.

⁵⁶ Nesse sentido, o próprio período colonial é visto por alguns através dessa característica central de ser um período guerreiro: “Durante o período colonial a conquista da terra apresenta, por isso, um caráter essencialmente guerreiro. Cada latifúndio desbravado, cada sesmaria ‘povoada’, cada curral erguido, cada engenho ‘fabricado’, tem, como preâmbulo necessário, uma árdua empresa militar” (Vianna, 1938:96).

Esse tipo de arranjo se caracterizou basicamente pela presença de esquadras vindas de Portugal, a composição de uma força terrestre comandada pelos colonos donos de terra e a arregimentação de grandes efetivos entre populações tribais e escravas.⁵⁷ Em face de ameaças à integridade do território, “há, pois, necessidade de introduzir elementos humanos, e também de organização, capazes de neutralizar tais ameaças e operações [invasões francesas e holandesas]. Assim, ao mesmo passo que a legislação atribui aos colonos deveres militares, o poder público metropolitano deve acudir-lhes com forças próprias e recursos. Assistimos, assim, à conjugação de dois tipos de organização militar, o europeu e o americano, justapondo-se e reagindo um sobre o outro, no sentido de enfrentar os assaltos externos” (Sodré, 1965:27).

Se, por um lado, essa nova articulação representou um fato novo e inusitado, acarretando mudanças significativas não só na forma de organização como também no desempenho da força armada,⁵⁸ por outro, ela manteve certos princípios estruturais inegavelmente originários do mundo feudal: estamos falando de uma estrutura baseada em patentes militares, da sua composição de forma hierárquica e do fato de a relação de comando-obediência estar atrelada à noção de honra em relação ao rei. Uma evidên-

⁵⁷ Fato para o qual o Exército aponta, enfatizando sua origem e a origem da nação: um Exército nacional, composto pelas três raças matrizes da nossa nacionalidade. Assim é colocado em discursos, como os de propaganda que freqüentemente passam na televisão: “*Na união das três raças, o amálgama de uma nação*”. Vale a pena acrescentar que, dessa forma, também o Exército — e talvez principalmente ele — contribui para a difusão do “mito das três raças”, que faria fortuna, ao longo da história, como categoria de um imaginário sociológico que busca assim apreender a especificidade do país.

⁵⁸ Mudanças na forma de luta que foram decisivas para os rumos da história brasileira: “Confluem na luta, efetivamente, os elementos mais heterogêneos: os organizados e tradicionais, do lado holandês como do lado espanhol e português, o militar profissional; o mercenário; os improvisados e internos, quer os fundados na fraca tradição dos *Serviços de Ordenanças* [milícias constituídas pelas câmaras locais, cujo princípio básico de organização hierárquica se dava a partir da nomeação estabelecida pelos senhores locais], com os senhores de terra à frente de suas companhias, constituídas com os elementos de trabalho do latifúndio, quer os que brotam das contingências da própria luta, com as frações comandadas pelo índio Camarão ou pelo negro Henrique Dias. Dos processos de combate, o mesmo é lícito afirmar: surgem as formações esquemáticas, simétricas e maciças dos *terços* lusos e espanhóis e dos regimentos e batalhões holandeses, com a sua ordem inflexível e o combate submetido à regra, ao mesmo tempo que surgem, do lado dos rebeldes, as formações dispersas, os movimentos simulados, o aproveitamento do terreno e do revestimento para esconder efetivos e atitudes, os golpes fundados na malícia, as improvisações que se ajustam à realidade. Surge, em particular, a guerrilha, com a sua fisionomia específica e o seu cortejo de conseqüências” (Sodré, 1965:41).

cia possível de se levantar é o fato de as patentes manterem uma composição próxima à original, inclusive na sua nomenclatura, inspirada no *Libro de las siete partidas*, de Afonso X de Castela, um código que constitui a adaptação do direito cesarista-romano às instituições e costumes peninsulares. Por exemplo, *capitão* deriva do baixo latim, passando de *caput* a *capitanus*: o chefe ou o que comanda. Se olharmos para os postos hierárquicos, veremos que, no caso brasileiro, a tendência para a manutenção da estrutura de divisões foi acentuada, como mostra o seguinte quadro:

PATENTE	INÍCIO-FIM (BRASIL)
Soldado	?
Cabo	1500
Sargento	1500
Subtenente	República
Segundo-tenente	República
Cadete	1757
Tenente	1500
Capitão	1500
Major (sargento-maior)	1500
Tenente-coronel	Império
Coronel (mestre-de-campo)	1500
General	1870
Marechal	1500-1967
General-de-brigada	1890
General-de-divisão	1890
General-de-exército	1890

Fonte: RVO, 1994.

Como se pode observar, a maior parte das patentes persiste desde os tempos da colônia.⁵⁹ A idéia básica a que queremos chegar é a de que, ape-

⁵⁹ As três patentes de general constituem desdobramentos das patentes de tenente-general e marechal-de-exército. São, nessa medida, rearranjos destas. Surgiram no início da República, mas, especificamente sobre o contexto em que tais mudanças ocorreram no Exército, não foram encontradas documentação ou pistas que pudessem esclarecer mais o assunto.

sar de se refletirem na colônia todas as mudanças do regime português de governo, e mesmo após a independência do país, a composição da força armada que garantiu a defesa de seu território conservou sua escala hierárquica com uma estrutura próxima à original, constituindo a hierarquia um elemento que a suporta em face da dinâmica das transformações históricas. Em contraposição aos processos históricos de mudança pelos quais passou o Exército, como parte da nação, esta continuidade mostrou-se ainda mais notável e, assim, pode-se dizer que a própria hierarquia acaba por assumir um sentido estrutural na organização social da corporação que, por isso, também *tende* à permanência. O fato de a hierarquia talvez descender de uma forma feudal de organização não quer dizer, entretanto, que se trata de uma “sobrevivência” da sociedade feudal, que lhe permitisse manter-se num “nicho armado”, no qual jamais seria obrigada a se desfazer de seus costumes e valores, encontrando assim um lugar ao sol que garantisse sua existência. Pelo contrário, esses “traços” feudais, se é que assim podemos chamá-los, diluídos na história, contribuem para que, na leitura que os militares fazem da sua própria corporação, permaneça um certo “conteúdo original”, podendo a hierarquia, por isso, ser tomada como um *princípio* de sua constituição.

Ainda sobre esse ponto, vale ressaltar que estamos falando especificamente da gênese dessa instituição histórica que é o Exército brasileiro. Em relação à tese da existência de um “Brasil feudal”, sabe-se que estamos diante de uma questão complexa e longe de ser resolvida. De acordo com Faoro, “não havia, no sistema brasileiro, nem o feudo nem o vínculo de vassalagem, triturados ambos pela economia mercantil, derretidos pelo açúcar. O rei subordinava as pessoas, o governo dirigia as ações — prontos a quebrarem as resistências, mesmo as erguidas por um homem da altura e com os serviços de Duarte Coelho. Essa relação vertical não se coaduna com o feudalismo, no qual vive a idéia de pacto entre camadas desiguais, mas estruturadas rigidamente em privilégios” (Faoro, 1975:131).⁶⁰ Desse ponto de vista, se nas sociedades modernas a nação é o verdadeiro poder constituinte que legitima a existência e a ação de sua força de defesa, a hierarquia em

⁶⁰ E ainda, reforçando a idéia: “Mesmo a classe dominante não forma, só por este fato, uma nobreza. A nobreza, para se caracterizar, deve reunir duas condições: o estatuto jurídico que confirma e materializa a superioridade por ela pretendida e a perpetuação do estatuto de descendência. A ‘nobreza capitalista’ não passa de abuso de linguagem. Por outro lado, além do exagero terminológico, há a realidade, também adversa à equiparação. A riqueza dos colonos do primeiro século é uma lenda, enganadoramente criada para embelezar a história” (Faoro, 1975:131).

que se fundou a sua constituição aos poucos se tornaria uma aberração, diante de formas históricas diversas daquelas que lhe deram origem, a partir do mundo feudal. Isso, em certo sentido, somente reforça o argumento de que a hierarquia constitui um dado estrutural à organização militar e específico dela, significando portanto um dado próprio à corporação, que traça limites em relação ao restante da sociedade, mesmo sendo instituída por esta. Por outro lado, e pela mesma razão, essa estrutura também suporta leituras de seu conteúdo que são, de alguma maneira, contraditórias em relação tanto à ordem estamental quanto, no caso brasileiro, à ordem escravocrata, como revela, por exemplo, a existência de regimentos comandados pelo índio Camarão e pelo negro Henrique Dias, ou ainda, a característica mestiça de vários bandeirantes, posteriormente incorporados pelos regimentos oficiais. Há, assim, uma estrutura permanente — dada pela preservação da ordem militar em patentes hierarquicamente estabelecidas — capaz de se adaptar aos eventos por meio dos quais se processaram as transformações históricas da colônia à constituição da nação. Portanto, como questão, o “sentido da colonização” — saber se o Brasil foi “feudal” ou não — importa somente na medida em que se lê o “conteúdo” dessa estrutura, visando a compreender, por exemplo, o problema da mestiçagem, tarefa que, para nós, limita-se a estabelecer um contraponto ao argumento de que a hierarquia é um dado estrutural à organização militar. Essa questão serve, desse modo, apenas de apoio à interpretação da nossa questão específica — o entendimento da hierarquia no Exército.

Talvez seja interessante, a partir disso, ver como, no século XIX, numa sociedade em radical transformação, a hierarquia se manifesta no Exército, e assim testar a nossa própria hipótese.

SÉCULO XIX: TRANSFORMAÇÃO E CONTINUIDADE

Nas palavras de Faoro, “o século XIX encontra um país subjugado, com fronteiras definitivamente esboçadas, neste lado do Atlântico. Desde que a reação centralizadora ganhara os sertões, atenta à supremacia da autoridade pública, a caudilhagem dos conquistadores e latifundiários perde o ímpeto, estrangulada no nascedouro. O rústico militarismo, seja já o exercido pelo senhor de engenho, quer o arvorado pelo bandeirismo, ou o nascido nos acampamentos de combate ao holandês, abatera-se, dominado por dois processos contrários e complementares. O paulista, o pernambucano, o rio-grandense transformaram-se em agentes régios, incorporados às milícias ou às or-

denanças, com trânsito, algumas vezes, às fileiras da primeira linha, da tropa regular. Aqueles que desafiam a ordem legal, inconformados com a submissão brandiosa nos cargos e patentes, recebem o golpe das armas, a ferro e fogo” (Faoro, 1975:243). A estrutura militar brasileira era então marcada por uma cisão em sua composição: de um lado, havia o recrutamento dos “nativos”, dada a incapacidade do Exército português de suprir com homens uma armada presente em todo o território; de outro, estava a linha de comando, composta exclusivamente pela nobreza portuguesa. Concretamente, isso encontra sua expressão na separação das tropas, em primeira linha — nobres portugueses; segunda linha — mais conhecida como milícias, composta por brasileiros nativos, não-nobres portugueses que aqui residiam e, principalmente, comunidades formadas a partir da experiência de guerra, sobretudo com a Holanda, incluindo negros e índios; e finalmente terceira linha — denominadas ordenanças, uma espécie de guarda territorial, com características também milicianas, cujo emprego era previsto apenas nos casos de emergência (Prado Jr., 1945:308-11).

Se voltarmos ao século XVIII e seguirmos o rumo do XIX, a estrutura militar deste país, que Faoro descreve, basicamente tratou de centralizar o comando das milícias populares, nitidamente guerrilheiras, que se haviam formado principalmente a partir da batalha de Guararapes e dos movimentos de entradas e bandeiras. O oficialato, inteiramente designado a partir do controle dos capitães-generais — estes, por sua vez, nomeados pelo rei —, formava uma linha de comando cuja composição, em última instância, continuava determinada pela realeza e era portuguesa. Nesse sentido, “o oficial, preparado para a guerra nas escolas somente abertas à nobreza, não se especializava em atividades militares, servindo em todas as funções do comando político. (...) Bastava, para legitimar-se ao título de *cadete*,⁶¹ o sangue ilustre, abrandada a exigência, no curso do tempo, para a ocupação nobilitadora do pai, equiparados os títulos universitários à nobreza” (Faoro, 1991, v. 2:470).

Embora toda organização ainda dependesse do rei, via-se nela, ao limitar a “mistura” entre as tropas de primeira linha e as milícias — comandantes e comandados, portanto —, um certo abismo. Os setores “nacionais” aos poucos deixam de enxergar no *staff* burocrático da metrópole o legítimo

⁶¹ Cadete é o grau pelo qual passam aqueles que se constituirão os futuros militares. Para uma história específica deste grau da carreira militar, ver Castro (1990, cap. Digressão: uma história da Academia Militar).

locus institucional do qual o poder do Exército emana, e manifestações de mudança passam a se alicerçar justamente no fato de que a lealdade, embora presente como valor, aos poucos e para muitos membros do Exército, começa a ser considerada mais como um elemento da *disciplina* em relação ao comando imediato dos regimentos milicianos do que como uma obrigação social em relação ao estamento português ainda preservado nesse contexto. Ou seja, a lealdade passa a estar imersa na tropa, e não nas relações entre os militares, como súditos, e o rei. O que se vê, assim, ao longo do século XVIII e posteriormente do XIX, são tropas disciplinarmente eficazes, no sentido da sua ação bélica, que, no entanto, quebram seu pacto de lealdade ao rei: Guerra dos Emboabas, dos Mascates e Inconfidência Mineira⁶² são mostras desse gradual rompimento, com a adesão de regimentos subalternos em reação à corte.

Daí em diante, se os resquícios de cavaleiros-fidalgos já eram rarefeitos, pode-se dizer que a nomeação de *patentes* deveria, cada vez mais, a partir de casos particulares, obedecer a um novo princípio de estruturação hierárquica, este sim autônomo, desvinculado do *status* pessoal daqueles a quem incumbiam tais posições. Ou seja, pode-se dizer que, a essa altura, as patentes cada vez respondiam menos à necessidade de conformar as funções bélicas às posições derivadas do *status quo* aristocrático,⁶³ embora elas ainda estivessem vinculadas ao mundo social e as formas deste, no limite, não pudessem deixar de encontrar expressão no interior do Exército. Contudo, pode-se pensar numa relativa “autonomia” do universo militar em relação a possíveis “determinações de classe”. De fato, mais adiante, o que se viu foi um progressivo “relaxamento dos critérios de nobreza. Disposições de 1809 e 1820 ampliam a faculdade de se alistarem cadetes aos filhos de oficiais de forças de linha e das milícias, bem como das ordenanças e de pessoas agraciadas com o hábito de ordens honoríficas” (Carvalho, 1977:186). E, mais ainda: “Ao longo do Império, o caráter nobre do recrutamento militar modificou-se no sentido de tornar-se *cada vez mais endógeno* à organização, isto é, a limitar-se cada vez mais à nobreza militar com exclusão da civil. A concessão do direito ao título de cadete a filhos de oficiais favorecia esta

⁶² Embora nenhum desses movimentos tenha sido propriamente militar, todos tiveram a participação de setores militares que romperam sua lealdade ao rei. Para ver especificamente a participação de militares nesses eventos, consultar Estado-Maior do Exército, 1972.

⁶³ Lembra-nos Faoro que “o elemento militar do regime feudal caracteriza a situação de uma camada (...) vinculada ao soberano por um contrato — um contrato de *status*, calcado na lealdade, sem subordinação incondicional” (Faoro, 1991:19).

evolução” (Carvalho, 1977:186; grifos meus). E, *last but not least*, reforçando essa tendência, estava o fato de que o Exército significou “um poderoso fator de diferenciação para a sociedade daquele tempo (...) a população livre desprovida de recursos estava emparedada, de um lado, pela classe dos senhores rurais, de outro, pelos escravos, sem maiores meios, portanto, de ascensão social. Agora, enquanto os moços das famílias abastadas em regra davam preferência às profissões liberais, indo se formar bacharéis na Universidade de Coimbra ou em outras capitais do velho mundo e retornando de espírito mais arejado para a compreensão dos problemas políticos e sociais, os moços pobres, os mulatos procuravam as fileiras do Exército, para se fazerem oficiais” (Costa, S. G., 1957:220, apud Faoro, 1991:471).⁶⁴

Pode-se dizer que essa lacuna entre o monarca e a Força de defesa, estando seus membros a ele ligados apenas por este fio mais ou menos frágil que era a cadeia de comando da época — fracionada nas tropas de primeira, segunda e terceira linhas, e posteriormente repartindo-se ainda com a Guarda Nacional —, permitia que, por um lado, os escalões inferiores se mantivessem leais ao corpo de tropa e, por outro, que o comando, ainda estamental, se mantivesse leal ao imperador, estabelecendo assim a necessária ligação na linha de comando-obediência que ainda conferia uma certa unidade à instituição militar. Essa unidade, por sua vez, era a garantia mínima de funcionamento da Força de defesa do Império, embora internamente ela fosse marcada por todo esse processo contraditório de incorporação e de divisão social. Uma das conseqüências daí resultantes foi, por exemplo, a diferenciação do Exército brasileiro em relação aos outros exércitos sul-americanos e suas fortes tendências caudilhistas: “A tradição aristocrática, muito mais forte na Europa do que nas Américas, refletia-se diretamente no recrutamento dos oficiais do Exército e da Marinha. O monarca tinha grande interesse em restringir o acesso às patentes militares a descendentes da nobreza, em geral leais à Coroa e, em muitos casos, bastante dependentes da generosidade real. Essa prática também asse-

⁶⁴ Esse processo se estende ainda pelo período republicano: “Não existem bons dados sobre a origem social dos oficiais durante a Primeira República, mas, das várias biografias e autobiografias publicadas, pode-se perceber, por exemplo, que a quase totalidade dos líderes tenentistas era proveniente de famílias pobres” (Carvalho, 1977:187). Some-se a isso o fato de a Academia Militar não ser considerada indispensável para o ingresso no oficialato (Castro, 1990:106), bem como o fato de militares como Manoel Deodoro da Fonseca terem galgado seus postos desde a condição de praça, e ter-se-á uma idéia mais clara do contexto em que as transformações do período contribuíram para a “interiorização” da hierarquia no seio da própria instituição militar.

gurava uma distância social entre os oficiais e tropa, grande o suficiente para impedir o surgimento de lideranças militares independentes do favor real, evitando, assim, o conhecido fenômeno do caudilhismo” (Costa, V. F. M., 1990:60).

No outro extremo da estrutura hierárquica, porém, a consequência desse processo de semidivisão foi, como vimos, um maior relaxamento dos critérios de nobreza para o ingresso como cadete e, portanto, para o acesso à oficialidade. Aos poucos, vê-se a consolidação de um sistema híbrido — caminhando do “aristocrático” ao “nacional” —, no qual a imobilidade estatal perde a força na definição de patentes — primeiro as inferiores —, mas permanece no Exército a necessidade de um sistema hierárquico semelhante ao anterior, onde o eixo que une as patentes, a disciplina, reforça a lealdade à tropa, ao corpo,⁶⁵ sendo, este sim, leal ou não ao rei, dependendo das circunstâncias.⁶⁶ O começo do fim desse sistema, de certa maneira, vem em 6 de setembro de 1850, quando uma lei definitiva regulamenta a estrutura hierárquica, desvinculando-a organizacionalmente das nomeações aristocráticas: “O acesso aos postos de oficiais das diferentes armas do Exército será gradual e sucessivo, desde alferes ou segundo-tenente até marchal-de-exército” (Costa, V. F. M., 1990:63).

⁶⁵ Diga-se de passagem que este não é um fenômeno somente brasileiro: ocorreu, de um modo ou de outro, em outros exércitos do mundo, conforme suas respectivas “modernizações”. Sabe-se, no entanto, que os exércitos revolucionários tendem, num primeiro momento, a abolir a hierarquia formal e a estabelecer relações burocráticas semelhantes às de partidos. Por exemplo, no Exército chinês, até algum tempo atrás, a designação que as pessoas se davam era a de camarada, seguida do nome; além disso, o uniforme não guardava inscrições que indicavam o lugar do indivíduo na cadeia de comando. Esse fato causou até embaraços entre o Exército brasileiro e a aditância militar chinesa, pois o cerimonial brasileiro exigia uma rígida noção de patentes para proceder aos rituais que marcavam os encontros entre os membros das duas corporações.

⁶⁶ Valeriano Costa mostra como essa mesma ambigüidade estrutural do Exército se reflete nos processos políticos em que a Força está envolvida: “A transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, e a elevação do Brasil ao *status* de reino, em 1815, haviam favorecido a diluição das barreiras sociais e políticas que impediam a integração de brasileiros nas tropas de d. João VI. A longa estadia da Corte em território brasileiro também estimulou a ‘nacionalização’ de um ponderável contingente de militares nascidos em Portugal. A ambigüidade do processo de independência se refletia, assim, diretamente na identidade institucional do Exército: não chegando a ser uma força armada efetivamente nacional, também não podia se transformar numa corporação aristocrática, leal apenas ao Imperador” (Costa, V. F. M., 1990:59).

Sem dúvida, na realização dessas mudanças, vai ser dramática a experiência da Guerra do Paraguai — “um lustro de campanha, durante a qual a mobilização cobrira, em certos períodos, mais de 100 mil homens —, homens de todas as províncias, e em particular daquelas onde a massa escrava era mais numerosa, e de todas as origens, particularmente as camadas inferiores...” (Sodré, 1965:141). Desse embate, não só a corporação volta com sua identidade muito mais reforçada,⁶⁷ como também um fato inusitado se impõe: ex-escravos, que até então não eram sequer enquadrados como “gente”, entram para o corpo permanente do Exército.

Pode-se dizer que a Guerra do Paraguai é um “marco inaugural” para o Exército, no sentido de reunir elementos suficientes para que este, como corpo especializado de combate e representante único e íntegro da defesa nacional em relação aos “estrangeiros”, seja visto pelos seus membros como uma “comunidade em si”, que elabora suas próprias regras, tem uma conduta diferente do “restante” da nação e, principalmente, que veja o “restante” como tal. Entre esses elementos, encontramos principalmente a ascensão na hierarquia por mérito de combate,⁶⁸ que rompe o padrão aristocrático ainda institucionalizado pelas escolas militares, as quais continuavam mantendo os critérios de nobreza, apesar de mais relaxados; e também a associação de pessoas de várias províncias da nação diante de um

⁶⁷ Identidade forjada também a partir de categorias imanentes à vida política nacional. Diz Faoro que “o expediente repressor acentuou a solidariedade interna do Exército, e, ao bloquear a sua expansão e ascensão social, forçou-o a criar valores novos, estranhos ao contexto comum, reivindicatórios e críticos. (...) As reações do setor desdenhado se fixam, primeiro no ‘veterano resmungão’, para se cristalizar, nos últimos 15 anos de monarquia, na convicção de que os homens de farda, só eles, eram puros, são, patriotas, enquanto os civis, os *casacas*, não passavam de políticos podres, corruptos, aproveitadores da miséria do país. Daí ao engajamento nos movimentos de protesto — o abolicionismo e a República — vai apenas um passo, naturalmente empurrado pelas desastrosas cautelas e incitamentos civis” (Faoro, 1991:474).

⁶⁸ Segundo José Murilo de Carvalho, “ao lado deste grupo de bacharéis de farda [membros das Escolas Militares], quase todos alunos ou ex-alunos de Benjamin Constant, ainda nos postos iniciais da carreira, havia, no fim do Império, outro grupo chamado, algo pejorativamente, de ‘tarimbeiros’, composto de oficiais mais velhos, quase todos ex-combatentes da Guerra do Paraguai, muitos sem curso na Escola Militar. Dos 60 generais das três últimas décadas do Império, por exemplo, mais de 90% tinham lutado no Paraguai, e mais de 50% lutaram também contra Rosas ou em alguma campanha interna. Apesar de terem chegado ao posto máximo da hierarquia militar, 30% deles não tinham o curso da Escola. Se um Benjamin Constant, um Euclides da Cunha eram exemplos do primeiro tipo de oficial, Deodoro era a personificação do segundo” (Carvalho, 1977:196-7).

inimigo estrangeiro comum, possibilitando que, a partir de um nível concreto de experiência, se cristalice, no registro da corporação, a idéia de “instituição nacional”.

Tudo isso contribui para a formação, dentro da tropa, de uma noção de universalidade, de um exército que estabelece seu vínculo diretamente com a nação brasileira: bases de um exército “nacional e permanente” que, como corpo, se distancia progressivamente da hierarquia estamental portuguesa e institui a sua própria hierarquia. Esta constitui uma *leitura peculiar*, uma *retradução* dos antigos padrões de conduta da corporação, porém incluindo na sua rígida estrutura vertical o fator da mobilidade — dado pela possibilidade de ascensão na carreira — e o rompimento com o *status* que provinha de nascença ou outorga real.

Estes são elementos que, como dissemos, apareceram progressivamente na Força, não sendo, mesmo com a guerra, eventos “revolucionários” que mudaram as estruturas repentinamente. Somando-se a eles, a sobreposição gradual de oficiais “com” e “sem” escola criou uma estrutura também híbrida, semiprofissional, na qual “o padrão aristocrático, cerne da conduta do oficial, recebido tradicionalmente e tradicionalmente conservado pelos portadores da glória militar, será o ponto de frustração dos aspirantes à carreira. Os oficiais pensam e sentem numa constelação histórica que não mais lhes legitima a atividade. Reduzir o Exército, depois de gerado do flanco da camada dominante, a um grupo profissional, mal-remunerado e destituído de missão política, não seria mais possível. O ímã nacional que o inspira e o consagra na auto-estima operará mesmo em contraste com a ordem estabelecida. Desse caráter íntimo virá sua peculiaridade e não a identificação com classes, repudiando o envolver para a casta, peculiaridade sempre mal compreendida, ora desvirtuada, pelos historiadores, que a compreendem em supostas alianças com a classe média, com os latifundiários, com os proletários, na sucessão de equívocos de um século” (Faoro, 1991:474-5).

Esse tipo de organização remeteria a uma “leitura típica” que aqueles militares faziam de sua corporação, em construções que beiram imagens “heróicas” a respeito de alguns de seus comandantes, em cujo tratamento se vislumbra algo que extrapola o elogio à posição de comandante, para manifestar o apreço a uma dimensão personalista de figuras que se destacam num exército que ambicionava o profissionalismo. Assim, por exemplo, é possível entender o fenômeno da atuação “heróica” do marechal Osório que, entre outros elementos de destaque na tropa, chegou a ter um toque de clarim específico para anunciar a sua chegada no campo de batalha: *Aí*

vem Manuel Luís. É neste registro que se tolera até a existência de um grupo de “militares pacifistas”: “Se, de um lado, Deodoro dizia que seu único benfeitor fora Solano Lopez, a quem devia sua carreira militar, de outro, os bacharéis, adeptos do pacifismo positivista, desprezavam as façanhas bélicas e consideravam a Guerra do Paraguai um desastre. Na Escola Militar, medalha da guerra era causa de ridículo. (...) A Proclamação da República viria como uma fusão destes dois grupos, em que os jovens entravam com as idéias e os velhos com a corporação. Por sobre as divergências prevaleceria o *esprit de corps*” (Carvalho, 1977:197).

Ora, em alguma coisa este *esprit de corps* deve estar ancorado, além dos “conspiratórios” interesses políticos, que tradicionalmente se imputavam a esses homens, como móvel de sua ação. No geral, as regras eram as mesmas e valiam para todos. De um jeito ou de outro, deveria prevalecer na corporação uma crença na maneira como o seu sistema era estruturado, com base nas relações de comando-obediência que estão de acordo com a hierarquia e a disciplina e, penso, como resultado institucional de se pertencer a um grupo baseado na hierarquia e na disciplina, a crença absoluta no valor da corporação, por ser ela leal a algo superior a ela própria, a nação. Daí seria possível derivar não só um sentido simbólico capaz de ordenar sua percepção sobre a corporação de que são membros, como também normas de conduta que com ela sejam compatíveis ou, melhor dizendo, “uma unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta conforme” (Gramsci, 1950:1.378). Romper de vez com os vínculos estamentais que uniam a corporação ao sistema social seria uma questão de tempo.⁶⁹

E assim ocorreu. Entre 1908 e 1914, institui-se o serviço militar obrigatório, criam-se *Tiros de Guerra*⁷⁰ e grandes unidades chamadas de *Brigadas Estratégicas*, bem como se mandam oficiais para estagiar na Alemanha. É destes últimos que resulta a formação de um grupo apelidado pela tropa de *jovens turcos*, cuja manifestação mais evidente é a criação do periódico *A Defesa Nacional*. Nesta revista, vê-se uma das primeiras expressões organizadas

⁶⁹ Castro (1995) mostra, com detalhes, as relações entre eventos ao longo do século XIX e a maneira peculiar pela qual uma parcela da oficialidade que posteriormente se tornaria hegemônica no processo político da República classificava a realidade. Pode-se ver, em inúmeros exemplos, conflitos entre a ordem social que orbitava em torno da Corte e o que podemos chamar de um “sistema social militar”.

⁷⁰ Pequenas unidades do Exército, instaladas geralmente na zona rural.

do pensamento militar enquanto um pensamento nacional: “Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, *em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo* — o Exército — única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente —, vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social. (...) O Exército, num país como o Brasil, não é somente o primeiro fator de transformação político-social, nem o principal elemento de defesa exterior: *ele tem igualmente uma função educativa e organizadora a exercer na massa geral dos cidadãos.* (...) Nele se exige e se obtém que a entidade **homem**, de ordinário tão pessoal e tão egoísta, se transfigure na abstração **dever**; nele se exige e se obtém o sacrifício do primeiro e do maior de todos os bens que é a **vida**, em nome do princípio superior de **pátria**” (DN, editorial do nº 1. Estado-Maior do Exército, HEB, 1972:805; negrito do texto; grifos meus). Note-se aí de que maneira o Exército passa a ser visto pelos seus próprios membros como, no limite, elemento formador da própria nacionalidade,⁷¹ fruto dos princípios que estruturam a força e, conseqüentemente, as representações dos seus membros.⁷²

⁷¹ Num sentido mais ou menos parecido, Foucault diz que “o sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado de natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas de uma máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral mas à docilidade automática” (Foucault, 1987:151). Pode-se ver esse processo ocorrendo quando Oliveiros Ferreira fala a respeito do ideal de sociedade pensado por um importante teórico militar brasileiro, o general Golbery do Couto e Silva: “Incapaz, contudo, de superar a antinomia, que julga existencial, *comunismo versus democracia* e, conseqüentemente, de propor teoricamente um novo sistema político em que a ‘segurança jurídica’ se coadune com a eficácia e a segurança nacional, tem como único ponto de referência, quando se trata de defender a liberdade, aquele que sua experiência concreta de vida lhe permite vislumbrar, isto é, a liberdade de que gozam os oficiais no corpo de oficiais — a qual os regimes nazista e comunista suprimiram ao subordinar o Exército ao partido. Por isso, a ‘pólis’ deve organizar-se como o Exército, em que os oficiais, livres, zelam pelo bem-estar do corpo de tropa” (Ferreira, 1988:17).

⁷² É bom lembrar que *A Defesa Nacional* circula até hoje, editada pelo Estado-Maior do Exército, sendo considerado o periódico “mais importante” pela alta oficialidade, segundo constatei em campo.

Finalmente, em 1919, desde a *Missão Militar Francesa*,⁷³ se reestruturou a cadeia de comando do Exército, a partir de uma real organização de um estado-maior, que centralizasse o comando e não mais permitisse vínculos entre setores da hierarquia e elites regionais — até então, base das relações de tipo aristocrático que se manifestavam na Força. Como bem observa José Murilo de Carvalho, “foi a missão, através da formação de oficiais de estado-maior e da reestruturação do órgão, que tornou possível o início da implementação da nova política. Duas principais conseqüências para a organização militar e seu papel surgiram daí. Para a organização, significou movimento de centralização e coesão. As atividades militares passaram a ser planejadas e controladas em pormenores pela cúpula hierárquica, o Estado-Maior. Já em 1920 surgem o *Regulamento Disciplinar do Exército (RDE)* e o *Regulamento para Instrução de Serviços Gerais (Risg)*. Esse maior controle interno aumenta o poder político da organização, ao reduzir a possibilidade de quebras da hierarquia através da ação autônoma de escalões inferiores. O desenvolvimento das atividades de estado-maior era incompatível, por exemplo, com o tenentismo” (Carvalho, 1977:200).

Talvez o tenentismo tenha sido a última manifestação da antiga estrutura que ainda permanecia nos círculos hierárquicos. Com a reestruturação do Estado-Maior e também do ensino militar — obrigatório para se chegar ao topo do comando — finalmente se estabelecem critérios universais de definição da carreira militar, como a promoção por mérito e por tempo de serviço, o ensino separado por armas e a instituição de uma ordem de classificação que determina a ordem de promoções.⁷⁴ Eis aí o Exército que conhecemos, em termos da sua organização hierárquica.

⁷³ Depois de uma extensa negociação, fecha-se um acordo para a vinda da Missão Militar Francesa em 8 de setembro de 1919. As atividades desta duraram até 1940, compreendendo principalmente a organização burocrática do Exército e uma reforma no ensino militar.

⁷⁴ Nesse sentido, Celso Castro, ao fazer um histórico da Academia Militar, interrompe-o “no início da década de 30, para afirmar que desde então a forma de socialização profissional dos cadetes na Academia Militar manteve-se em equilíbrio; ou seja, o cadete de hoje vive uma experiência na *academia* muito próxima à do cadete daquela época. ‘Equilíbrio’ não deve ser aqui entendido como ‘imobilidade’, mas como ‘equilíbrio dinâmico’, uma situação em que pequenas mudanças estão sempre acontecendo, embora em quantidade e de qualidade ainda insuficientes para alterar a forma estrutural vigente. Afirmer uma relativa estabilidade para este período implica reconhecer que estamos diante de um fenômeno quase que de ‘longa duração’, no sentido braudeliano” (1990:135).

CAPÍTULO

3

O *HOMO HIERARCHICUS HIERARCHICUS*: A HIERARQUIA COMO “FATO SOCIAL TOTAL”

IDENTIDADE E HIERARQUIA

Difícilmente se encontrará em algum lugar qualquer definição de quem é e quem não é militar. Apesar da inequívoca aparência do militar, principalmente a partir do traje, cabelo, gestos e postura, pelo *Estatuto dos Militares* se vê uma ampla definição:

“Os membros das Forças Armadas, em razão de sua destinação constitucional, formam uma categoria especial de servidores da pátria e são denominados militares. Os militares encontram-se em uma das seguintes situações: a) na ativa: I — os de carreira; II — os incorporados às FFAA para prestação de serviço militar inicial, durante os prazos previstos na legislação que trata do serviço militar, ou durante a prorrogação daqueles prazos; III — os componentes da reserva das FFAA, quando convocados, reincluídos, designados ou mobilizados; IV — os alunos de órgão de formação de militares da ativa e da reserva; e V — em tempo de guerra, todo cidadão brasileiro mobilizado para o serviço ativo nas FFAA” (Estado-Maior do Exército, *E-1*, 1980:5).

Enfim, fica claro que, ao menos potencialmente, todo cidadão brasileiro é militar. Entretanto, o uso cotidiano do termo revela algo sensível-

mente diferente, quando alguns dentre os mencionados nesta lista se percebem como “os militares” e, provavelmente, assim também são percebidos pela população. Na fala corrente militar, isso fica bastante evidenciado, quando ocorre a já citada distinção entre militares e *paisanos*.

Cotidianamente, existe uma distinção entre “nós-militares” e “eles-paisanos” comumente aplicada quando se está apenas entre esse “nós”. Ela se manifesta cada vez que é solicitado um guia de referência que estabeleça uma demarcação entre os dois mundos, aquele com o qual alguém se identifica e o outro que é identificado por *contraste*, formando-se assim uma *identidade contrastiva*.⁷⁵

Mas estas não são apenas marcas de distinção que resultam de uma apropriação diferencial da linguagem exercida cotidianamente. Ao contrário, elas estão ancoradas num universo organizacional que, por si só, já define rigorosamente as fronteiras de pertencimento à comunidade militar. Essas fronteiras “*enquadram*” aqueles que comandam e obedecem de acordo com uma ordem *na hierarquia*, e descartam os que simplesmente não estão nesse conjunto. Assim, o conjunto das relações escalonadas entre militares traça os limites da hierarquia militar, o campo onde se definem simultaneamente o pertencimento à Força e as relações peculiares a ela. Desse modo é que as condutas no Exército, mantidas por indivíduos que se encontram em posições diferenciadas de acordo com um rol de segmentos específicos, como as *patentes*, têm como parâmetro a *hierarquia* enquanto *fato coletivo* capaz de ordenar a *ação individual*, de modo que ela esteja em consonância com a conduta geral, tornando assim a própria idéia de coletividade viável.

Portanto, a hierarquia constitui um fenômeno em que o coletivo pode ser “lido” através da ação individual, decorrendo daí a sua pertinência enquanto ângulo privilegiado de abordagem da identidade militar. De fato, embora o pesquisador no máximo consiga ver “setores” militares, acreditamos que a hierarquia — e não qualquer outro fenômeno presente na instituição militar — lhe permita o acesso à instituição como um todo justamente por possuir uma ambigüidade intrínseca: ao mesmo tempo em que é um princípio geral, presente em toda a instituição militar, é também um princípio segmentador — e não somente entre patentes, mas de *pessoa a pessoa*, como se verá adiante, capaz, portanto, de constituir um fenômeno único que dá sentido tanto à ação individual quanto à ação co-

⁷⁵ Para inúmeros exemplos de usos da *identidade contrastiva* pelo Exército, ver Castro (1990).

letiva, permitindo compreender a ação individual como expressão da ação coletiva, e esta como resultado das ações individuais ordenadas por esse parâmetro.

Por isso, parece-nos possível conferir à hierarquia o estatuto de “fato social total”, tomando como referência a definição de Mauss de um fenômeno que põe “em movimento, em certos casos, a totalidade da sociedade e suas instituições” (Mauss, 1974:179). Nesse caso, obviamente, estamos falando da “sociedade” militar imersa em outra maior, a sociedade brasileira. Nem por isso, contudo, o Exército deixa de estabelecer suas fronteiras e, a partir disso, elaborar um registro do que *pertence* somente a ele, mapeando, enfim, através da hierarquia, a “totalidade” do modo como as relações sociais do grupo são percebidas e portanto também realizadas. É desse modo que a hierarquia pode constituir a chave que permite entender a identidade militar, como se procurará demonstrar a seguir.

A HIERARQUIA E SUAS DISTÂNCIAS SEGMENTARES

À primeira vista, a hierarquia é uma segmentação escalonada no corpo do Exército que determina as possibilidades e limitações de cada indivíduo de acordo com sua patente. Ela consiste, nessa divisão, nos seguintes graus, em ordem ascendente na cadeia de comando-obediência, na qual o soldado é o ínfimo obediente e o general-de-exército é o superior comandante:

- d Soldado
- d Cabo
- d Terceiro-sargento
- d Segundo-sargento
- d Primeiro-sargento
- d Subtenente
- d Aspirante-a-oficial
- d Segundo-tenente
- d Primeiro-tenente
- d Capitão
- d Major

- d Tenente-coronel
- d Coronel
- d General-de-brigada
- d General-de-divisão
- d General-de-exército
- d Marechal (somente em tempo de guerra).⁷⁶

Essa é a divisão comumente conhecida e abordada pelos que tratam dos militares. Dentro dessa escala, porém, há uma segunda divisão, que diz respeito aos chamados “círculos hierárquicos”: “Art. 15 — Círculos hierárquicos são o âmbito de convivência entre os militares da mesma categoria e têm a finalidade de desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo” (Estado-Maior do Exército, *EM*, 1980:8). Esses círculos assim se dispõem:

HIERARQUIZAÇÃO		EXÉRCITO
Círculo de oficiais	d Círculo de oficiais-generais	d Marechal d General-de-exército d General-de-divisão d General-de-brigada
	d Círculo de oficiais superiores	d Coronel d Tenente-coronel d Major
	d Círculo de oficiais intermediários	d Capitão
	d Círculo de oficiais subalternos	d Primeiro-tenente d Segundo-tenente

continua

⁷⁶ Não discutiremos o presidente, que é o chefe supremo das Forças Armadas, embora reconheçamos a importância e a dificuldade de entender esse papel. Neste trabalho, vamos nos deter apenas nas patentes da carreira militar. Fica a sugestão de estudar a figura do presidente para um futuro trabalho.

H I E R A R Q U I Z A Ç Ã O		E X É R C I T O
Círculo de praças	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Círculo de suboficiais, subtenentes e sargentos 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Subtenente ↳ Primeiro-sargento ↳ Segundo-sargento ↳ Terceiro-sargento
	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Círculo de cabos e soldados 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Cabo e taifeiro-mor ↳ Soldado e taifeiro-de-primeira classe ↳ Soldado-recruta e taifeiro-de-segunda classe
Círculo de praças especiais	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Frequentam o círculo de oficiais subalternos 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Aspirante-a-oficial
	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao círculo dos oficiais 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Cadete (aluno da Academia Militar) ↳ Aluno da Escola Preparatória de Cadetes do Exército ↳ Aluno de Órgão de Formação da Reserva
	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Excepcionalmente ou em reuniões sociais têm acesso ao círculo de suboficiais, subtenentes e sargentos 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Aluno da Escola ou Centro de Formação de Sargentos
	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Frequentam o círculo de cabos e soldados 	<ul style="list-style-type: none"> ↳ Aluno de Órgão de Formação de Praças da Reserva

Fonte: *Estatuto dos Militares (E-1)*.

Esses *círculos* não representam apenas uma predisposição estatutária; eles realmente são incorporados a fundo na conduta militar. Nota-se uma divisão por círculos no ambiente de trabalho, salas, refeitório, banheiros e, às vezes, como ocorre na Eceme, andares inteiros vão se restringindo a determinadas ocupações, próprias de certas posições, formando cenários distintos. Isso também se vê em formações,⁷⁷ onde as patentes for-

⁷⁷ Reuniões de Tropa na qual o corpo se dispõe em blocos organizados para a realização de práticas como a inspeção, em que um superior passa em revista a tropa.

mam blocos separados e organizados conforme suas distinções próprias, e em exercícios, nos quais a execução de tarefas ocorre também de formas distintas, o que implica um arranjo espacialmente diferenciado entre elas. Nesse sentido, já na Academia Militar essas formas de comportamento são claramente evidenciadas:

“a própria separação física mantém um relacionamento mais militar, mantendo mais a hierarquia, sabe? Porque a gente não se encontra num ambiente de apartamento, que aproxima muito, que dá muita afinidade, e que tira um pouco da seriedade...” (cadete, Aman, apud Castro, 1990:68).

O termo exato para designar uma mistura entre círculos hierárquicos é *promiscuidade*, o que demonstra como esse tipo de segmentação está arraigado na tropa. Em conversa com um oficial, fiquei sabendo que um oficial superior conversar com praças sem a presença dos escalões intermediários constitui um “escândalo”. E uma cena dessas — na qual uma transgressão expõe a regra — é praticamente impossível de ser flagrada por um civil. Em compensação, constatei, ao longo do trabalho de campo, uma situação exemplar em que os *círculos* ficam bem demarcados: a hora da refeição. Por exemplo, no QG de Brasília, possivelmente a maior unidade militar do Brasil, os refeitórios são separados de acordo com as patentes. Em unidades menores, como a Eceme ou a Escola de Comunicações do Exército (Escom), pude verificar que essa separação se dá por mesas, no refeitório de oficiais, e entre praças, oficiais e oficiais-generais, nos refeitórios comuns. De fato, nesses momentos — fora a *formatura*, talvez o único do dia em que todos estão reunidos na mesma atividade — vivencia-se uma situação de igualdade formal de condições. Portanto, nessa hora, a separação por patentes revela uma codificação e um uso que se fazem desse modo de distinção da realidade, mostrando a necessidade de manter a segmentação como princípio regulador.

Nesse sentido, para entender como se dão os relacionamentos entre as patentes, fui buscar informações sobre as diversas situações em que a hierarquia organiza as condutas cotidianas, em relação ao trabalho, aos procedimentos alimentares etc., como se vê nesta entrevista com um capitão da reserva:

“A distância entre hierarquias: ela é sempre igual? Por exemplo, a distância entre um tenente e um capitão é equivalente à de um capitão para um major, de um major para um tenente-coronel e assim por diante?”

Olha, eu diria para você o seguinte: basicamente, isso é dentro de cada círculo, de maneira geral. Entre tenentes e entre tenentes e capitães, há uma relação mais próxima, porque eles trabalham muito juntos. E em relação aos majores, tenentes-coronéis, coronéis, oficiais superiores a distância do tenente é bem maior. Quanto ao capitão, ele é o intermediário entre os tenentes e os oficiais superiores, então ele transita de certa forma nos dois sentidos. O capitão fica muito tempo no posto, oito anos, então o capitão moderno, o capitão novo, tem uma relação muito próxima com os tenentes, porque eles são próximos à turma dele; e o capitão antigo já conhece o major, que também é companheiro de turma deles. Então, o capitão tem uma situação muito particular, eu diria. E entre todos eles e o círculo dos oficiais gerais, aí eu acho que a distância é bem grande.

Mesmo com um coronel e um general, quando foram companheiros de academia?

Coronel eu não diria. Se é um coronel antigo, é a mesma situação — ele se sente muito mais próximo de um general.

No público e no privado, essas relações diferem ou são iguais? Por exemplo, um general anda em público com um coronel?

Não há essa distinção.

Por exemplo, se senta numa mesma mesa para a refeição?

Se senta. Eu acho que começa a acontecer o seguinte: o corpo de tropa normal, o quartel normal, tem um coronel, um tenente-coronel. Então, ele vai se sentar junto com os majores e os capitães, e os tenentes e os capitães podem sentar em outras mesas. Agora, quando se tem o QG, ou uma escola, onde o número de oficiais é grande, aí há claramente essa distinção: aqui é mesa de gerais, aqui de coronéis etc. Isso ocorre em QG, em escolas, mas na vida normal, durante 20 anos da vida do militar ele não se...(?). Embora o regulamento vá dizer que tem distinções, e tal. Eu acho que a diferença começa a existir quando acontece isso: o número de ofi-

ciais é maior. Num corpo de tropa você não vai encontrar essa distinção.”

Nota-se, por essa entrevista, que a regra tem diferentes usos. A situação de refeição é exemplar, mas essa regra se estende às demais atividades. Em unidades de tropa propriamente ditas, verifica-se certo “relaxamento” na distância hierárquica. Curiosamente, estas seriam as unidades combatentes, ou seja, nas guarnições, onde há um horizonte ideal virtualmente mais próximo do combate, os laços tendem a se estreitar.⁷⁸ Isso se confirma no depoimento do mesmo capitão:

“Supostamente essas unidades, que seriam as primeiras a entrar em combate, teriam um estreitamento entre os níveis da hierarquia?”

Com certeza. Sem dúvida nenhuma. É claro que isso tudo, não sei até que ponto é levado nesse sentido, dependendo da arma. Têm armas onde essa relação é muito mais próxima e outras em que é muito mais distante.

Você acha que, numa situação de combate, a hierarquia tenderia a mudar, se estreitaria mais ou se alongaria mais? Como isso ficaria? Vamos supor, nos exercícios...

Nos exercícios, se é que se pode considerar exercício como uma simulação do combate — há uma distinção grande aí —, acho que tende a se aproximar mais ainda.”

Essa suposição ocorreu após uma conversa com outro oficial superior, que havia servido em uma guarnição de fronteira. Segundo ele, o que eu via, em escolas ou no QG, era muito diferente do que sucedia nas pequenas unidades. Nestas, o oficial não tem outra opção a não ser estreitar os laços com os subalternos, senão está condenado à solidão e, possivelmente, à perda do comando. Nesse ponto, as observações do oficial coincidem com as de Janowitz, que notou no Exército americano uma diferença

⁷⁸ Um organograma das unidades do Exército encontra-se no anexo 2.

de categorização do comando entre pequenas e grandes unidades: “Com efeito, os regulamentos do Exército referem-se a uma ‘mudança gradual de ênfase’ — de comando para liderança — de modo que, embora o comandante de um batalhão ou companhia seja chamado de ‘comandante’, o comandante de uma seção de pelotão ou de um destacamento é denominado ‘líder’” (Janowitz, 1967:45). Similarmente, o Exército brasileiro também tem esse tipo de denominação. Em grandes unidades, como as escolas ou unidades de comando, o superior hierárquico é denominado comandante, como “comandante da Eceme” ou “comandante militar da Amazônia”; em subunidades, é denominado líder, como “líder de pelotão”, ou “líder azul”, num exercício simulado.

Uma possível explicação para essa diferenciação de categorias consiste no fato de que elas emanam da proximidade ou distância hierárquica, as quais, por sua vez, são imanentes à estrutura organizacional que se molda visando à eficiência na construção de um corpo de combatentes terrestres. Assim, locais de formação e coordenação de grandes contingentes tenderiam mais a uma organização que se apóia numa divisão acentuada do trabalho, na qual os indivíduos estão ligados por laços de solidariedade de tipo “orgânico” devido à posição funcional. Mas nas pequenas unidades de combate as relações se aproximariam mais de um tipo de “solidariedade mecânica” durkheimiana, em que os indivíduos subordinam o exercício de suas funções a uma lógica determinada pelas relações pessoais.⁷⁹ De modo análogo, no que se refere à forma de desempenho dessas funções exigidas pelos diferentes tipos de organização, a construção das categorias “líder” e “comandante” se aproxima da tipologia weberiana da autoridade, remetendo-nos, uma e outra, aos tipos de autoridade “carismática” e “legal”,⁸⁰ respectivamente. Membros cujo horizonte imediato seria o serviço em pequenas unidades — o que é o caso, por exemplo, de cadetes que se tornarão tenentes comandantes de pelotões — tenderiam a valorizar o aspecto de liderança. Segundo Celso Castro, “o ‘líder’ militar também está

⁷⁹ Para este conceito de “solidariedade”, e seus diferentes tipos, ver Durkheim (1983:35-70). Embora Durkheim destine esses conceitos ao tratamento de problemas em outra escala — a coesão social —, eles se aplicariam a esta “sociedade” particular para explicar o mesmo fenômeno — a coesão que existe apesar da segmentação.

⁸⁰ Para uma definição dessa tipologia, ver Weber (1986:131-41); para uma aplicação semelhante, no universo de cadetes da Aman, ver Castro (1990:22-4).

preso às normas, mas distingue-se do ‘chefe’ por um prestígio específico, diante do qual o subordinado ‘se sente arrastado’. De uma maneira geral, os cadetes gostariam de ser ‘líderes’, embora afirmem que poucos dentre eles serão de fato. É atribuída ao ‘líder’ uma valoração superior do que ao ‘chefe’, principalmente numa hipotética situação de *combate*. Para os cadetes, os líderes são aqueles oficiais que despertam *confiança*” (Castro, 1990:24). De outro lado, membros da corporação em cujo horizonte mais próximo está o serviço em grandes unidades — portanto unidades onde se exerce a função de comandante —, como aqueles que vão para o Estado-Maior, mudam o critério de valoração, conforme é sugerido neste depoimento:

“E há alguma gíria que define o círculo de amizades?

Tem uma gíria que é o ‘peixe’, se você é o ‘peixe’ de alguém. Você fala, ‘aquele capitão lá, será que ele vai conseguir ir para *algum lugar?*’, ‘Ah! Ele é peixe do general!’. Ou então o contrário, se diz que ele foi peixado pelo fulano.

E alguém indesejável, tem alguma categoria que o defina?

Vamos imaginar que você tenha conhecido alguém que tenha passado por algum lugar. Então você está numa situação outra, quer formar uma equipe, por algum motivo, você lembrará dele e (...), você simplesmente vai deixar ele de lado. Continuando essa história dessas escolas, você passa..., vai ver o que você deixou nesse caminho. Que marca ficou em você: se *competente* ou se *incompetente*. Este termo é muito usado lá — competente ou incompetente —, inclusive de baixo para cima. Tenente fala, ‘o capitão é um incompetente!’” (capitão R/2).

A idéia de *ir para algum lugar*, vinda de um capitão, como era o caso, pressupõe que seja um *outro* lugar que não o pelotão ou companhia que ele lidera. São lugares que possibilitam o acesso justamente a comandos, grandes unidades, QGs. Nesse sentido, prevalece o critério da *competência*, que basicamente vai se disseminar nos cursos, nas especializações, ou seja, nos caminhos que levam à escalada aos postos superiores da hierarquia. Desse modo, o *reconhecimento* nos postos superiores leva a outro

caminho, mais impessoal, fundado em instrumentos de legitimação coletiva e institucional, como se pode ver a seguir:

“Como se sabe quem é quem no Exército? Tenho a sensação de que todo mundo se conhece lá dentro...”

Eu acho que sim. Você conheceu muito QG, escola. As pessoas que estão nas escolas e no QG não mudam muito: elas vão e voltam. Porque as pessoas têm curso de estado-maior, então dentro daquela pirâmide, já é uma elite, são privilegiados. O caso da Eceme, o caso de Brasília, são considerados *filet mignon*, então são casos muito específicos. Agora, como é que as pessoas formaram um certo bloco, não sei se é isso que você está me colocando. Acho que tem a ver com uma série de coisas. Eu tenho uma certa dificuldade em dizer que inferência elas têm no seu próprio círculo. Mas como que um coronel é conhecido dos tenentes, dos capitães, dentro da arma dele? Ele pode ser conhecido se ele for instrutor deles na Aman. Acho que esta é a primeira referência. E a segunda é se no corpo de tropa eles trabalharam juntos. Aí, ele era desse jeito ou daquele, e criou-se alguma coisa em torno dele. Mas se for desconhecido... Se é um coronel, por exemplo, conta se tem estado-maior, ou não tem. Se tem estado-maior, tem mais *status*. Existem [outros critérios], principalmente nas armas combatentes, se o oficial é possuidor de alguns cursos, isso também tende a ser relevante, no seu reconhecimento. Que cursos seriam estes, os valorizados? Se esse oficial tem curso de pára-queda, forças especiais, comandos (...). Principalmente os tenentes de armas combatentes, infantaria e cavalaria, eles tendem a valorizar isto. Se porventura se perceber que este oficial é muito condecorado, isto também pode servir como uma referência importante. Muito condecorado, deve ser alguém primeiro de turma, ou alguém que serviu no exterior” (capitão R/2).

A liderança cessa assim a sua existência nos postos⁸¹ inferiores da hierarquia, estes que conferem a seus ocupantes uma condição de coman-

⁸¹ *Posto* é a denominação dada para as patentes apenas de oficiais. Para praças, a denominação é *gradação*.

do justamente nas pequenas unidades. Aparentemente, pelo que pude constatar, ela cessa nos cadetes que, logo que passam a tenentes, adquirem a perspectiva de subir na hierarquia e comandar. De um ponto de vista virtual da cadeia comando-obediência, portanto, as grandes e pequenas unidades existem em função da gradação hierárquica: pequenas unidades são comandadas por “inferiores-líderes” e grandes unidades por “superiores-comandantes”. Sob esse prisma, grandes e pequenas unidades são também fruto da segmentação hierárquica.

Logicamente, também os cadetes sabem o que é um comando, tendo, inclusive, na Aman, seu comandante.⁸² Sua conduta, contudo, é estabelecida através da configuração estruturada pela liderança. Então, o critério de *competência*, embora exista, está num horizonte mais distante do que outros calcados em relações de ordem pessoal, e outros critérios são utilizados para se retratar o “ideal militar”:

“Na guerra, você vai e não sabe, muitas vezes, quando volta, ou se vai voltar com vida, ou faltando um braço ou uma perna. Então, quando você fala ‘vamos!’ para um soldado, talvez ele não vá. Porque, o que vai impelir aquele homem a ir com você? Uma punição? Quer punição maior que uma perna amputada ou a morte? O que você vai fazer? Vai dar pancada no soldado? Aí é que ele não vai mesmo, ou então ele vai atirar em você. Vai gritar com ele? Vai fazer o quê? Por que ele vai te seguir? Ele vai te seguir pelo teu *exemplo*, se ele tem *confiança* em você, se ele *sente* que você *conhece* a profissão, se ele sente que você tem *preparo físico*. Então *tudo se resume na parte do exemplo*. (...) Ele [o soldado] não acredita tanto nas coisas quanto nós. Então cabe à gente transmitir isso pro soldado” (cadete, 4º ano, Aman, apud Castro, 1990:59).

O tipo de relação ideal calcado na relação interpessoal vai desaparecendo aos poucos quando se avança na hierarquia. Outros padrões tomam corpo à medida que os oficiais superiores começam a se enquadrar

⁸² Cabe observar que a Aman prepara o cadete para o desempenho de funções até o posto de capitão “não-especializado” (antes da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais — Esao).

na estrutura organizacional. Gradualmente se desvanecem as relações baseadas no carisma, e a tendência é se dissiparem os laços entre as patentes e se estreitarem os círculos hierárquicos; as relações circunscrevem-se às patentes respectivas, tão logo os critérios de sociabilidade passem a ser os predefinidos institucional e coletivamente. E, nesse sentido, esta é uma coletividade que se caracteriza basicamente como um corpo segmentado em hierarquias, daí seu critério de conduta ideal ser aquele que se fecha nas patentes — sem a chamada *promiscuidade*. O estreitamento hierárquico das pequenas unidades faz parte, assim, de um ciclo que envolve a hierarquia como um todo: ele aparece numa parte da cadeia comando-obediência, mas fica restrito a uma cadeia de unidades que são subcomandos (pelotões e companhias), separando até um determinado ponto os padrões de conduta que diferenciam liderança e comando, mantendo no entanto subordinados e superiores hierárquicos na mesma cadeia disciplinar. Nesse cenário, a hierarquia se desdobra em faces pouco conhecidas por um civil, as quais ele só pode visualizar caso tenha contato com grandes unidades.

INDIVÍDUO E HIERARQUIA

Nos escassos trabalhos que abordam o problema da hierarquia para explicar algo relacionado com a conduta militar, geralmente se utiliza a forma de pirâmide (Schulz, 1994; Carvalho, 1977; Stepan, 1975) em diagramas, tabelas e quadros que servem de paradigma para o conjunto de explicações que se quer dar. Pouco se atenta porém, para o fato de que, na filigrana desse recorte, se encontram elementos importantíssimos para os militares, capazes até de mudar os rumos tomados pela conduta dos indivíduos na corporação. Medalhas, condecorações, cursos concluídos, diplomas, elogios e repreensões — elementos que, à primeira vista, podem nos parecer simples “adornos” do mundo militar, sem maiores implicações — têm uma estreita relação com a organização da estrutura hierárquica.

Os *círculos hierárquicos* e a distinção entre “liderança” e “comando” são elementos que já apontam para uma estrutura organizacional que a pirâmide não esgota. Num exame mais aprofundado, percebe-se que as medalhas, diplomas, cursos etc. são a expressão de um elemento da hierarquia tão importante quanto suas patentes: o *sistema de classificação*. Este começa no primeiro dia da carreira do militar e formalmente termina quando ele vai para a reserva. Pela *classificação* se define o que foi, o que é e o que vai ser cada indi-

víduo dentro da Força. A partir dela se definem as trajetórias pessoais, e, como isso vale para todos, constitui um parâmetro para os militares pensarem sobre si mesmos. A *classificação* é uma espécie de pontuação na carreira militar: somam-se a ela notas e conceitos obtidos em cursos, medalhas, elogios e condecorações, assim como dela se subtraem punições e repreensões. Tudo isso, em conjunto, forma o *mérito* que o militar deve possuir para poder prosseguir na escala hierárquica.

Além do *mérito*, outro elemento que possibilita a *mobilidade* na escala hierárquica é o *tempo de serviço*. De acordo com este último, todos os oficiais, a partir da data de sua formatura na Aman — que ocorre de ano em ano, formando *turmas*, como, por exemplo, a *turma de 1979* —, acumulam um *tempo de serviço* respectivo, equivalente para todos da mesma *turma*. Dentro dessa lógica, os oficiais ocupam *tempos de serviço* dentro de cada *patente*, o que também — além do *mérito* — é levado em conta na hora de sua *promoção*.

O resultado das combinações entre a *classificação* pessoal e o *tempo de serviço* — que, afinal, é coletivo, pois é um equivalente temporal a que todos, indiscriminadamente, estão submetidos — é uma expressão da posição de cada indivíduo dentro da ordem hierárquica, sendo complementar às patentes. Essa expressão é a *antigüidade*, pela qual se sabe se um oficial é mais *moderno* ou mais *antigo* que outro. De certa forma, a *antigüidade* equipara a ordem temporal com a escala valorativa do *mérito*. Uma aplicação da noção de *antigüidade* é apresentada nesta análise de um general sobre alguns dos protagonistas militares em 1964:

“Em 1964, os generais do Alto Comando, quatro estrelas, eram colegas de turma de Castelo ou contemporâneos de Escola. Âncora, Krueel, Galhardo, Alves Bastos, Décio Escobar, Ururáí, Lyra Tavares, Jair — então ministro do Goulart — e Costa e Silva. Mourão e Guedes, ainda generais-de-divisão com comandos em Minas Gerais, também pertenciam a essa turma da Escola. Por sugestão do Castelo e por consenso, desencadeado o movimento, Costa e Silva, por ser o *mais antigo* no Rio, assumiu o comando revolucionário, cabendo a Castelo a articulação política do movimento. Costa e Silva convidou o tenente-brigadeiro Francisco Melo, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, e o vice-almirante Augusto Rademaker, que, *antecipando-se*, na companhia de colegas seus — Levi Aarão Reis, Melo Batista, Saldanha da Gama e

Mário Cavalcanti —, declara que a Marinha estava sob seu controle. Porém a aversão de Rademaker a Castelo era conhecida, assim como não dispunha de uma liderança em sua Força que justificasse a *ultrapassagem* abrupta de quatro almirantes-de-esquadra e cinco vice-almirantes que o precediam na ordem hierárquica. (...) Na Marinha *o princípio foi violado* e as conseqüências e seqüelas perduraram por longo tempo” (Rego, 1994:68-9; grifos meus).

A discussão, que resulta num exemplo de violação do princípio hierárquico, remete à noção de *antigüidade*. Esta assim é definida no *Estatuto dos Militares*:

“Art. 17 — A precedência entre militares da ativa do mesmo grau hierárquico, ou correspondente, é assegurada pela antigüidade no posto ou graduação, salvo nos casos de precedência funcional estabelecida em lei. 1º — A antigüidade em cada posto ou graduação é contada a partir da data da assinatura do ato da respectiva promoção, nomeação, declaração ou incorporação, salvo quando estiver taxativamente fixada outra data. 2º — No caso do parágrafo anterior, havendo empate, a antigüidade será estabelecida: a) entre militares do mesmo corpo, quadro, arma ou serviço, pela posição nas respectivas escalas numéricas ou registros existentes em cada Força; b) nos demais casos, pela antigüidade no posto ou graduação anterior; se, ainda assim, subsistir a igualdade, recorrer-se-á, sucessivamente, aos graus hierárquicos anteriores, à data de praça e à data de nascimento para definir a precedência, e neste último caso, o de mais idade será considerado o mais antigo; c) na existência de mais de uma data de praça, inclusive de outra Força singular, prevalece a antigüidade do militar que tiver maior tempo de efetivo serviço na praça anterior ou nas praças anteriores; e d) entre os alunos de um mesmo órgão de formação de militares, de acordo com o regulamento do respectivo órgão, se não estiverem especificamente enquadrados nas letras ‘a’, ‘b’ e ‘c’. 3º — Em igualdade de posto ou graduação, os militares da ativa têm precedência sobre os da inatividade. 4º — Em igualdade de posto ou de graduação, a precedência entre os militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada ou não, que estejam convocados, é defini-

da pelo tempo efetivo de serviço no posto ou graduação” (Estado-Maior do Exército, *EM*, 1980:10-1).

Antigüidade não é, assim, um conceito que se refere a uma ordem temporal, embora sua denominação remeta a uma temporalidade. Tal conceito é justamente uma categoria que substancializa a ordem de *classificação*, combinando-a com o ano de formatura nas escolas e com a patente que o indivíduo ocupa. Todos, sem exceção, ocupam um *lugar* respectivo na escala de *antigüidade*. Essa posição é definida por uma ordem numérica, na qual cada um da mesma arma tem um *número* na escala de sua turma, e esta dentro da patente correspondente. Assim, por exemplo, há os majores 16, 17, 18... da Cavalaria de 1979,⁸³ sendo o 16 mais *antigo* que o 17. Essa ordem classificatória⁸⁴ começa já nas escolas e, nesse sentido, o critério inicial que influirá por toda a carreira do militar tende a ser praticamente todo concebido com base nas notas e conceitos⁸⁵ dos tempos escolares: “A *classificação* em notas e conceito militar é considerada fundamental, pois é segundo a ordem de *classificação* que os cadetes escolhem a Arma e o local onde irão servir após a formatura, e é essa mesma *classificação* que influirá na ordem de promoção durante toda a carreira. Uma posição quase mítica é ocupada pelo cadete 01 (‘zero-um’) e, em escala decrescente, pelos outros cadetes ‘zero’: 02, 03... São posições de prestígio. É o cadete 01 quem, no dia da formatura final do curso, recebe a espada de oficial das mãos do presidente da República e abre o portão de ‘saída dos novos aspirantes’, por exemplo. ‘Aqui o que importa é a *classificação*’, diz um cadete do 4º ano, e é notável como todos os cadetes não conhecem apenas a sua própria *classificação*, como também a de vários colegas de ano para ano, quem ‘subiu’ e quem ‘desceu’. É extremamente comum ouvirmos, em conversas com cadetes, afirmações como ‘sou o 17º em 38, entrei como o 26º’, ou ‘ano passado eu não tava com saco de estudar, caí quatro [colocações] pra trás’, ou ainda ‘ele era o 09, mas estudou muito e agora tá ameaçando o 02”’ (Castro, 1990:46).

⁸³ Devo salientar que este é um exemplo aleatório — não conheço os oficiais em questão.

⁸⁴ Para os profissionais, que são os únicos que ocupam toda a cadeia de comando.

⁸⁵ Que não são estritamente relacionados apenas às disciplinas acadêmicas. Entra também no cômputo da nota o “*espírito militar*”, como bem mostra Castro (1990:46-7).

A ordem de *classificação* introduz, assim, a idéia de que o sistema hierárquico, embora piramidal, levando-se em conta apenas as patentes, é linear em períodos iguais de precedência na cadeia de comando, variando de 1 para 1 — pessoa a pessoa — na ordem classificatória e não havendo chance de “empate”. Portanto, a hierarquia passa por vários níveis de estruturação da organização social militar: a) como princípio geral, que se aplica a todos os membros das Forças Armadas; b) nas patentes, em 16 estratos diversos (de soldado a general-de-exército, em tempo de paz), que se dispõem de forma piramidal em relação à quantidade de membros das Forças; c) nos *círculos hierárquicos*; d) na distinção entre *liderança* e *comando*; e) de pessoa a pessoa, no grau de *antigüidade*. Todos esses níveis encontram-se imbricados — não há como pensar um sem os outros —, pois fazem parte da hierarquia como um *princípio único e segmentador*. Além disso, se, por um lado, ele é ancorado numa ordem temporal coletiva e equivalente para todos pelo *tempo de serviço*, por outro, suporta um princípio de desigualdade dado numa ordem atemporal, calcada numa escala cumulativa de valores em que alguns possuem mais *mérito* que outros. Desse modo, se o *tempo de serviço* se encontra numa extremidade, representando um *princípio geral*, o mérito aparece na outra, representando, no limite, a *segmentação*.

Conseqüentemente, isso cria um sistema no qual é possível se estabelecer uma dupla leitura da ordem hierárquica: mesmo que o último — ou mais *moderno* — dos majores seja superior ao primeiro — ou mais *antigo* — dos capitães, este certamente gozará de mais prestígio que aquele; assim, se, por um lado, a cadeia de comando é realizada nesta ordem tradicional, por outro, o prestígio dos primeiros colocados permite que estes virtualmente sejam vistos como “superiores” dentro do sistema de competição pela ordem de classificação.

Esse “virtualmente” não é uma expressão à-toa, pois se refere a algo fundamental, que é a realização das promoções. É nessas ocasiões que fatores híbridos, como *tempo de serviço* e *mérito*, vão contar para a redefinição das posições na ordem de classificação na escala hierárquica. A cada promoção, os lugares são redefinidos, podendo-se romper aí, finalmente, com o princípio do *tempo de serviço*, através dos critérios de mobilidade da classificação, como mostra este depoimento:

“O último da turma anterior é mais antigo que o primeiro da turma mais moderna. (...) Até que este primeiro da turma, quando chegar a promoção a major (major, não sei ainda), ele pode até ser promovido na mesma época..., é o que se chama ‘dar carona’, ele vai ‘dar carona’ naquele de trás, da turma anterior, mas que a classificação não é tão boa.

Aí os termos se invertem?

Se invertem: o mais antigo passa a ser o mais moderno.

E essa classificação muda a cada escola?

A classificação da academia se mantém para sempre. Só que vai ocorrer o seguinte: se vai para a Esao..., vamos supor o seguinte: dentro de uma mesma turma de 50, ele era 20. Mas na Esao ele melhorou muito, foi o 02, os outros todos ficaram atrás dele, à exceção do primeiro — vamos imaginar que seja o mesmo. Isso vai acabar influenciando na próxima promoção a major. Então, nessa ocasião ele pode dar carona dentro da turma dele, isso é comum. Ele é o 20, mas vai ser promovido a major, e o 18 não é promovido, vai ser promovido seis meses, um ano depois. Então ele deu carona na turma dele e, nessa hora, ele mudou de classificação, ele era o 20, agora, vamos imaginar, é o décimo (...), dentro daquela turma — cavalaria, infantaria e tal — porque as classificações são por Arma” (capitão R/2).

Há aqui um desdobramento da categoria *antigüidade*, podendo esta, mesmo que tenha à primeira vista uma referência temporal, inverter esta característica e estabelecer uma dupla relação entre *tempo de serviço* e valor, expresso no *mérito*. Tomando a hierarquia estruturalmente, pode-se dizer que, por um lado — por mais contraditório que pareça —, há um plano sincrônico determinado pelo *tempo de serviço*, o qual permanece “imutável” no sentido de que acompanha todos os membros do corpo, ou seja, todos os que permanecem na Força vão ficando naturalmente “mais velhos” e, nesse sentido, ocupariam a mesma posição na hierarquia — por exemplo, todos os da *turma de 79* continuarão a ser membros dela, sendo um ano mais velhos que os da *turma de 80*; por outro lado, a ordem de classificação por *mérito* introduz um rompimento nesta barreira de imutabi-

lidade, alterando o grau de *antigüidade* e estabelecendo, assim, um outro plano, diacrônico, pelo qual a estrutura hierárquica admite a mobilidade social no grupo. No fim, se o critério de *tempo de serviço* é geral — acompanha a todos — e a promoção é justamente o fator de mobilidade que quebra na hierarquia militar a idéia de estamento — já que nem todos são promovidos —, chega-se à conclusão de que a promoção de fato tem no *mérito* seu “termo forte”. Se alguém está há muitos anos numa *patente* e, portanto, deve ser promovido, de todo jeito, no sistema de classificação, ele provavelmente ficará *atrás* daquele que é promovido por mérito. Note-se, então, com relação a esse duplo sistema, o seguinte: enquanto se trata a hierarquia apenas como um conjunto de *patentes* em ordem sucessiva, há uma cadeia na qual, por exemplo, em situações normais, qualquer coronel manda em qualquer tenente-coronel, que obedece; quando se trata da ordem de classificação, tal prerrogativa continua válida, mas virtualmente tende a sumir, se se considerar que há uma outra leitura que os membros da Força fazem de si mesmos a partir da possibilidade de ascensão. Assim, sabe-se que o primeiro dos tenentes-coronéis um dia será superior ao último dos coronéis, que, portanto, detém um outro tipo de poder, conferido pela sua posição na linearidade vertical do sistema de classificação, e perpendicular ao poder da hierarquia das patentes.

O *mérito* é decidido a partir de uma complexa rede de procedimentos que o Exército adota para ter conhecimento de cada indivíduo que está na carreira militar (soldados conscritos não entram). Esses procedimentos se encontram sintetizados num sistema de avaliação de pessoal, que atinge todos esses indivíduos semestralmente, excetuando-se os oficiais generais. Cabe ao superior comandante de cada unidade militar — e aí pode variar de um tenente a um general — avaliar seus subordinados, a partir de uma ficha predefinida que tem a exata tiragem correspondente ao número de avaliados a cada seis meses. Essa ficha, pessoal e confidencial, deve ser preenchida pelo punho do próprio comandante e posteriormente enviada para Brasília, onde os dados são devidamente computados e arquivados de modo estatístico pelo Departamento Geral de Pessoal (DGP). Seu conteúdo é baseado em três partes. A primeira consiste em 60 proposições que devem ter uma nota correspondente — 0 (zero), 2,5 (dois e meio), 5 (cinco), 7,5 (sete e meio) e 10 (dez). São elas:

“1. Dá conhecimento do cumprimento de uma missão a quem lhe atribuiu.

2. Trabalha criteriosamente, independentemente de fiscalização ou chefia.
3. Possui boa redação.
4. Utiliza-se de métodos de trabalho que simplificam o desempenho de sua função.
5. Torna-se irritadiço quando submetido a esforços intelectuais continuados.
6. Trata os subordinados com respeito e bondade.
7. Promove a união entre os companheiros.
8. Mantém porte e atitudes coerentes com os padrões militares.
9. Exige do subordinado o cumprimento das normas regulamentares.
10. Limita-se ao cumprimento de ordens.
11. Sacrifica horários de descanso e lazer em benefício do grupo.
12. Prepara-se para possíveis perguntas e dúvidas de seus chefes e subordinados.
13. Recupera-se rapidamente de uma jornada de trabalho extenuante.
14. Percebendo a necessidade de ação imediata, não espera ordem para tal.
15. Omite-se perante dificuldades de companheiros.
16. Deixa a critério dos subordinados as condições de cumprimento de uma tarefa.
17. É prolixo na exposição de suas idéias.
18. Apresenta baixos resultados no teste de aptidão física.
19. É impaciente.
20. Age com serenidade.
21. Esmorece ante dificuldades.
22. Descuida-se quanto às normas de segurança.
23. Os dados e informações afetos às suas atribuições estão acessíveis a uma consulta imediata.
24. Nas ligações funcionais, deixa de seguir a linha de comando.
25. Apega-se a um único método de trabalho, independentemente da natureza da tarefa.
26. Abstém-se de apresentar opiniões ou sugestões.
27. Necessita de orientação ao deparar com imprevistos.
28. Deixa de observar a precedência entre militares.

29. Protela a execução de tarefas difíceis.
30. Descuida-se na manutenção de seu preparo físico.
31. Mantém a eficiência, apesar de submetido a esforços prolongados.
32. Realiza tantos treinamentos quantos forem necessários, até conseguir o melhor.
33. Insiste até alcançar seus objetivos.
34. Deixa-se surpreender pelos acontecimentos.
35. Tem facilidade em propor soluções alternativas.
36. Atribui a outros as conseqüências negativas de suas decisões.
37. Trabalha desordenadamente.
38. Atribui a um elemento missões para as quais o mesmo não é possibilitado.
39. Procura sanar os impasses na execução das missões.
40. Sobrepõe os interesses do serviço aos problemas de ordem pessoal.
41. Alega falta de meios para justificar o não-cumprimento das missões.
42. Tem dificuldade em cumprir tarefas que envolvam a interpretação de textos.
43. A manutenção preventiva do material sob sua responsabilidade deixa a desejar.
44. Mantém-se calmo ante dificuldades.
45. Distribui os trabalhos de sua equipe.
46. Interpreta com facilidade os documentos recebidos.
47. Revela cuidado nos mínimos detalhes de seu uniforme.
48. Suas instruções são essencialmente práticas e demonstrativas.
49. Mantém o corte de cabelo fora dos padrões regulamentares.
50. Colabora espontaneamente com seu chefe imediato.
51. É preconceituoso no trato com superiores.
52. Na ausência de superiores deixa de tomar as providências e expedir as ordens que se fizerem necessárias.
53. Verifica se os meios e tempo disponíveis são suficientes para o cumprimento das missões.
54. Tem dificuldades em resolver problemas novos.
55. Perde-se em divagações sem abordar o âmago das questões.

56. Exaspera-se com facilidade.
57. As dependências sob sua responsabilidade são mantidas arrumadas.
58. Na ausência de determinado material ou instrumento, supre a deficiência com meios expeditos.
59. Fiscaliza os trabalhos de sua equipe.
60. Preocupa-se com detalhes irrelevantes.”

A segunda parte consiste em 12 atributos, a que devem corresponder seis menções — A (excelente), B (muito bom), C (bom), D (regular), E (fraco) e F (insuficiente). São eles:

- “1. Atenção.
2. Combatividade.
3. Decisão.
4. Dinamismo.
5. Discrição.
6. Flexibilidade.
7. Imparcialidade.
8. Liderança militar.
9. Meticulosidade.
10. Organização.
11. Persuasão.
12. Tato.”

A terceira e última parte é um complemento das outras duas e compõe-se de quatro itens que devem ser sucintamente descritos pelo avaliador. São eles:

- “1. Conhecimentos profissionais.
2. Capacidade administrativa.
3. Outras informações.
4. Menção.” (Ministério do Exército, APME, 1988:8-13).

A par dos detalhes internos ao documento, como repetição de itens, itens semelhantes colocados de maneira ora positiva ora negativa e disposição aparentemente randômica dos critérios, interessa-nos o fato de que este é um instrumento coletivo de controle do mecanismo de promoções, na medida em que todos têm que ser avaliados à luz desses critérios. A quantidade de promoções que ocorrem a cada ano é decidida em Brasília, baseando-se principalmente no tamanho do contingente e no peso de cada arma. Mas a particularidade consiste justamente no fato de que essas avaliações são executadas localmente, pelo comandante da unidade militar a que ela corresponde. Ora, em outros termos, isso quer dizer que, em última instância, a promoção é decidida também localmente e, portanto, a cadeia de comando, quando trata desse mecanismo virtual de instituição de desigualdades formais entre os elementos da Força — a decisão do *mérito* —, não é um eixo linear e homogêneo. Se assim fosse, com base na *classificação*, em tal eixo, um a um, os integrantes da coletividade, igualmente de acordo com sua *antigüidade*, teriam uma cota de poder decisório que lhes seria própria; entretanto, como vimos, o sistema admite que se formem instâncias locais de decisão, ou seja, círculos de aproximação em unidades militares entre um comandante e seus comandados. Isso quer dizer que, dessa maneira, as relações pessoais se reproduzem na hora da decisão do *mérito*.

Talvez uma grande evidência disso seja o fato de que todos os critérios se baseiam inteiramente na experiência que o comandante tem com seus subordinados e, portanto, na sua avaliação subjetiva, fato previsto nas instruções como instrumento legítimo de avaliação coletiva, já que a ficha é o veículo de realização desse processo. De toda maneira, não se trata de pensar que o *mérito* emana apenas de critérios subjetivos, emocionais ou qualquer coisa do gênero. Mesmo em se tratando de relações que dependem do comandante, não se pode esquecer que a proximidade que as outras pessoas têm com ele depende, em muito, da proximidade hierárquica. Nesse processo, formam-se várias “cadeias de proximidade” até se chegar à decisão final de preenchimento de uma ficha, em que cada círculo de relações pessoais — também determinado hierarquicamente — constitui uma parte do circuito. Portanto, o que há é um sistema híbrido, no qual hierarquia e relação pessoal se fundem, o que, tomado coletivamente, assume a forma de uma cadeia “clânica” de relações pessoais permeada pelo critério hierárquico de classificação, como se se tratasse de linhagens associadas “livremente”, e não pelo nascimento ou por vontade divina, como ocorre em

sociedades onde esse tipo de estrutura constitui o cerne da organização grupal.

Concretamente, o resultado dessa dinâmica aparece na formação de círculos de amizade e influência, geralmente determinados a partir do momento em que um aluno sai de uma escola militar — com a classificação inicial — e escolhe a primeira instância local de serviço, onde se formarão suas primeiras relações pessoais fora da escola, num ambiente geralmente menor que esta, e no qual os laços interpessoais tendem a se estreitar. Nesse sentido, se olharmos para algumas biografias⁸⁶ de militares que chegaram ao generalato — e que, portanto, permaneceram muito tempo na Força, transitando por muitos lugares —, veremos freqüentemente uma repetição de nomes com quem ou para quem cada um deles trabalhou ou assessorou, tal como se pode constatar em muitos depoimentos. Em diálogo mantido com um importante general da reserva, chamou minha atenção o modo como ele resgatou na memória o processo ao longo do qual se produziu um estreitamento de relações com Castelo Branco que o levou a ocupar sucessivos cargos importantes até o governo Geisel:

“Bom, terminei o curso [Eceme] e fui para Belém. Foi meu primeiro contato com o general Castelo. Cheguei lá, majorzinho, e ele tinha sido comandante da Eceme, tinha um orgulho dela, era apaixonado pela Escola de Estado-Maior. Nessa época, ele era general-de-divisão, comandante militar da Amazônia, em Belém — depois é que foi para Manaus. Bem, cheguei lá, me apresentei, e tal. Tudo formal, o Castelo, uma cadeira ao lado dele, ele fazendo perguntas. Me pergunta: ‘Por que é que o senhor veio para cá?’ Eu digo: ‘General, eu servi aqui em 55. Fui de uma comissão militar de estudos sobre a Amazônia, viajei muito, conheci bastante, tenho mais de 50 horas de vôo. E achei, depois de tirar o curso de estado-maior, que era uma resposta, uma contribuição que podia dar à Amazônia, já agora com curso, já com algum esclarecimento que obtive no curso. Não podia ir nem para o Rio de Janeiro nem para São Paulo, pois minha classificação não dá para isso, mas podia ir para o Mato Grosso, para o

⁸⁶ Um bom exemplo está nos resumos biográficos dos depoentes em D’Araujo et alii (1994a, 1994b).

Rio Grande do Sul. Mas vim para cá, voluntário'. E ele: 'Que tal a Escola?' — 'Ah! Gostei muito'. Aí que foi meu azar e minha sorte, pois ele perguntou 'E os polígrafos?', que eram as apostilas da Escola. Em três anos, era todo meu material. Ora, aquilo são documentos de trabalho que nos avaliam numa situação militar. São questões que temos que ir decidindo numa situação militar. Quer dizer, é uma técnica para habituar o aluno a raciocinar, e através desse raciocínio aprender a doutrina — doutrina de ataque, doutrina de defesa, doutrina de emprego de blindados etc. Quer dizer, estes são os exercícios práticos que, através da mecânica que o instrutor cria — aquela documentação —, o aluno vai incorporando aos conhecimentos e informações. Aquilo é um faz-de-conta. Disse, então, sobre os polígrafos: 'Joguei fora'. — 'Como!? Jogou fora?' — 'Joguei, general. Porque eu acho o seguinte: o curso da Escola tem duas propostas. Uma é ensinar o método de raciocínio. Uma técnica para abordar problemas, saber decompor problemas, abordar os diferentes fatores de decisão, o terreno, o inimigo, a missão, os meios que dispomos. Então, esta técnica e método, através de uma enorme quantidade de exercícios, é que a Escola propõe que a gente incorpore. Isso é uma maneira de pensar. Segundo, eu imagino, é que a Escola deseja que, através desse trabalho todo, apreendamos os princípios internos — economia de forças, segurança, iniciativa, e por aí afora. Isso é o que a Escola pretende, através dessa papelada toda, que se incorpore. E, quando a gente incorpora, não precisa mais dessa papelada toda. Eu acho que incorporei, por isso joguei fora, general.' Ele não achou graça, e disse: 'O que é que o senhor está lendo?' Aí foi minha salvação. Eu tinha comprado um livro, *A defesa nacional*, de um simpósio que houve na cidade de Nancy, na França, com civis, militares, todos abordando o problema de defesa nacional. Muito interessante. Ainda tenho guardado esse livro, até hoje — faz quase 40 anos —, porque foi a minha salvação. Ele disse: 'Eu não conheço. Me traga este livro amanhã'. O livro estava inteiro marcado, e tal — viajei de navio, marquei o livro. Daí pra frente, dei outro, e no final do estágio em Belém o Castelo me convidou para ser assistente-secretário dele, e assim fui amigo dele toda a vida..." (general R/1 Rego, 1994).

Esse não é um processo que ocorre aleatoriamente, o que qualquer indivíduo com visão da coletividade — como esse general — pode perceber. De certa maneira, a instância local de decisão das promoções é uma saída institucional e coletivamente legitimada para a formação de círculos de amizade e influência. A contrapartida concreta da formação desses círculos de amizade e influência é que, de acordo com o sistema de classificação, esses círculos tendem a levar em conta a *antigüidade* de seus membros. Não é à toa que as pessoas com quem manteve contato eram, coincidentemente, quase todas pertencentes ao “*círculo dos zero*”.⁸⁷ De certa maneira, isto é visto a partir da formação de “lugares de prestígio” dentro da instituição — basicamente QGs e escolas. Obviamente, não se trata de pensar que esses lugares têm prestígio por si. Um extenso mecanismo de indicações, relações pessoais e nomeações acaba por estabelecer uma rede de sociabilidade que confere a certos locais um determinado *status*, ligado, por sua vez, ao *status* de quem o frequenta. É possível até que isso perdure, passando “hereditariamente” pelo círculo de relações afins ou mesmo de consangüinidade,⁸⁸ constituindo o que pode ser entendido como uma “tradição” ligada a esses locais.

Essa dinâmica, a princípio, foi por mim detectada a partir de fatos de domínio público, como a existência, em 64, de grupos como os “*castelistas*”. Sua averiguação na organização social do grupo, porém, deveria ocorrer mediante contato com alguém *de fora* desses grupos, pois, caso contrário, explicações como a do mencionado general sempre encontrariam no “*acaso*” a razão capaz de justificar tais processos: afinal, seria demais querer que um membro bem-sucedido da corporação explicasse sua trajetória a partir das regras de sociabilidade grupal. Foi um diálogo que mantive com um oficial da reserva e de patente inferior que me apontou para essa dinâmica:

“Então o sujeito passa por diversas instâncias locais durante a vida. Como se formam os seus grupos de amizade, de interesses...? Formam-se grupos de interesse?”

Se formam grupos de interesse, sim. Nesse sentido, o Oliveiros⁸⁹ costuma usar uma expressão bastante (...), são as *cotteries*. Elas se for-

⁸⁷ Os oficiais primeiros colocados de sua turma.

⁸⁸ Ver o grande número de oficiais superiores com nomes “tradicionalis” do Exército.

⁸⁹ Professor Oliveiros Ferreira, do Departamento de Ciência Política da FFLCH-SP

mam, sim, e elas se formam, eu até diria que pela própria vida, pelo próprio cotidiano. Por exemplo, é muito comum, se você for numa escola fazer um inventário, de 10 anos, 20 anos, os oficiais que trabalharam naquela escola, Academia Militar, Esao, Eceme, CPOR, QGs, as idas e vindas de oficiais é algo impressionante. Vão e voltam, vão e voltam, vão e voltam, é muito comum. Por quê? Porque você sai, você sugere o nome de alguém. De certa forma, essa pessoa que foi sugerida fica meio compromissada, quando ela sai novamente ela indica, e assim então... Da mesma forma acontece com outras unidades, você vai para algum lugar, gosta, gostou da cidade, do lugar, e aí você criou aquele vínculo, e outra vez você liga lá, 'já trabalhei aí', então aí você consegue novamente uma indicação. Como você vai e volta, você restringe essas pessoas aos seus conhecimentos. E alguns lugares são mais importantes — Brasília, Rio, os grandes QGs —, você fica conhecendo os generais, e tal, amplia o seu leque de conhecimentos, e isso vai ser importante" (capitão R/2).

É senso comum no Exército considerar que tais lugares são meios de ascensão em termos de *status*, além de terem, por si sós, um *status* próprio. Assim, eles não só representam uma passagem mais rápida e provável para o generalato, como também são vistos a partir de elementos próprios — no sentido de não constituírem apenas uma subdivisão na burocracia —, sintetizados mediante a elaboração de uma *tradição*, de uma *história própria* e, principalmente, de valores ideais que são representados em termos pictóricos e emotivos, como se vê na seguinte descrição:

"A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército está instalada na *ensolarada e tranqüila Praia Vermelha, outrora praça fortificada*, com suas muralhas, ameias e canhões *dos tempos coloniais*, cujas *ruínas ali estão para atestar a própria origem histórica da cidade* do Rio de Janeiro." (Estado-Maior do Exército, REB, 1989:13; grifos meus).

Nesse caso, pode-se notar o jogo de elementos que se estruturam na formação de um símbolo, dando, por exemplo, um sentido positivo, quase mítico, à Eceme, ao pensá-la mediada por categorias espaciais valorativas, como "*ensolarada e tranqüila Praia Vermelha*", ou também a partir de referên-

cias temporais carregadas de sentido, como “*ruínas dos tempos coloniais*” e “*a própria origem da cidade*”. Notadamente, a Praia Vermelha não pode ser “ensolarada e tranqüila” o ano inteiro e, embora estes sejam, como enfatizamos, elementos pictóricos, eles acabam por encontrar ressonâncias no interior do próprio grupo. Isso ocorre na medida em que a estrutura hierárquica, rígida e linear, que ordena sua organização social, possui também uma outra configuração mais “amena”, ao permitir a cada um encontrar “nichos” de valoração e *status*, representando lugares específicos onde os membros do grupo podem elaborar estratégias de distinção pessoal, produzindo uma “boa impressão”, que acaba por se converter para ele em fonte de poder, muito embora isso não rompa com as características próprias a esta instituição baseada na disciplina, onde as pessoas não vão além do valor que a instituição lhes confere. Nesse sentido, o *status* da Praia Vermelha, ou de qualquer outro desses lugares valorizados pela corporação, é o *status* dos membros da instituição que nela se acham instalados, e vice-versa. Portanto, se você quiser saber quem é quem no Exército, faça como os “nativos”: pegue o *Almanaque dos Oficiais* e veja por onde cada um deles passou.

Esses elementos são muito úteis porque, em qualquer análise que se faça de militares — que inclua a ação deste ou daquele militar, ou grupo de militares, bem como desta ou daquela patente —, é necessário considerar esse conjunto de códigos e maneiras de mapear a organização grupal, para se entender por que os fatos tomaram este ou aquele rumo. Só assim se poderá entender e levar em conta essas características próprias do mundo militar: nele, seguem-se os múltiplos parâmetros determinados pela hierarquia, os quais, por sua vez, determinam desde a conduta individual até as posições que, tomadas “em nome da instituição”, aparecem registradas, por exemplo, nos noticiários.

UMA TEORIA DA HIERARQUIA MILITAR

Pela multiplicidade de dimensões observada no Exército a partir da hierarquia, chegamos à conclusão de que seria possível compreendê-la como um “fato social total” na vida militar. O uso desse conceito, embora um tanto arriscado em uma antropologia das sociedades complexas, acabou revelando um terreno fértil para se buscar respostas a um problema, devido à própria natureza do objeto de investigação: uma instituição nacional com

uma identidade social muito bem delimitada — diferente, portanto, de outras instituições nacionais —, que aponta para uma “totalização” das dimensões da vida social de seus membros. Essa “totalização” poderia, justamente, levar à conclusão de que estamos lidando com uma *instituição total*, em moldes goffmanianos. Esse tipo de análise — diga-se de passagem, um lugar-comum nas ciências sociais quando se fala em Exército —, embora esclarecedor ao tratar da cadeia disciplinar ou, ainda, da dimensão do poder que vem junto com a idéia de *obediência*, pouco esclarece quando se fala de uma *multiplicidade de dimensões* da vida social militar, cuja ocorrência pudemos detectar através da pesquisa de campo. Situamo-nos, portanto, diante da dificuldade de ter que “negociar” um termo capaz de dar conta ao mesmo tempo da idéia de “totalização” e da multiplicidade e diversidade de dimensões da vida militar que se articulam através da noção de hierarquia. Em princípio, o conceito de “fato social total” aponta-nos uma saída.

Para se chegar a uma idéia capaz de traduzir essa dupla referência, que buscávamos, pareceu conveniente partir de uma reflexão proposta pela *Introdução à obra de Marcel Mauss*, de Lévi-Strauss (1974). Em uma passagem do texto, ele delinea sua leitura de “fato social” a partir de um elemento genético na constituição desta problemática: a relação sujeito-objeto. Nela, Lévi-Strauss percebe que há um fundo inconsciente comum, capaz de dar ao observador ao mesmo tempo uma apreensão subjetiva — interna — e objetiva — externa — do fenômeno observado, o que lhe permite ter dele uma apreensão “total”: “Que o fato social é total não significa apenas que *tudo o que é observado faz parte da observação*, mas também, e principalmente, que em uma ciência em que o observador é da mesma natureza que seu objeto, *o observador é, ele mesmo, parte de sua observação*. (...) Para compreender convenientemente um fato social, é preciso apreendê-lo *totalmente*, isto é, de fora, como uma coisa, mas como uma coisa da qual, entretanto, é parte integrante a apreensão subjetiva (consciente e inconsciente) que conseguimos se, inelutavelmente homens, vivêssemos o fato como indígenas em vez de observá-lo como etnógrafos” (Lévi-Strauss, 1974:16-7; grifos do autor).

Lévi-Strauss estava certamente falando de um problema peculiar à sua teoria, relacionado às estruturas inconscientes que estão presentes numa escala de problemas mais longínquos e profundos que os deste livro, que remetem aos códigos que se encontram no limite de uma “natureza humana”. Nessa escala, a teoria levi-straussiana simplesmente desprezaria

o “trajeto de campo” pois, qualquer que fosse este, o código resultante de sua decomposição seria o mesmo, e, assim, independentemente do “trajeto”, chegaríamos invariavelmente à hierarquia. No entanto, permita o leitor que, na conversão de escalas que estamos realizando, se aceite o abandono da idéia de um código universal e se aproveite o que poderíamos chamar de uma “sugestão de procedimento investigativo”. Nesse nível, o que para nós está interessando é a idéia de que o domínio do código nativo ocorre quando se tem na cabeça tanto uma dimensão “objetiva” quanto uma dimensão “subjativa” dos fatos, e que o nativo somente pode apreender um desses níveis, justamente porque vive sua experiência como “fato social total”. Estamos, assim, também nos aproximando de Malinowski, quando ele coloca que “a imagem do todo não existe em sua mente [do nativo]; ele faz parte desse todo e não pode, à maneira de um observador, vê-lo de fora” (Malinowski, 1986:87). No nosso caso, então, esse procedimento investigativo encontrou um protocolo em todos aqueles que fazem antropologia urbana: situar-se a partir de um “estranhamento a um objeto familiar” (Velho, 1994:126-7). No caso dos militares, esse é um mundo “familiar”, pois está inserido na mesma lógica societária que ordena a vida de seus compatriotas civis — a da sociedade nacional, que tem na base de sua constituição o princípio da *igualdade*. Um mundo “estranho”, porém, pois, no processo de construção de sua identidade, o grupo estabelece um tipo de rompimento com os *paisanos*, que os transforma em “outro” — o que inclui o pesquisador. No que poderíamos chamar de uma “dimensão objetiva” da apreensão do objeto, a relação pesquisador-pesquisado ocorreu dentro de uma “escala política”, a partir do fato de que antropólogos e militares fazem parte de instituições, subordinadas em última instância à mesma lógica de uma organização de *ethos burocrático*, que permeia todo o Estado moderno, e, no limite, segundo a visão dos próprios pesquisados, revela uma dimensão pública por trás das duas instituições que faz com que “nós todos”, de alguma maneira, estejamos compromissados com esta coisa maior chamada Brasil. Se, no entanto, como já foi demonstrado, o jogo de *identidades contrastivas* é primordial para a definição e delimitação desse objeto (Castro, 1990) — *militares* —, é possível começar a pensar na dimensão de sua “apreensão subjativa” também a partir de uma característica específica à sua realidade, que pode ser compreendida a partir de uma *situação de contato*, em que o “outro” — aqui representado pelo pesquisador —, ao se inserir de alguma forma na corporação, acaba por evidenciar “do interior” dela os *contrastes* que sua identidade produz.

Inserida numa situação que se configurava como política,⁹⁰ e em que a lógica das representações militares pretendia, teleologicamente, se impor como auto-evidente —, dada a natureza doutrinária do saber que se encontra na sua base e que, portanto, se insinua também definição de sua forma de conceber a política naquele contexto —, a pesquisa poderia, assim, cair numa armadilha: permanecer apenas na chamada “dimensão objetiva dos fatos”, levando o pesquisador a cair num “erro” semelhante àquele cometido por Mauss, que é apontado por Lévi-Strauss: “Um curioso aspecto da argumentação seguida no *Ensaio sobre a dádiva* colocar-nos-á na pista da dificuldade. Mauss aparece aí, com razão, dominado por uma certeza de ordem lógica, de que a *troca* é o denominador comum de um grande número de atividades sociais aparentemente heterogêneas entre si. Mas, tal troca, ele não chega a vê-la nos fatos. A observação empírica não lhe fornece a troca, mas somente — como ele mesmo diz — ‘três obrigações: dar, receber, retribuir’. Toda teoria exige dessa forma a existência de uma estrutura, cuja experiência oferece apenas os fragmentos, os membros esparsos, ou antes, os elementos. Se a troca é necessária e ela não se verifica, é preciso então construí-la. Como? Aplicando aos corpos isolados, os únicos presentes, uma fonte de energia que opere sua síntese. ‘Pode-se... provar que nas coisas trocadas... existe uma virtude que força as dádivas a circularem, a serem dadas, a serem retribuídas.’ Mas é aqui que começa a dificuldade. Essa virtude existe objetivamente, como uma propriedade física dos bens trocados? Evidentemente, não. Isso seria permissível, já que os bens em questão não são somente objetos físicos, mas também dignidades, cargos, privilégios, cujo papel sociológico é entretanto o mesmo dos bens materiais. É preciso, pois, que a virtude seja concebida subjetivamente; mas então encontramos-nos diante de uma alternativa: ou esta virtude não é outra coisa além do próprio ato da troca, tal como o pensamento indígena o representa, e encontramos-nos fechados num círculo, ou ela é de uma natureza diferente e, em relação a ela, o ato de troca torna-se, pois, um fenômeno secundário” (Lévi-Strauss, 1974:24-5). Dentro da dimensão política envolvida em nossa pesquisa, estaríamos sujeitos a permanecer numa condição semelhante à de Mauss, diante da descoberta empírica das

⁹⁰ “Política” aqui pensada como luta pelo convencimento em relação a uma visão de mundo, com vistas à obtenção de hegemonia, na definição de parâmetros de compreensão e solução de conflitos, concretamente dados em diversas instâncias de vida social.

“três obrigações”. O nível das representações, que se apresenta ao pesquisador, poderia aparecer como uma dimensão da vida social capaz de sintetizar genericamente os fatos — tudo aquilo que se quer fazer passar do universo militar para o pesquisador — e, como doutrina, representaria uma ordem classificatória da realidade capaz de englobar a ação pela representação. Por que o pesquisador estaria, assim, numa situação semelhante à da descoberta das “três obrigações”? Porque na apreensão nativa dos fenômenos, vista como sua “dimensão objetiva”, *discurso* e *verdade* se fundem e, assim, formam um valor — que é um fim em si mesmo — no qual se explicita a auto-imagem do que é ser *militar*, e que, precisamente, caberia ao pesquisador passar ao público como resultado do seu trabalho, para não correr o risco de *difamar* a corporação.

Nessa perspectiva, qual seria então esse fenômeno, correspondente ao *hau* na lógica da troca, pelo qual o nativo encontra uma explicação que dê conta da totalidade da sua sociedade? O pesquisador, conduzido ao ambiente militar, notaria nas características específicas que compõem as transações cotidianas militares — a continência, a formação, o formalismo, o respeito, a rigidez corporal, o uniforme impecável, a barba sempre feita, o corte de cabelo, o tom da fala, o olhar, o andar retilíneo — aqueles elementos que, no seu conjunto, definem um soldado, um pelotão, uma companhia, um batalhão, um regimento e um exército como algo que está na base da autodefinição do que é a obrigação de todos esses atos: *ser disciplinado*. O parâmetro nativo de comparação entre uma “*unidade ideal*” e uma não “*ideal*” se define nesse conjunto de práticas que caracterizam a disciplina. Esta foi a explicação que obtive sobre esse parâmetro, na correspondência que mantive com um oficial superior da ativa em 1994:

“Lendo a sua carta de 5 de outubro, vejo que você quer tratar a hierarquia como ‘principal estruturadora da identidade militar’. Eu tenho dúvidas se o seja. Creio que a sua irmã siamesa, a disciplina, é mais representativa da identidade militar. Certamente uma não vive sem a outra, mas creio que a hierarquia é o instrumento para se operacionalizar o que é o mais importante, que é a disciplina. Você tem como assinalar muitas organizações até maiores que o Exército, porém julgo que será difícil encontrar uma organização que exija até o sacrifício da vida no cumprimento de uma ordem, o tal culto do herói. A hierarquia é um meio e a disciplina é o fim. Você não cumprirá

nada somente com a hierarquia, o Exército chinês até pouco tempo tinha abolido a hierarquia, porém, certamente, não aboliu a disciplina. Ficará sempre a dúvida, o que é decorrente do outro fator ou qual será a variável dependente? É um dado para você pensar. Creio que a hierarquia é a exteriorização da organização militar, mas a disciplina é o que faz a organização funcionar e seu maior símbolo. Nos discursos militares ou nas ordens do dia você ouvirá muito mais referências à disciplina que à hierarquia. Nunca ouvi ninguém dizer, como elogio, esta tropa é hierarquizada, mas ouvi muitas citações elogiosas a respeito da disciplina de uma tropa.”

“Para que a disciplina?” é a pergunta mais lógica a se fazer em contraponto à idéia de que a hierarquia é a “*variável dependente*” da organização militar, se se considera que “*a hierarquia é o meio e a disciplina o fim*”. No limite, qualquer resposta possível a essa pergunta seria, ontologicamente, evasiva. Isso porque essa resposta passa pelo fato de que a disciplina necessariamente é não-egoísta, pois tem por base a imposição de uma determinação geral sobre as partes. “... *Você tem como assinalar muitas organizações até maiores que o Exército, porém julgo que será difícil encontrar uma organização que exija até o sacrifício da vida no cumprimento de uma ordem...*”: a afirmação mostra o grau dessa determinação, em que o anonimato do poder disciplinar — característica já assinalada por Foucault (1987) — acaba levando a crer que a disciplina e os atributos a que ela remete — a continência, a formação, o formalismo, o respeito, a rigidez corporal etc. — são um fim em si mesmo. Dito de outro modo, a auto-imagem do que é *ser militar* não poderia ocorrer dentro de um “espírito hierárquico”, justamente na medida em que este é um princípio segmentador que, para quem é “de dentro”, não confere unidade alguma: *ser militar*, aqui, não é “ser sargento, major ou general”; mas sim é, dentro da lógica disciplinar que confere a seus atributos uma determinação anônima — e por isso transcendente, mesmo que às vezes etérea —, “*servir à pátria*”, “*vestir um uniforme*”, “*obedecer uma ordem*” ou mesmo a “*questão amazônica*”, como se pode ver neste depoimento:

“O soldado da Amazônia, por exemplo, tem um grito de guerra, ‘selva’. Mais do que um grito de guerra, é um compromisso com aquela região, eu sempre digo isso. Nosso grito é um cumprimento, é um grito de guerra mas, mais do que tudo, é um compromisso com

aquela região que se caracteriza pela selva. Você sabe que nosso grito de guerra, quando os soldados da Amazônia estão numa situação difícil, de qualquer natureza, desde as mais simples até as mais complexas, eles se auto-entusiasmam pela repetição da palavra 'selva'. O caminhão atola numa daquelas estradas do interior; eles vão tirar, vão fazer força, levantam. De repente, um diz 'selva', 'selva', 'selva', 'selva', vão berrando, e aí eles levantam qualquer caminhão. E quando se passa um pelo outro, normalmente se cumprimenta com esse mote, 'selva'. Tenho até uma passagem interessante: quando eu estava no Comando Militar da Amazônia, eu recebi um amigo meu de São Paulo e, caminhando à noite pela casa, pelo jardim, havia um posto de sentinela, e quando eu passei perto do soldadinho, ele disse 'selva', eu disse 'selva', e continuei andando. E o senhor meu amigo, um empresário de São Paulo, perguntou: 'O que que ele te disse, general?' Eu disse que ele me cumprimentou com a palavra 'selva', nosso grito de guerra. Ele disse: 'Mas que coisa interessante'. Eu disse: 'Interessante você não viu. Você quer ver uma coisa interessante? Vem cá, soldado...'. Ele chegou perto de mim: 'Me diga uma coisa: depois de que você grita 'selva', qual é a missão que você não cumpre?' E ele disse: 'Nenhuma no mundo eu não cumpro. Eu cumpro tudo'. Você vê como é que esse mote está no espírito dele, né? Aí, esse amigo meu disse: 'Eu tô todo arrepiado' — 'Eu também' (risos). É essa coisa, esse espírito. Sabe o que é? É uma minoria diante de um problema grande, ela fica mais aglutinada, ela fica mais emotiva. *O problema grande é a Amazônia, por si só. É a Amazônia com a sua necessidade de nós dominarmos ela, com a sua necessidade de explorá-la racionalmente, com a sua necessidade de fazê-la cada vez mais brasileira. É isso que motiva, tá entendendo bem, ô Piero?*" (entrevista do gen. R/1 Leônidas Pires Gonçalves ao pesquisador, 20-9-1993).

Seria fácil chegar à conclusão de que a "questão amazônica" é um substrato que o Exército retira do contexto de negociação política a que esse tipo de questão está submetido para reforçar um sentimento de identidade que, pela lógica da disciplina, liga essa necessidade etérea — de *explorá-la* ou *fazê-la cada vez mais brasileira* — ao sentimento de pertencimento ao Exército. Isso seria, porém, uma ligação quase que automática entre os símbolos que transitam pelas representações dos protagonistas e suas identidades.

Não seria essa uma “dimensão ideológica” da construção da identidade grupal? E, cabe esclarecer, a palavra “ideologia”, aqui, não é tomada no sentido de “falsidade” mas, sim, no sentido dos fatos tais como são vividos e percebidos, como ocorre no exemplo de Mauss que comentamos anteriormente, no caso das “três obrigações: dar, receber, retribuir”. Assim, a “teoria nativa” é construída justamente sobre “a forma consciente pela qual os homens de uma sociedade determinada, onde o problema tinha particular importância, apreenderam uma necessidade inconsciente cuja razão está alhures” (Lévi-Strauss, 1974:26). Isso não é somente percebido assim no cotidiano, mas também se encontra na lei escrita — talvez este seja mais um elemento da disciplina, parte da idealização de uma instituição cujo controle sobre os indivíduos deva ser “total”. Talvez as melhores “construções teóricas nativas” venham, então, do próprio *Regulamento de continências, honras, sinais de respeito e cerimoniais militares das Forças Armadas*:

“Todo militar, em decorrência de sua condição, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas, estabelecidos em toda a legislação militar, deve tratar sempre: I — com respeito e consideração os seus superiores hierárquicos, como tributo à autoridade de que se acham investidos por lei; II — com afeição e camaradagem seus pares; III — com bondade, dignidade e urbanidade os seus subordinados. 1º — Todas as formas de saudação militar, os sinais de respeito e a correção de atitudes caracterizam, em todas as circunstâncias de tempo e lugar, o *espírito de disciplina* e de apreço existentes entre os integrantes das Forças Armadas” (Estado-Maior do Exército, RCHSRMFFAA, 1983:1-2).

Seria então esse *espírito de disciplina* que define as obrigações, deveres e direitos? Aliás, a quem se dirigem essas obrigações, direitos etc.? Certamente, é pelo olhar da disciplina que o militar vai ver se essas regras estão sendo cumpridas. Perceber a disciplina é, portanto, perceber uma série de atributos que configuram, na leitura de mundo militar, uma prática que define a sua essência. De fato, se pensarmos que a disciplina é um instrumento de sobreposição de uma “vontade coletiva” à vontade do indivíduo, a explicação de que ela é o eixo de ligação e de união do “corpo” adquire a devida coerência. Idéias como a de “selva!” ou ainda como as de

que o indivíduo se sente sobretudo como “parte de um todo” revelam a eficácia simbólica da dimensão disciplinar, como se vê neste depoimento:

“Me traz muita satisfação ter um uniforme, a consciência de fazer parte do Exército. A gente se sente bem porque não é uma partícula isolada na sociedade, uma pessoa que tem a vida dela e vai pra casa e vai pro trabalho... A gente faz parte de uma coisa muito maior... tanta gente, tantos interesses do país inteiro. Isso traz até uma segurança psicológica e um conforto também, de você fazer parte de uma coisa grande e importante. Isso me traz orgulho, eu me sinto bem de estar aqui. Não sei, acho que vou sentir sempre isso. Quando ajo de uma forma que eu não acho coerente com o estatuto militar, eu me julgo um pouco... forçando, agindo contra a minha natureza” (cadete, Aman, apud Castro, 1990:44).

Ora, não seria essa uma explicação exemplar no sentido de mostrar esse “fato maior” do *dever*? Mas, se essa é uma dimensão simbólica pela qual os indivíduos estão percebendo o coletivo, onde está então a dimensão coletiva, ou mesmo social, da percepção das regras da “grande instituição” — ⁹¹ tomando o termo emprestado de Malinowski —, já que, nesse nível em que vemos essas representações, o *fim* da “oração” sempre recai sobre um sujeito “oculto”? As três obrigações de Mauss, “dar, receber e retribuir”, nesse caso, são resumidas nesse sistema de deveres e obrigações que é caracterizado pela disciplina que, se de fato é um fim, então é um fim em si mesma, e, portanto, as obrigações perdem qualquer sentido a não ser uma suposta ressonância que elas assim teriam sobre si mesmas, como se fossem dotadas de uma força intrínseca... um *hau!*⁹² Se pensar-

⁹¹ E aqui nos aproximamos de novo de Malinowski: “Eles [os nativos] não percebem o *contorno total* de sua estrutura social. Eles conhecem seus próprios motivos, o propósito das ações individuais, bem como as regras que devem ser aplicadas; mas está fora de seu alcance (...) a forma assumida pela instituição coletiva como um todo” (1986:86). Ora, seria a dimensão coletiva, o “*contorno total*” (1986:86), aquilo que o etnógrafo vê que é a “grande instituição” — o *Kula* —, porque vê a transação sendo feita em todos os sentidos, “reconstituindo a realidade do nativo”, na expressão de Durham (1986).

⁹² “O *hau* não é a última razão da troca: é a forma consciente pela qual os homens de uma sociedade determinada, onde o problema tinha particular importância, aprenderam uma necessidade inconsciente cuja razão está alhures” (Lévi-Strauss, 1974:25-6).

mos na identidade militar a partir desse elemento homogeneizador, e simplesmente por ser homogeneizador, não chegaremos a uma explicação convincente do sentido da “troca” que, afinal, põe uma diversidade de instâncias da “tribo” em movimento. Pois, cremos, essa “troca” — seja ela qual for — só tem sentido se, em algum momento, há um plano de desigualdade cujo equilíbrio deve ser restabelecido. Por que, então, se “dá, recebe e retribui” no Exército? Porque se trata de dar um sentido único e explícito ao sistema de desigualdades que permeia essa Força de cima a baixo; porque se trata de fazer todos os segmentos terem uma percepção igualitária de que pertencem a um universo com a mesma regra primordial, que define que o pertencimento se dá a partir da segmentação, e que ser *militar* é estar inserido nessa lógica; e, principalmente, porque é pela crença na disciplina como “ideologia da totalidade”,⁹³ que a cadeia de comando realiza a avaliação individual de cada um dentro do Exército, através daquele conjunto de 76 (60 + 12 + 4) atributos da ficha de avaliação do militar, decidindo o *mérito* de cada um, cimentando assim, e legitimando-a, a própria desigualdade dada na hierarquia. É desse modo que a disciplina aparece como o elemento capaz de traduzir a noção abstrata de que a hierarquia *une porque segmenta todos igualmente* para uma percepção de que todos são devedores e beneficiários de “algo” totalizante e maior do que cada um na

⁹³ Aqui tomo de empréstimo o termo de Dumont, que pensa como “ideologia da totalidade” (ou holista) aquela que subordina o indivíduo ao todo (1987:277). Porém, diferentemente do caso de Dumont, creio que, no Exército, essa “ideologia” leva diretamente ao seu oposto, o indivíduo, na medida em que, dentro do próprio sistema hierárquico, a disciplina fornece o parâmetro pelo qual, justamente, cada um vai ser portador de um determinado *mérito* e, portanto, se pense como indivíduo. É por ser mais disciplinado que o militar terá mais *mérito*, e assim elaborará sua estratégia individual de ascensão. Nesse sentido, o mais correto seria se falar num “sistema de reciprocidade” entre indivíduo e totalidade, em que a “ideologia da totalidade” leva ao individualismo, que, pelo *mérito*, leva de novo à hierarquia, a qual, mesmo segundo o próprio Dumont, está na ordem do holismo. Constatação parecida já observou Foucault, referindo-se aos esquemas disciplinares de algumas instituições do século XVIII: “Na disciplina, os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. A unidade não é portanto nem o território (unidade de dominação), nem o local (unidade de residência), mas a posição na *fila*: o lugar que alguém ocupa numa classificação, o ponto em que se cruzam uma linha e uma coluna, o intervalo numa série de intervalos que se pode percorrer sucessivamente. A disciplina, arte de dispor em fila, e a técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (Foucault, 1987:133).

sua condição de membro de uma teia de relações pessoais, seja este “algo” o Exército, a pátria ou o povo brasileiro.

Como poderia o membro do Exército ter a percepção de que a totalidade se constrói justamente sobre o princípio que para ele, pessoa que se situa num *lugar específico*, fragmenta? Pois é exatamente pelo fato de que a hierarquia está lá — segmenta todos, define posições, marca procedimentos, enfim, está na base da conduta militar como um dado “natural”, que não é explicitado como valor no linguajar cotidiano, pois “*nunca ouvi ninguém dizer, como elogio, esta tropa é hierarquizada...*” — que nós percebemos que ela atua de maneira inconsciente, pois está naquela ordem de fenômenos coletivos que é capaz de transitar por diversos níveis, do particular ao geral. É nesse nível que responderia à questão “para que a disciplina?": diria que para cumprir a hierarquia. E mais: se pensarmos que a disciplina é realizada a partir daquele conjunto de 76 (60 + 12 + 4) atributos da ficha de avaliação do militar, e que esses atributos são por sua vez realizados — no sentido de decididos — a partir de um intrincado sistema de relações pessoais que encontra a base de sua constituição na hierarquia, poderemos chegar à conclusão de que a disciplina, tal qual os atributos que a definem, torna-se a expressão sensível dessa “teia” de relações multidirecionadas que é a hierarquia. Portanto, se a crença nos atributos, pelos quais é avaliada a disciplina, de alguma maneira realiza as relações pessoais, do mesmo modo a disciplina realiza a hierarquia.

Olhando novamente para o trajeto de pesquisa de campo, para o civil, sobre o qual a disciplina não teve como agir, que vimos então aflorar à cena o princípio da hierarquia. Interessante notar que, no momento em que me destaco como “pessoa” — tomando emprestado o termo de Mauss, no sentido de que se usa uma “máscara” social que se dá uma condição exclusiva —, some a disciplina do *aprendiz* e, junto com ela, somem as dimensões política e ideológica da transmissão da doutrina, restando aí um silêncio revelador, fruto de um momento em que sucederam várias interdições que aos poucos iam revelando os contornos de um trajeto. Interdições que mais tinham a ver com o *hardware* da organização social pela qual os militares se ligam entre si como um segmento oposto aos *paisanos* do que com o fato de significarem apenas substratos fragmentados das suas representações, já que, se não estivesse ligada a esse dado estrutural, a oposição *militares x paisanos* seria um dado vazio, encontrando sentido apenas em si mesma. E, ainda, interdições que representavam claramente conflitos entre uma *posição* específica de um interlocutor e a lógica segmentária à qual ele

está submetido, que diz que ele só é autorizado até um certo limite. Por isso, a dimensão pessoal esbarrou então na dimensão institucional, quando, por mais que se estivesse numa situação particular, como na casa de um oficial, a fala dele não poderia ser gravada, com o risco de aparecer transcrita numa dissertação, se não tivesse o “*quem autorizou?*”

Note-se, em fatos como esses, que as mesmas determinações que me mandaram para os lugares aonde fui, me negaram acesso aos lugares a que não fui. Nesse sentido, meu trajeto básico na instituição — gerais da reserva, coronéis, tenentes-coronéis — mostra que, de alguma maneira, eu deveria estar relativamente próximo da linha de comando mas, ao mesmo tempo, não diretamente relacionado a ela, de modo que pudesse, definitivamente, negociar um “sim” ou um “não” categóricos da instituição a alguns projetos, como, por exemplo, o de conhecer pequenas unidades comandadas no máximo por um capitão, como os pelotões de fronteira na Amazônia. Nesse caso, nossa explicação não está no fato de que a Amazônia guarda algum segredo militar — pelo contrário, ela é um assunto explicitado —,⁹⁴ mas sim no fato de que lá não era um *lugar* próprio para um *paisano*, porque esse *lugar* está específica e exclusivamente situado em alguns pontos da cadeia de comando, onde se verifica um grau de equidade com a *Universidade* e com o tipo de proposta que se pode desenrolar em relação a ela. Ora, o mesmo acontece — ou melhor, não acontece pela razão inversa — quando, por exemplo, escolas públicas primárias vão “conhecer o Exército”: vão para tiros de guerra, pequenos quartéis, batalhões etc., e têm suas crianças escoltadas por tenentes, conhecidos como *relações públicas*. A hierarquia fornece, assim, o código que diz o que é e o que não é apropriado para cada situação, embora o que seja traduzido para o plano das atitudes concretas seja o cumprimento de uma ordem e o fato de ser disciplinado. Por isso, o constrangimento na visita a uma unidade menor, na qual, no topo da escala, não se encontrava um general, foi suficiente para mostrar por onde o problema se delineava. Nesse sentido, o caminho inverso se traçou: enquanto a explicação interna para o que se passou só poderia ser, como vimos, pautada pela *disciplina* — pois havia um dilema entre se cumprir uma determinação institucional e se resolver uma situação pessoal —, a explicação que emanou da relação entre pesquisador e pesqui-

⁹⁴ Nesse sentido, ver uma análise sobre o Exército e a questão amazônica em Leirner (1995).

sado esbarrou nos limites da *hierarquia* que, na sua codificação própria, dizia haver uma incompatibilidade entre a minha *posição* e aquele segmento da corporação localizado naquela unidade. Talvez a presença de um outro tipo de civil, como um encanador, um arquiteto ou um pedreiro, tivesse simplesmente passado despercebida, não destoando daqueles atributos que fazem com que a rotina daquele local seja percebida como tal, isto é, como a rotina dos que “*vestem o uniforme*”, “*cumprem ordens*”, “*servem à pátria*” e “*são disciplinados*”. Não, porém, a presença do pesquisador.

Fatos como esse remetem a dados da organização social militar, dados esses que recuperamos a partir da necessidade de se entender no plano da “*apreensão objetiva*” o que aconteceu na *trajetória de campo*. De um lado, estava sendo colocada uma dimensão *interinstitucional* para a pesquisa e, de outro, encontrava-me diante do fato concreto de que a trajetória me conduziu a lugares, pessoas e situações específicos. Tinha, então, duas dimensões conflitantes do Exército: a geral ou institucional e a particular, concretizada em relações específicas. Na tentativa de conseguir explicar essas duas dimensões que, de fato, se manifestavam sinteticamente, a disciplina poderia surgir como fator que explicasse que as relações particulares eram *determinadas* institucionalmente; mas não explicava nem *por que* nem *como* elas eram *determinadas*. A hierarquia, sua “*irmã siamesa*”, deu estas respostas: na medida em que é um *princípio segmentador*, abarca tanto uma dimensão geral, dada pela natureza de um *princípio*, quanto a dimensão particular, dada pela própria *segmentação*. E, mais ainda, foi possível perceber que a hierarquia atua em diversos níveis de segmentação, passando dos grandes estratos coletivos até o pessoal. Nessa medida, a hierarquia pôde ser pensada como um parâmetro pelo qual condutas individuais e coletivas se imbricam.

E é justamente a partir disso que se torna possível pensar na hierarquia como um “*fato social total*”: como um eixo que liga o geral ao particular e, principalmente, como parâmetro de leitura de um nível pelo outro, é nela, e a partir dela, que os militares elaboram suas respostas ao mundo externo, codificam o *cosmos*, enfim, constroem sua identidade. Foi a partir dela que se codificou o lugar desta pesquisa para o Exército, a partir do lugar previamente definido onde essa Força codifica a sua relação com a *Universidade*; foi a partir dela que a instituição determinou que o CPEAEx ou a Eceme são os lugares restritos para o *contato* com as *elites* e, por conseguinte, foi lá que o pesquisador “*desembarcou*”. Nesse sentido, a hierarquia não é somente a matriz operacional da conduta militar: ela também

acaba por ser o eixo da construção de uma “visão de mundo conforme”. Pode-se dizer, portanto, que a hierarquia opera a “totalidade” das dimensões da vida social militar.

Como se viu naquele esboço de “sociogênese” do cap. 2, a formação do Exército vem da sociedade estamental, e a hierarquia, em certa medida, conserva sua estrutura; além disso, o século XIX introduz o fator da mobilidade hierárquica para todos os seus membros de carreira, e, assim, a hierarquia não é apenas uma pirâmide de patentes, mas uma relação vertical que coloca cada indivíduo da Força numa *posição social*. Desse modo, se, por um lado, a disciplina significa o controle coletivo sobre os indivíduos, a hierarquia é o próprio coletivo situado e situando os indivíduos. A partir disso, pode dar um passo à frente para entender o mundo militar: olhar para a hierarquia significa olhar para um fenômeno capaz de traduzir um mapa desse mundo, entender uma conexão entre a fala e a conduta, entre o indivíduo e o grupo. Enfim, é possível se pensar, desse modo, que a identidade militar passa antes de tudo por uma lógica organizacional, fato que talvez não seja um atributo exclusivo do nosso *homo hierarchicus hierarchicus* mas que, cremos, não é uma condição *sine qua non* de construção de uma identidade social. Nesse caso, essa condição foi dada por uma história de longa duração e pela característica peculiar de se tratar de uma *instituição nacional*, sujeita portanto a uma enorme exposição à dinâmica de variação da gestão da coisa pública, e que por isso mesmo, se quiser preservar sua identidade, terá necessariamente que ancorar a construção de suas marcas, códigos, condutas e categorias próprias nos níveis mais profundos de sua estrutura social.

CONCLUSÃO

O PROBLEMA da hierarquia tem sido especialmente evidenciado depois que Dumont lançou, em 1966, seu *Homo hierarchicus*. Nesse estudo, uma crítica profunda ao etnocentrismo implícito no uso da categoria “indivíduo” recai sobre a sociologia que, em sua melhor tradição, se apropria de noções que transitam por essa idéia basilar: “Nossa idéias cardinais chamam-se igualdade e liberdade. Elas supõem como princípio único e representação valorizada a idéia de *indivíduo* humano: a humanidade é constituída de homens, e cada um desses homens é concebido como apresentando, apesar de sua particularidade e fora dela, a essência da humanidade. (...). Esse tipo de visão, que é a parte integrante da ideologia corrente da igualdade e liberdade, é evidentemente muito pouco satisfatório para o observador da sociedade” (Dumont, 1992:52-3). No entanto, é a própria sociologia que, ao pensar na natureza coletiva da igualdade, revela que o homem individual tem uma presença social em seu espírito (Dumont, 1992:54). A partir dessa característica reveladora a sociologia estabelece os parâmetros do que Dumont chama de uma *apercepção sociológica*, base fundante para que, no exame de outras sociedades, seja possível sua compreensão: “Por oposição à sociedade moderna, as sociedades tradicionais, que ignoram a igualdade e a liberdade como valores, que ignoram, em suma, o indivíduo, possuem no fundo uma idéia coletiva do homem, e nossa apercepção (residual) do homem social é a única ligação que nos une a elas, o único viés pelo qual podemos compre-

endê-las. Está aí, portanto, o ponto de partida de uma sociologia comparativa” (Dumont, 1992:56).⁹⁵

Essa perspectiva comparativa induz Dumont a pensar em dois modelos de sociedades, uma baseada na igualdade, e outra na hierarquia, como “valores encompassantes”: “o indivíduo do tipo moderno não se opõe à sociedade do tipo hierárquico como a parte ao todo (e isso é verdadeiro para o tipo moderno, em que não existe propriamente nada a se falar de um todo conceptual), mas como seu igual ou seu *homólogo*, um e outro correspondendo à essência do homem” (Dumont, 1992:58). Em princípio, na sua teoria geral da hierarquia, Dumont admite como ponto de partida a idéia de que a Índia é um modelo por contraposição ao “homem moderno”, o modelo hierárquico em contraposição ao igualitário. Dumont está pensando em hierarquia/igualitarismo como princípios primeiros porque tem como pano de fundo uma empresa comparativa entre Índia e Ocidente que opera no registro das “escolhas culturais de sistemas de valores” desses lugares. A comparação seria assim uma espécie de “tradução”, e como tal ocorreria num nível em que se permitiria falar de “arranjos diferenciados para um repertório conhecido” (Dumont, 1987). No entanto, como essências onipresentes mas contraditórias entre si, hierarquia e igualitarismo acabam aparecendo de forma hierárquica, na qual uma ou outra, dependendo da sociedade em que se encontram, se tornam um componente residual e englobado pela lógica precedente. Tal relação Dumont chamou de *englobamento do contrário*, e, desse modo, o “sistema de valores” remeteria a um nível ideológico em que esse léxico comum se arranjaría sistemicamente e de modo hierárquico, com um dos elementos se sobrepondo ao(s) outro(s), o que explicaria por seu turno o arranjo específico de cada civilização.⁹⁶ Estariam, então, os dois pólos — indivíduo e totalidade social — coexistindo numa hierarquia de valores, na qual, dependendo da sociedade, um engloba o outro.

⁹⁵ Aqui, Dumont está levando adiante o projeto etnográfico de Evans-Pritchard, segundo o qual o procedimento comparativo poderia traduzir os valores nativos, tornando a antropologia uma espécie de “linguagem universal” (Dumont, 1992:14 e segs.; Peirano, 1988:222-3).

⁹⁶ Não é à toa que, em 1969, prefaciando a edição francesa de *Os Nuer*, Dumont vai se reportar como um estruturalista ortodoxo. Este ponto fica bem mais claro se pensarmos na idéia da estrutura dos mitos e suas variações, conforme colocado ao longo da obra de Lévi-Strauss. O que está em jogo, para Dumont, é — analogamente à estrutura dos mitos de Lévi-Strauss —, em última instância, chegar a um “modelo dos modelos” dos princípios valorativos que organizam as civilizações.

No Brasil, o problema da igualdade e da hierarquia levantado por Dumont assumiu grande relevância. Em um outro plano de análise, Roberto Da Matta, ao analisar a sociedade brasileira, percebe que indivíduo e hierarquia aparecem em situações determinadas, em que um se antepõe ao outro, dependendo das circunstâncias: “Aqui, cada qual já sabe seu lugar (ou melhor: cada qual busca sempre estar no seu lugar social adequado), o que significa que o princípio da hierarquia é sempre aplicado, pois o maior temor social no Brasil é o de *estar fora de lugar, estar deslocado*, especialmente quando esse deslocamento implica (...), fazer-se passar por algo diferente do que se é realmente. Neste quadro, a inversão carnavalesca brasileira situa-se como um princípio que suspende temporariamente a classificação precisa das coisas, pessoas, gestos, categorias e grupos no espaço social, dando margem para que tudo e todos possam estar deslocados. (...) A transformação do Carnaval brasileiro é, pois, aquela da hierarquia cotidiana na igualdade mágica de um momento passageiro” (Da Matta, 1983:132).

A hierarquia é, para nós, segundo Da Matta, um valor cotidianamente predominante e, nesse sentido, ele a pensa a partir de uma conduta exemplar dos brasileiros, aquela do “você sabe com quem está falando?”. A enunciação da frase seria um momento máximo de evidência das regras que estão no fundamento de nossa sociedade: “Ora, o que o estudo do ‘você sabe com quem está falando?’ permite realizar é a descoberta de uma espécie de paradoxo, ou seja: numa sociedade voltada para tudo o que é universal e cordial, descobrimos o particular e o hierarquizado. E os descobrimos em condições peculiares: há uma regra geral que nega e reprime o seu uso. Mas há uma prática igualmente geral que estimula seu emprego. É como se alguns fatores sempre estivessem presentes em nossa sociedade: primeiro, *a necessidade de divorciar a regra da prática*; segundo, a descoberta de que existem duas concepções da realidade nacional: uma delas é a visão do mundo como foco de integração e cordialidade, a outra é a visão do mundo como feito de categorias exclusivas, postas numa escala de respeitos e deferências. Finalmente, descobrimos que *tudo aquilo que diz respeito ao inclusivo é por nós manifestadamente adotado. O contrário é válido para o exclusivo, que é freqüentemente escondido ou falado em voz baixa*” (Da Matta, 1983:143; grifos meus).

Como podemos, agora, relacionar isto com a *hierarquia militar*? Estaria ela atuando dentro dessa mesma dinâmica? Em primeiro lugar, Dumont, quando pensa na hierarquia como “valor encompassante”, pensa, substancialmente, numa oposição deste tipo de estrutura à idéia de “cadeia de comando”, tal qual ele diz que se encontra na hierarquia militar (Dumont,

1992:117). Da Matta, por sua vez, incorpora essa idéia de Dumont na sua análise e, em uma passagem específica, quando diz que, no Brasil, “soldados são soldados e oficiais são oficiais!” (1983:153), está pensando nesse amplo valor que é a hierarquia da sociedade brasileira.

De outro lado, através de nossa pesquisa com o Exército, chegamos a uma *hierarquia específica* à corporação, capaz de não somente sustentar-se em face das transformações históricas de nossa sociedade, como também, num plano sincrônico, de servir como parâmetro de *distinção* entre os militares e o restante da sociedade. Seguindo essa trilha, observamos que, como dado organizacional, a hierarquia é capaz tanto de abarcar o “todo”, como um *princípio geral*, quanto o indivíduo, como *segmentação que determina o lugar pessoal que se deve ocupar*. Nesse sentido, ainda assim se poderia argumentar que esse indivíduo não vai além da expressão de uma coletividade, tal como ocorre, segundo Dumont, em sociedades tradicionais.

Essa é uma visão bastante próxima à outra, de certa maneira hegemônica em estudos sobre militares brasileiros. Geralmente se aceita o fato de que a disciplina é o fator determinante de todas as relações entre militares, e freqüentemente se usa, para designá-la, o rótulo de “instituição total” — aquela em que o indivíduo seria anulado por uma predominância absoluta das normas de conduta coletivas —, adaptando o termo de Goffman. No entanto, se, por um lado, vimos que a disciplina é uma explicação nativa para uma compreensão da “totalidade dos fenômenos” militares, e que está distante do princípio que fundamenta esta “totalidade” — a hierarquia —, por outro, vimos que a hierarquia é capaz de expressar-se em momentos da vida militar em que somente o valor da individualidade pode ser invocado, como na expressão do *mérito*.

Contudo, ainda, se o indivíduo é o portador do *mérito*, e assim o percebe, vimos que este é decidido a partir de uma complexa rede de relações pessoais. Sua expressão, neste nível, seria a *antigüidade*, onde se vê que cada um possui uma posição determinada de prestígio social, inclusive quebrando a rígida linha que separa a cadeia de comando por patentes. Nesse sentido, trata-se de falar no nível da *pessoa*, próximo ao que Da Matta vê na hierarquia da sociedade nacional (Da Matta, 1983:169-75). De outro lado, é somente numa situação que prevê uma igualdade de condições estrutural na hierarquia, em que todos possuem um *tempo de serviço* que caminha ao mesmo passo, que se pode pensar, por sua vez, numa *unidade ou totalidade do corpo*, em que todos podem reconhecer um valor único pelo qual se determinam suas trajetórias, que são vistas a partir da unidade e da uniformidade dadas pela disciplina. Assim, todos são submeti-

dos a uma mesma regra disciplinar, todos devem comandar e obedecer em algum nível e todos devem se reconhecer como partes iguais perante uma coisa maior chamada Exército. Desse modo, ninguém é “mais” do Exército do que outro. Pode-se, sim, ter mais *espírito militar*, como demonstrou Castro (1990); mas, mesmo nessa lógica, isto é uma coisa que cabe ao indivíduo revelar. Para completar, é somente como indivíduo que se pode, por outro lado, pensar numa base para que *cada um*, a seu jeito, encontre uma maneira de se inserir na rede de relações pessoais.

Talvez o que mais impressione nessa complexa teia relacional seja o fato de, nesta única estrutura que é a hierarquia, se imbricarem estes dois pólos opostos, pessoa e indivíduo, diferença e igualdade. Estas são características de uma configuração relacional que teve seus embriões numa sociedade estamental, transformou-se em dado estrutural e, com isso, permitiu ao Exército “ler” os diferentes momentos da história com sua lógica própria, capaz de sintetizar, igualmente e num mesmo espaço, dois planos que, no cotidiano da sociedade nacional, não podem existir em igualdade de condições. Nessa lógica, o argumento fatal para se comprovar a absoluta distinção entre a *hierarquia militar* e aquela de que fala Da Matta, é que, ao contrário desta, que divorcia “a regra da prática” — ou ainda — “que tudo aquilo que diz respeito ao inclusivo é por nós manifestadamente adotado. O contrário é válido para o exclusivo, que é freqüentemente escondido ou falado em voz baixa”, se encontra ela fundindo regra e prática, excluindo em voz alta e incluindo em voz baixa. Isso porque, tanto os mecanismos de contenção da “rede de relações pessoais”, quanto os mecanismos que são a negação total de tudo aquilo que se imagina ser o *mérito*, estão explicados, por escrito, no regulamento. E esse afloramento do interdito de certa maneira inverte a hierarquia como “valor encompassante”, na medida em que, no fim das contas, seus princípios estão explicitados claramente no âmbito da cadeia de comando, à qual, inevitavelmente, todos os membros da corporação estão submetidos. No contexto dessas regras, o “você sabe com quem está falando?” perde seu sentido original — de trazer a hierarquia social à tona —, pois, entre os militares, sempre se sabe com quem se está falando, a começar pelo uniforme, que deixa o *status* de cada um evidente. Obviamente, o “você sabe com quem está falando?” de Da Matta pode entrar em jogo quando um civil desavisado não souber fazer as necessárias distinções.

Mesmo quando se trata de pensar nos parâmetros da relação pesquisador-pesquisado — por sinal, prevista institucionalmente, já que a Eceme trata disso, e portanto, não a constitui como uma anomalia —, é possível

conceber essa “dupla relação”, de coexistência entre igualdade e hierarquia: por um lado, éramos todos brasileiros, pertencentes a instituições públicas; por outro, o pesquisador, que tinha a referência de uma “pessoa” do “triunvirato”, inseria-se num “grupo informal de interesses”, cuja leitura política da realidade apontava para o privado, o doméstico e o pessoal, já que *convidados* de uma *elite* iam àquela *casa*, agora sim, tratar de “*um projeto para o Brasil*”. É nessa medida que a *hierarquia militar* pode nos ensinar algo, ou, ao menos, abrir caminhos para, em outras oportunidades, pensarmos melhor na sua relação com essa outra hierarquia “mais geral”, que é a da sociedade brasileira. Certamente, não só o grupo pesquisado, mas também o pesquisador, compartilharam no seu contato de um ponto comum, que é o pertencimento à rede de relações mais amplas, cujo valor faz parte da cultura no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Antenor S. C. A presença militar na Amazônia. In: V. V. A. A. *A Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro, Cebres/Eceme, 1991.
- Amaral, Paulo C. Carneiro. O Projeto Calha Norte: importância para a região amazônica e seus reflexos na segurança nacional. Rio de Janeiro, 1990. mimeog. (Monografia final do Curso de Comando e Estado-Maior da Eceme.)
- Arendt, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo, Perspectiva, 1992.
- Barros, Alexandre S. C. The Brazilian military: professional socialization, political performance and State building. Chicago, 1978. mimeog.
- Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Gráfica do Senado, 1988.
- Caldeira, Tereza P. Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes. *BIB (27)*, Rio de Janeiro, Anpocs/Vértice, 1989.
- Cardoso, Ruth C. L. (org.). *A aventura antropológica*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- Carvalho, José Murilo de. *On the belief system of the Brazilian military*. Belo Horizonte, DCP/UFMG, 1968.
- . Forças Armadas na Primeira República. In: Fausto, Boris. *História geral da civilização brasileira — o Brasil republicano*. São Paulo, Difel, 1977. v. 9.
- Castro, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na academia militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

- . A origem social dos militares. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo (37), 1993.
- . *Os militares e a República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.
- Cicourel, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: Zaluar, A. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.
- Coelho, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.
- . A instituição militar no Brasil: um ensaio bibliográfico. *BIB: o que se deve ler em ciências sociais no Brasil* (3). Rio de Janeiro, Anpocs, 1990. p. 335-59. (Edição englobando de nº 15 a nº 19.)
- Cohen, Abner. *O homem bi-dimensional: a antropologia do poder e simbolismo nas sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- Costa, Eugênio P. L. D. Projeto Calha Norte: antecedentes políticos. São Paulo, USP, 1994. mimeog. (Dissertação de Mestrado de Ciências Políticas.)
- Costa, Octávio. Depoimento. In: D'Araujo, Maria C.; Soares, Glaucio A. D. & Castro, Celso. *1964: visões do golpe*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- Costa, Samuel Guimarães da. *Formação democrática do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1957.
- Costa, Valeriano F. M. Ressentimento e revolta: formação cultural e radicalização política dos jovens oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha: 1874-1889. São Paulo, USP, 1990. mimeog. (Dissertação de Mestrado de Sociologia.)
- Costa e Silva, Paulo R., maj. O Projeto Calha Norte: importância para a região amazônica e seus reflexos na segurança nacional. Rio de Janeiro, 1989. mimeog. (Monografia final do Curso de Comando de Estado-Maior da Eceme.)
- Costa, Vanda Ribeiro. Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30. *Ciências sociais hoje*. Rio de Janeiro, Anpocs, 1985.
- Cunha, Manuela C. *Negros estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- Da Matta, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- D'Araujo, Maria C.; Soares, Glaucio A. D. & Castro, Celso. *1964: visões do golpe*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994a.
- . *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994b.
- Davis, Shelton H. *Vítimas do milagre*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

- Debert, Guita. O nacionalismo no Iseb e na Escola Superior de Guerra. In: Cardoso, Ruth C. L. (org.). *A aventura antropológica*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- Dreifuss, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis, Vozes, 1987.
- Dumont, Louis. *Ensayos sobre el individualismo*. Madrid, Alianza Universidad, 1987.
- . *Homo hierarchicus*. São Paulo, Edusp, 1992.
- Durham, Eunice R. Cultura e ideologia. *Dados*, 27(1):71-89, 1984.
- . Uma nova visão da antropologia. Introdução a *Malinowski*. São Paulo, Ática, 1986. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)
- . A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: Cardoso, Ruth C. L. (org.). *A aventura antropológica*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- Durkheim, Émile. Da divisão do trabalho social. In: *Durkheim: os pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- Elias, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993. v. 2 ESG. Monografia. Rio de Janeiro, 1989.
- . Monografia. Rio de Janeiro, 1990a.
- . Monografia. Rio de Janeiro, 1990b.
- . *O Emfa e o poder nacional*. Rio de Janeiro, 1991.
- Estado-Maior do Exército. *História do Exército brasileiro*. Brasília, Ministério do Exército, 1972.
- Evans-Pritchard, E. E. *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- Faoro, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro, Globo/USP, 1975.
- . *Os donos do poder*. 9 ed. Rio de Janeiro, Globo, 1991.
- Fernandes, Florestan. *A função da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1970.
- Ferreira, Oliveiros S. *Forças Armadas para quê?* São Paulo, GRD, 1988.
- Foucault, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1987.
- Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- Goffman, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- Gonçalves, Leônidas P. Seminário. In: V. V. A. A. *A Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro, Cebes/Eceme, 1991.
- Gramsci, Antonio. *Cartas desde la cárcel*. Buenos Aires, Lautaro, 1950.
- . *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- Grillo, Vera A. A teoria dos sistemas e o modelo da ESG: uma análise. *Política e Estratégia*. São Paulo, Convívio, 6(1), 1988.

- Hobsbawn, Eric & Ranger, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- Janowitz, Morris. *O soldado profissional*. Rio de Janeiro, GRD, 1967.
- Lauria, Wellington. O Projeto Calha Norte: importância para a região amazônica e seus reflexos na segurança nacional. Rio de Janeiro, 1990. mimeog. (Monografia final do Curso de Comando e Estado-Maior da Eceme.)
- Leirner, Piero C. O Exército e a questão amazônica. *Estudos Históricos* (15). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1995.
- Lévi-Strauss, C. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: Mauss, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, EPU/Edusp, 1974. v. 2.
- Lykke Jr., Arthur F. *The evolution of U.S. military strategy*. Ft. Worth, U.S. Army War College, s.d.
- Lima, Antonio C. Souza. Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1992. 2v. mimeog.
- Macedo, Ubiratan Borges de. A Escola Superior de Guerra, sua ideologia e trânsito para a democracia. *Política e Estratégia*. São Paulo, Convívio, 1988.
- Malinowski, Bronislaw. Aspectos essenciais da instituição *Kula*. In: Durham, Eunice R. *Malinowski*. São Paulo, Ática, 1986. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)
- Marshall, Theodor H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- Mathias, Suzeley K. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas, Papirus, 1995.
- Mattos, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1980.
- . Depoimento. In: D'Araujo, Maria C.; Soares, Glaucio A. D. & Castro, Celso. *1964: visões do golpe*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- Mauss, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo, EPU/Edusp, 1974. v. 2.
- Menim, Antonio C. G. O Projeto Calha Norte, sua importância para a região amazônica e seus reflexos na segurança nacional. Rio de Janeiro, 1988. mimeog. (Monografia final do Curso de Comando e Estado-Maior da Eceme.)
- Montero, Paula. Reflexões sobre uma antropologia das sociedades complexas. *Revista de Antropologia*, 34. São Paulo, FFLCH/USP, 1991.
- Montes, Maria Lucia A. Lazer e ideologia: a representação do social e do político na cultura popular. São Paulo, USP, 1983. mimeog.
- . *1789: a idéia republicana e o imaginário das luzes*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1992.

- Moreira, Nereu R. O Projeto Calha Norte: importância para a região amazônica e seus reflexos na segurança nacional. Rio de Janeiro, 1989. mimeog. (Monografia final do Curso de Comando e Estado-Maior da Eceme.)
- O *Estado de S. Paulo*, 19-4-1984, R-12.
- Oliva, Osvaldo Muniz, gen. Estrutura do poder nacional para 2001. Rio de Janeiro, ESG, 1989. mimeog.
- Oliveira, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1978.
- . *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas, Papirus, 1994.
- Oliveira, Francisco de. A reconquista da Amazônia. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo (38), 1994.
- Oliveira, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1974.
- . Introdução a uma leitura de Mauss. In: Oliveira, R. C. *Marcel Mauss: antropologia*. São Paulo, Ática, 1979.
- Peirano, Mariza G. Are you catholic? Relato de viagem, reflexões teóricas e perplexidades éticas. *Dados*. Rio de Janeiro, 31(2):219-42, 1988.
- Prado Jr., Caio. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1945.
- REB (Revista do Exército Brasileiro)*. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, 126(3), jul./set. 1989.
- Rego, Gustavo M. Depoimento. In: D'Araujo, Maria C.; Soares, Gláucio A. D. & Castro, Celso. *1964: visões do golpe*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- Ribeiro, Gustavo Lins. *Antropologia, militares, desenvolvimento*. Brasília, UnB, 1989. (Série Antropologia. apostilha.)
- Sahlins, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- Schulz, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo, Edusp, 1994.
- Soares, Samuel A. Militares e pensamento político: análise de monografias da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (1985-1993). São Paulo, USP, 1994. mimeog. (Dissertação de Mestrado de Ciência Política.)
- Sodré, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- Starobinski, Jean. *1789: os emblemas da razão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- Stepan, Alfred. *The military in politics: changing patterns in Brazil*. Princeton, Princeton University Press, 1975.

- Velho, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- Vianna, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 3 ed. São Paulo, 1938.
- Vidal, Evandro B. O Projeto Calha Norte: importância para a região amazônica e seus reflexos na segurança nacional. Rio de Janeiro, 1991. mimeog. (Monografia final do Curso de Comando e Estado-Maior da Eceme.)
- Vidal, Lux B. Tribunal permanente dos povos. *Cadernos de Campo* (1). São Paulo, USP, 1991.
- Weber, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: Cohn, G. *Max Weber: sociologia*. São Paulo, Ática, 1986.
- Zaluar, Alba. Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: Cardoso, Ruth C. L. (org.). *A aventura antropológica*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.

ANEXO 1

SIGLAS E ABREVIATURAS

- Adesg — Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.
- APME — Avaliação do Pessoal Militar do Exército, impressão de 1989.
- DN — Revista *A Defesa Nacional*, editada pelo Estado-Maior do Exército.
- E-1 — *Estatuto dos Militares*, edição de 1980, impressão de 1983.
- EM — *Estatuto dos Militares*, edição de 1980, impressão de 1994.
- FFAA — Forças Armadas.
- HEB — *História do Exército Brasileiro* (Estado-Maior do Exército, 1972).
- R/1 — Reservista de primeira classe (remunerado).
- R/2 — Reservista de segunda classe (não-remunerado).
- RCHSRCMFFAA — Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas, edição de 1983, impressão de 1994.
- REB — *Revista do Exército Brasileiro*, editada pelo Estado-Maior do Exército
- RVO — *Revista Verde-Oliva*, editada pelo Estado-Maior do Exército.

ANEXO 2

DIVISÃO — unidade tática de combinação das armas, comandada por um general-de-divisão, é a menor unidade composta de todas as armas e serviços essenciais para conduzir, por seus próprios meios, operações terrestres.

BRIGADA — corpo militar, comandado por um general-de-brigada, composto de batalhões ou equivalente.

BATALHÃO (ou equivalente, dependendo da Arma, ver quadro abaixo) — comandado por um coronel ou tenente-coronel, é uma unidade tática que faz parte de um regimento e se subdivide em companhias.

COMPANHIA — subdivisão de batalhão (ou equivalente) comandada por um capitão.

PELOTÃO — cada uma das partes em que se divide uma companhia de soldados, geralmente comandado por um tenente.

